UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ARQUITETURA E URBANISMO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

POUSADAS DA ROTA ECOLÓGICA NO LITORAL NORTE DE ALAGOAS: PERSPECTIVAS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Renata Kelly Alves de Carvalho

MACEIÓ
2017

Renata Kelly Alves de Carvalho

POUSADAS DA ROTA ECOLÓGICA NO LITORAL NORTE DE ALAGOAS: PERSPECTIVAS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Lindemberg Medeiros de Araujo

Co-Orientadora: Prof.ª Dr.ª Lúcia Tone Ferreira Hidaka

MACEIÓ
2017

Catalogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade

C331p Carvalho, Renata Kelly Alves de.
Pousadas da rota ecológica no litoral norte de Alagoas: perspectivas de responsabilidade socioambiental e desenvolvimento sustentável / Kelly Alves de Carvalho. – 2017.
170 f.: il.

Orientador: Lindemberg Medeiros de Araújo.
Coorientadora: Lúcia Tone Ferreira Hidaka.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2017.

Bibliografia: f. 156-165.
Apêndices: f. 166-171.

1. Hotéis, pensões, etc - Rota ecologia - Alagoas. 2. Turismo - Responsabilidade socioambiental. 3. Litoral norte – Alagoas. I. Título.

CDU: 728.5(813.5)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Renata Kelly Alves de Carvalho

POUSADAS DA ROTA ECOLÓGICA NO LITORAL NORTE DE ALAGOAS: PERSPECTIVAS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

APROVADA em 09 / 03 /2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. LINDEMBERG MEDEIROS DE ARAUJO
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFAL

Prof.ª Dr.ª LÚCIA TONÉ FERREIRA HIDAKA
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFAL

Prof.ª Dr.ª LUZIA NEIDE MENEZES TEIXEIRA CORIOLANO
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof.ª Dr.ª VERÔNICA ROBALINHO CAVALCANTI
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFAL

Prof.ª Dr.ª SILVANA PIRILLO RAMOS
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFAL

Aos meus pais, Yuolamo de Carvalho Gama e Maria Uilda Alves Feitosa, pelo incentivo e compreensão.

AGRADECIMENTOS

A Deus por iluminar sempre meus caminhos e possibilitar, mesmo diante de todas as dificuldades, a conclusão de mais uma etapa da minha vida.

Ao Professor Dr. Lindemberg Medeiros de Araujo, que tornou possível a realização deste trabalho, por suas contribuições e apoio em todos os momentos, pelas lições de profissionalismo e caráter ao longo da caminhada.

A Professora Dr.ª Lúcia Tone Ferreira Hidaka que esteve disponível como Co-orientadora enquanto o Professor Dr. Lindemberg esteve afastado em seu Pós Doutorado, contribuindo com seus conhecimentos para a finalização deste trabalho.

Aos técnicos e professores do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, que direta ou indiretamente, subsidiaram a conclusão deste mestrado.

Aos colegas que fiz durante a jornada do curso, pelo companheirismo e a rica troca de experiências.

Aos proprietários das pousadas da Rota Ecológica que contribuíram e se disponibilizaram para execução deste trabalho.

Aos meus familiares que, de uma forma ou de outra, contribuíram para meu crescimento pessoal e profissional.

A minha irmã Yasmim Keylla Alves de Carvalho por sua ajuda antes e durante a apresentação deste trabalho.

Ao meu noivo Henrique Novaes de Vasconcelos por seu incentivo, colaboração durante a realização das entrevistas e visitas de campo e compreensão.

Aos meus colegas de trabalho da Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas – ADEAL pela compreensão e apoio durante esta jornada, especialmente ao Antonio, Elisabete e Suzana.

À Direção da ADEAL que permitiu minha ausência no trabalho que pudesse assistir as aulas e realizar as outras atividades do mestrado.

A todos que de alguma maneira, contribuíram para esta construção.

“A responsabilidade de todos é o único caminho para a sobrevivência humana.”

Dalai Lama

RESUMO

Já há algumas décadas se tem verificado as consequências de sua interferência no meio ambiente e na comunidade em que está inserida. Neste sentido, assim como empresas de outros segmentos, a hotelaria tem buscado incorporar aspectos ambientais e sociais no desenvolvimento de suas atividades através da responsabilidade socioambiental. Este estudo analisa as práticas adotadas por 10 pousadas localizadas na Rota Ecológica, no litoral Norte do Estado de Alagoas, e a possibilidade da existência de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável baseada na responsabilidade socioambiental. A metodologia incluiu levantamento bibliográfico, visitas de campo, registro fotográfico, realização de entrevista e aplicação de questionários junto aos proprietários das pousadas. Os dados revelaram que todas as pousadas adotam algum tipo de prática associada à responsabilidade socioambiental, seja buscando a conservação ambiental do local, a diminuição do uso dos recursos naturais e/ou o envolvimento da comunidade local com a atividade turística. O trabalho conclui que as ações desenvolvidas pelas pousadas estudadas podem ser classificadas como de responsabilidade socioambiental, no entanto, necessitam ser ampliadas para que se aproximem mais do que se entende por desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Turismo. Meios de hospedagem. Rota Ecológica. Responsabilidade socioambiental.

ABSTRACT

Over the recent decades, the consequences of tourism activity and its interference on the environment and communities in which it operates have been identified. In this sense, just like other industries, the hotel industry has sought to incorporate environmental and social aspects in the development of its activities based on the concept of socio-responsibility. This study examines the practices adopted by 10 lodges located in the *Rota Ecológica* region, on the northern coast of Alagoas state, and their contribution for sustainable development perspective based on the concept of socio-environmental responsibility. The methodology included literature review, field visits, photographic survey, semi-structured interviews and questionnaires which were run with the owners of the lodges. Data revealed that all lodges studied have adopted some sort of practice of socio-environmental responsibility, by adopting measures of environmental conservation, reducing the use of natural resources and/or the involvement of the local community in their practices. The study concludes that the actions developed by the studied lodges can be classified as being of socio-environmental responsibility. However, they would need to be broadened so they could represent more precisely the concept of sustainable development.

Keywords: Tourism. Lodging facilities. Rota Ecológica. Socio-environmental responsibility.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Municípios que compõem a Rota Ecológica 17
Figura 2 - Hotel Avenida 59
Figura 3 - Copacabana Palace Hotel 59
Figura 4 - Casa da Aposentadoria - 1966 62
Figura 5 - Hotéis pioneiros da moderna hotelaria 63
Figura 6 - Hotel Jatiúca 64
Figura 7 - Hotel Ponta Verde 65
Figura 8 - Hotel Othon Pajuçara 65
Figura 9 - Hotel Rosa dos Ventos 69
Figura 10 - Código de Ética e Conduta Ambiental 73
Figura 11 - Localização da Rota Ecológica 77
Figura 12 - Logomarca das pousadas com características de charme da Rota Ecológica 78
Figura 13 - Características de charme em pousadas da Rota Ecológica 78
Figura 14 - Visão aéra das pousadas 87
Figura 15 - Entrada das pousadas 87
Figura 16 - A beleza da Rota Ecológica que encanta 91
Figura 17 - Lixo em trecho da Rota Ecológica 96
Figura 18 - Flagrante de veículo transitando irregularmente na praia 96
Figura 19 - Placa de localização de pousadas com a logo da RE 98
Figura 20 - Item Implementação do Código de Ética e Conduta Ambiental da Associação de Hotéis e Roteiros de Charme 113
Figura 21 - Presença da culinária e artesanato local nas pousadas 116
Figura 22 - Certificações ou indicações de qualidade nos serviços das pousadas 118
Figura 23 - Informações sobre a preservação do peixe-boi 119

Figura 24 - Itens Energia e Água do Código de Ética e Conduta Ambiental da Associação de Hotéis e Roteiros de Charme 120

Figura 25 - Item Resíduos Sólidos do Código de Ética e Conduta Ambiental da Associação de Hotéis e Roteiros de Charme 121

Figura 26 - Utilização de energia solar nos bangalós das pousadas (bomba de energia solar) 123

Figura 27 - Construção com uso de materiais sustentáveis 125

Figura 28 - Construção que se adequa a realidade do local 125

Figura 29 - Área de mangue preservado dentro de pousada 130

Figura 30 - Visão da pousada para a praia com vegetação fixadora de dunas conservada 131

Figura 31 - Visão da praia para a pousada com vegetação fixadora de dunas conservada 131

Figura 32 - Saguins são hóspedes permanentes das pousadas 131

Figura 33 - Caranguejos presentes nos mangues que estão em pousadas 131

Figura 34 - Matéria da revista TAM nas nuvens (out/2015) sobre algumas pousadas da Rota Ecológica 133

Figura 35 - Ciclo de Vida da Área Turística 134

Figura 36 - Sede do Instituto Yandê 137

Figura 37 - Movimento Cidade Verde: limpeza de praias e mangues 139

Figura 38 - Tela Verde: apresentação de filmes de educação ambiental 139

Figura 39 - Artesãs produzindo peixe-boi de pelúcia 140

Figura 40 - Biblioteca do Instituto Yandê composta por obras doadas 141

Figura 41 - Aula de informática oferecida pelo Instituto Yandê 141

Figura 42 - Amitus - Associação Milagrense de Turismo Sustentável 142

Figura 43 - Sede da Aribama 143

Figura 44 - Reuniões junto a órgãos públicos para buscar melhorias 148

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Paradigma cartesiano versus paradigma da sustentabilidade 40

Quadro 2 - Evolução dos problemas ambientais: da década de 1950 ao início do século XXI 41

Quadro 3 - Empreendimentos credenciados à Associação de Hotéis Roteiros de Charme 70

Quadro 4 - Classificação dos empreendimentos da Associação de Hotéis Roteiros de Charme.....74

Quadro 5 - Práticas sustentáveis das pousadas divulgadas nos sites 81

Quadro 6 - Nacionalidade dos proprietários das pousadas da Rota Ecológica.....83

Quadro 7 - Informações chave sobre as pousadas participantes da pesquisa 86

Quadro 8 - Ações de Responsabilidade Socioambiental nas pousadas entrevistadas 114

Quadro 9 - Práticas ambientais das pousadas que buscam reduzir o consumo e o desperdício dos recursos naturais.....122

Quadro 10 - Estágios do ciclo de vida da área turística e características associadas 135

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

1 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: INDÍCIOS DE MUDANÇAS NO TURISMO 21

1.1 Necessidade de Repensar o Turismo 23

1.2 Responsabilidade Socioambiental: Uma Perspectiva Empresarial 32

1.2.1 Evolução do conceito de responsabilidade socioambiental 36

1.2.2 A responsabilidade socioambiental no turismo como ferramenta da hotelaria 50

2 SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM 54

2.1 Consolidação da Hotelaria no Brasil 58

2.1.1 Hotelaria em Alagoas 62

2.2 Pousadas de Charme como uma Alternativa 67

2.2.1 Histórico e distribuição das Pousadas de Charme no Brasil 68

2.2.2 Rota Ecológica: Uma Oferta de Turismo Alternativo no Litoral Norte de Alagoas 75

3 A OFERTA TURÍSTICA DAS POUSADAS DA ROTA ECOLÓGICA 85

3.1 A Descoberta do 'Paraíso' 85

3.1.1 A Rota Ecológica 93

3.1.2 Pousadas de Charme: Uma Tipologia de Mercado 100

3.1.3 Para ser Funcionário das Pousadas da Rota Ecológica é Preciso... 103

3.2 Responsabilidade Socioambiental nas Pousadas da Rota Ecológica ... 109

3.2.1 Influências Positivas e Negativas das Pousadas para as Comunidades Locais 126

3.2.2 Apoio das Pousadas à ONGs ou Outros Tipos Organizações Sociais 136

3.2.3 Parcerias com o Poder Público 145

3.3 Resorts versus Pousadas da Rota Ecológica 149

4 CONCLUSÃO 152

REFERÊNCIAS 156

APÊNDICE A - Entrevista 166

APÊNDICE B - Questionário 168

INTRODUÇÃO

O turismo é uma das principais atividades socioeconômicas do mundo contemporâneo, tanto em volume de capital mobilizado e empregos gerados, quanto no que diz respeito à espacialização da função turística (OLIVEIRA, 2007). Como consequência, o turismo tem gerado uma profunda reorganização dos territórios alvo dos investimentos, o que tem ocasionado uma série de consequências ambientais, sociais, culturais e políticas para os lugares envolvidos (BARROS, 1998; 2009).

No Brasil, por volta da década de 1960, o governo federal passou a dar atenção diferenciada ao turismo, vendo nele uma alternativa para geração de emprego e renda. Nesse sentido, houve uma valorização de locais com potencialidades turísticas naturais, particularmente áreas próximas ao mar, o que levou ao início de um processo de valorização de áreas litorâneas.

Em 1966, foram criados o Conselho Nacional de Turismo (CNTur), e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), hoje Instituto Brasileiro de Turismo, que definiram o Plano Nacional de Turismo (Plantur), com o objetivo de criar políticas públicas voltadas ao fomento do turismo. Depois de um relativo desenvolvimento do turismo no país, quase 40 anos depois, em 2003, foi criado o Ministério do Turismo (MTur), responsável pela execução da política de turismo no Brasil e referência para todas as ações voltadas a atividade.

Os investimentos em infraestrutura e as grandes campanhas de *marketing*, na década de 1970, durante o regime militar, impulsionaram um maior consumo turístico por parte das classes médias urbanas brasileiras. Com isso, houve um rápido processo de ocupação turística da zona costeira brasileira (BECKER, 1996), destacando-se a região Nordeste, em virtude dos seus três mil e trezentos quilômetros de litoral. Desde a década de 1980, o Nordeste do Brasil tornou-se um destino turístico em permanente expansão, atraindo investimentos de grandes redes internacionais com o padrão *resorts* e *village,* objetivando a atração de visitantes nacionais e estrangeiros, referenciando o sol, o mar e a beleza feminina (BASTOS, 1998).

Na Constituição Federal de 1988, o turismo foi enfatizado, tendo sido estendido a todos os níveis de governo a responsabilidade de proporcionar o desenvolvimento da atividade, conforme previsto pelo o Artigo 180, Capítulo I, do Título VII - Da ordem econômica e financeira: “A União, os estados, o DF e os

municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico" (BRASIL, 1988).

A região Nordeste, por ser detentora de grandes vantagens comparativas em relação a outras regiões do país e do mundo, como a amenidade de seu clima, com a presença de sol na maior parte do ano, a beleza de seu litoral, a variedade gastronômica, suas manifestações culturais, sincretismo cultural que teve origem principalmente na colonização do país, são componentes que favorecem o acolhimento de seus visitantes (BASTOS, 1998).

O Plano Nacional de Turismo teve como uma de suas principais ações concretas o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE), criado em 1991. O Governo Federal, governos estaduais nordestinos e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), conseguiram apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para a implantação de projetos de infraestrutura básica - saneamento básico, fornecimento de energia elétrica, construção de estradas etc. - e de infraestrutura de sustentação do turismo - reforma e ampliação de aeroportos e rodoviárias nas áreas determinadas como espaços para a implementação dessa atividade, transformando-as em polos turísticos (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009).

Embora o Prodetur/NE tenha proporcionado mecanismos estratégicos para o crescimento do turismo a partir do investimento em obras de infraestruturas, como rodovias, aeroportos, e abastecimento de água, também foram adotadas medidas que visaram o desenvolvimento institucional e de proteção ao meio ambiente. Essas ações, apesar de terem sido implantadas para o turismo, favoreceram outros setores. No entanto, ainda deixam boa parte da população ausente desses benefícios, financiados com recursos públicos e que deveriam ser apropriados por todos (FONTELES, 2004).

Com a revalorização do litoral do Nordeste do Brasil para fins de lazer e turismo, expandiu-se a disputa desse espaço para novos usos, configurando-o como uma importante mercadoria imobiliária. Como consequência, a expansão imobiliária vem proporcionando mudanças na costa nordestina, desapropriando as terras de populações tradicionais como consequência dos reordenamentos territoriais impostos pela ocupação turística que utiliza os melhores lugares para investimento. O turismo se inseriu em vários lugares, transformando-os em verdadeiras destinações turísticas, formando centros receptivos de turismo para onde seguem

grandes fluxos turísticos (CORIOLANO, 2009). São exemplos claros de tais destinações, Fortaleza (CE), Pipa (RN), Porto de Galinhas (PE) e Maragogi e Maceió (AL).

Em contextos como esses, cada vez mais comuns nas zonas costeiras tropicais do planeta, os lugares nos quais o turismo se insere ao mesmo tempo em que passam por um processo de urbanização orientado pelo turismo, aumentam as contradições e desigualdades sociais, havendo uma tendência à perda do seu poder de atração, decorrente dos impactos ambientais, sociais e culturais. Portanto, uma das consequências é que o turismo tem afetado a qualidade do ambiente, tanto nos aspectos naturais quanto culturais, que na maioria das vezes formam a base atrativa dos lugares para o turismo se desenvolver. As consequências negativas decorrentes do turismo de massa despertaram o interesse da comunidade acadêmica (ARAUJO; MOURA, 2007; CRUZ, 2003; CARNEIRO, 2003; CORIOLANO, 2009), que tem procurado entender o que está acontecendo na prática, buscando oferecer alternativas para o desenvolvimento do turismo no Brasil em bases sustentáveis.

No caso do Estado de Alagoas, o turismo é uma importante atividade, devido ao seu diversificado litoral, que possui aproximadamente 230 km de extensão. Nessa parte do território de Alagoas, a paisagem natural representada por praias, dunas, estuários, planície costeira, recifes de arenito e de coral, manguezais, matas de restinga (formações associadas ao bioma Mata Atlântica) e as lagunas, indiscutivelmente a natureza ainda é o principal elemento de atração turística dessa parte de Alagoas.

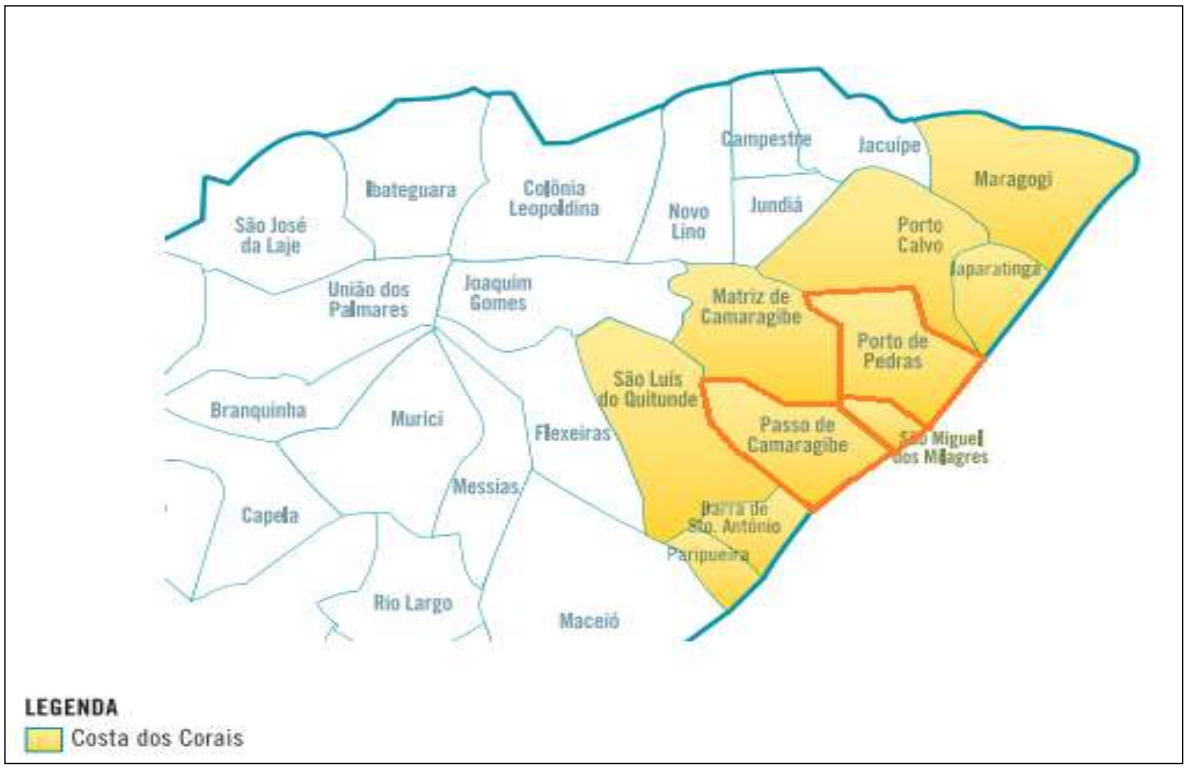
A expansão da atividade turística em Alagoas se deu de forma bastante seletiva, social e territorialmente, uma vez que a infraestrutura dos municípios mais carentes, que são pouco visitados pelos turistas, ainda se mantêm de forma bastante precária e convivem com um número significativo de desempregados e crianças de rua. Essa situação contrasta com o desenvolvimento social da parte privilegiada pelo turismo em Alagoas. Esse tipo de desenvolvimento excludente tem contribuído para o fortalecimento das disparidades sociais.

Apesar da prevalência do turismo de massa no mundo, vem crescendo em diversos países ofertas de turismo alternativo. Esse é o caso do que se convencionou chamar de *slow tourism*, o qual prioriza as características intrínsecas aos locais visitados e evita as rotinas e pressa do turismo de massa (TIMMS; CONWAY, 2012). Associadas à noção de *slow tourism*, surgiram mais recentemente

as chamadas “Pousadas de Charme”, nas quais se prioriza o “[...] bom gosto, atenção aos detalhes, paixão de servir, conforto compatível com expectativas dos hóspedes, localização privilegiada, construção adequada ao meio ambiente e à região” (Associação de Hotéis Roteiros de Charme, 2011), o que torna o empreendimento diferenciado, se comparado a meios de hospedagem convencionais, incluindo os *resorts*. Um dos aspectos mais relevantes das Pousadas de Charme é a adoção de iniciativas de responsabilidade socioambiental (RSA) (TACHIZAWA, 2006; BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009), que envolve preocupação com o meio ambiente, a cultura e as comunidades envolvidas.

Nesse sentido, em Alagoas, destaca-se um trecho do Litoral Norte localizado entre o povoado de Barra de Camaragibe (município de Passo de Camaragibe) e o rio Manguaba (município de Porto de Pedras), denominado de Rota Ecológica (RE) (Figura 1).

Figura 1 - Municípios que compõem a Rota Ecológica



Fonte: Alagoas (2013, p.43).

A oferta turística local, representada principalmente por 13 pousadas com características de charme, incorpora procedimentos de responsabilidade socioambiental, associada aos princípios do desenvolvimento sustentável, ou seja, a

mencionada oferta turística desenvolve práticas que associam a viabilidade econômica dos empreendimentos ao desenvolvimento social e à conservação ambiental. Partindo do pressuposto de que as mencionadas pousadas, da Rota Ecológica incorporam características de charme, associadas à noção de desenvolvimento sustentável, e na intenção de compreender como tem sido essa experiência de turismo alternativo no litoral Norte alagoano, este estudo examina a seguinte questão: **Até que ponto aspectos de responsabilidade socioambiental estão inseridos no turismo desenvolvido pelas pousadas, com características de charme, da Rota Ecológica?**

Este estudo tem como principal objetivo analisar a experiência das pousadas da Rota Ecológica, buscando entender se e como ocorre a inclusão de aspectos de sustentabilidade com foco na responsabilidade socioambiental nestes empreendimentos.

Buscou-se coletar dados junto aos proprietários das 13 pousadas da Rota Ecológica, mas como três proprietários não concordaram em participar do estudo, o universo da pesquisa abrangeu apenas 10 pousadas. As informações fornecidas pelos pousadistas foram cotejadas com dados anteriores coletados e analisados pela mestranda, em sua monografia de graduação, defendida junto ao curso de Bacharelado em Geografia da Ufal, em 2014, intitulado “Pousadas de charme como uma alternativa para o turismo sustentável em São Miguel dos Milagres - AL”.

Foi adotada uma abordagem qualitativa, tendo-se uma entrevista semiestruturada e um questionário semiestruturado complementar, aplicados individualmente com cada um dos proprietários das pousadas, como principais instrumentos de coleta de dados (Apêndices A e B). A pesquisa qualitativa fundamenta-se em métodos múltiplos, interativos e humanísticos que incluem a participação ativa dos entrevistados, de tal forma que eles forneçam informações e dados relevantes ao exame da questão ou questões de uma determinada pesquisa (HERMES, 2009).

Os questionários e entrevistas foram agendados e realizados nos meses de abril e julho de 2014. Os agendamentos ocorreram através de ligações telefônicas e e-mails. Juntos, a realização das entrevistas e a aplicação dos questionários tiveram uma duração média de 50 minutos que foram posteriormente transcritas. Das 10 entrevistas realizadas, oito foram gravadas, pois um dos entrevistados, que é proprietário das Pousadas 4 e 5, preferiu não gravar a entrevista.

Com a finalidade de obter mais informações sobre as atividades desenvolvidas pelas pousadas da RE, nas suas rotinas de planejamento, operação e gestão, e também a fim de conhecer especificamente as ações de RSA das pousadas, o questionário incluiu algumas ações que normalmente fazem parte da noção de RSA, com base na literatura que trata do tema, no Código de Ética e de Conduta Ambiental da Associação de Hotéis e Roteiros de Charme, e após análise de questionários de RSA aplicados em empresas. São procedimentos que comumente são desenvolvidos por estabelecimentos hoteleiros, principalmente na tipologia pousada, que reunidos passaram por filtro e foram adaptados à realidade das pousadas da RE, para que os proprietários pudessem responder de acordo com a identificação dessas práticas nas suas pousadas.

Contemplando o aspecto social, foram incluídos temas tais como: a existência de um Código de Ética, documento em que fica clara a conduta da pousada; o incentivo à capacitação dos funcionários e o estímulo à busca por conhecimentos; a promoção da saúde, segurança do trabalho ou melhoria da qualidade de vida dos funcionários; o estabelecimento de canais de comunicação com clientes para registros de reclamações, elogios e soluções para os problemas encontrados por eles; a oferta e a preferência por pratos da culinária local na pousada; a exposição e venda de produtos da comunidade local no interior da pousada; a oferta de cursos para a comunidade local; a compra de produtos no próprio município, proporcionando movimentação na economia local; a valorização das manifestações culturais, como apresentações de folguedos, a exemplo do bumba-meu-boi, comuns na região.

Para identificação das ações que visam atender ao aspecto ambiental, no âmbito da RSA, foram incluídos os seguintes temas: possuir certificações ambientais; dar prioridade a compras junto a fornecedores que desenvolvem práticas de proteção ao meio ambiente; disponibilizar informações sobre as práticas ambientais desenvolvidas aos hóspedes; ter licença ambiental vigente do Instituto do Meio Ambiente - Ima, órgão ambiental do estado responsável pelo licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras ou que podem causar impactos ambientais em Alagoas.

Com o intuito de preservar a identidade das pousadas e dos entrevistados, optou-se por nomear as pousadas como Pousada 1, Pousada 2, Pousada 3, e assim sucessivamente até a Pousada 10, e os entrevistados foram citados usando-se

como referência o empreendimento: por exemplo, proprietário da Pousada 1. Outra forma utilizada para resguardar a identidade dos proprietários baseou-se apenas no uso do substantivo masculino (proprietário), isto é, sem guardar uma relação direta com o gênero do(a) proprietário(a).

O trabalho está dividido em três capítulos. O capítulo 1 concentra as discussões acerca da necessidade de mudança de paradigmas no desenvolvimento do turismo, com apresentação de conceitos como turismo de massa e turismo sustentável. Também são apresentados e discutidos os conceitos de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental. Essas discussões permitem uma reflexão e o reconhecimento de que o turismo não deveria ser planejado de forma isolada, sem levar em consideração as demais atividades socioeconômicas.

No segundo capítulo é apresentado o histórico e evolução dos meios de hospedagem no mundo, no Brasil e em Alagoas, as alterações ocorridas até o momento, e a incorporação de aspectos associados ao desenvolvimento sustentável e à responsabilidade socioambiental nesses empreendimentos. Também é apresentado como se deu o surgimento e consolidação dos hotéis e pousadas de charme no Brasil e a RE no estado de Alagoas.

O terceiro e último capítulo apresenta os principais resultados do estudo, buscando compreender se e como a RSA vem sendo inserida no desenvolvimento das atividades turísticas das pousadas da RE, no litoral Norte de Alagoas.

1 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: INDÍCIOS DE MUDANÇAS NO TURISMO

Apesar de o turismo remontar ao século XVII, quando os ingleses realizavam as primeiras viagens organizadas, conhecidas como *Grand Tour* (BARRETTO,1995; CRUZ, 2003), foi somente a partir do século XX, com o impulso das indústrias automobilística e aeronáutica, e com o desenvolvimento econômico das nações, que o turismo passou por um processo de massificação e dinamismo econômico, convertendo-se no que hoje podemos chamar de "[...] maior atividade econômica da atualidade[1]" (MASINA, 2002, p. 15).

Essa condição tem se confirmado com a consolidação atual do turismo, como uma das principais atividades socioeconômicas do mundo. Isso se deve tanto ao volume de capital mobilizado pela atividade e pelos empregos que ela gera, quanto pela espacialização da função turística, que pode ser vista na diminuição das diferenças entre as regiões, na melhoria na qualidade de vida das regiões mais atrasadas, que também são beneficiadas pela implantação de infraestruturas básicas com finalidade de atender a demanda turística (LAGE; MILONE, 2001; RABAHY, 2003).

O turismo se destaca no mundo por compreender uma cadeia de aproximadamente 55 setores econômicos, representando 9% do PIB mundial, 30% das exportações de serviços e 6% do comércio internacional (BRASIL, 2015). Nesta perspectiva, Oliveira (2007, p. 19) coloca que:

> Ao longo dos últimos 50 anos, o turismo cresceu de forma rápida e transformou-se numa das áreas mais importantes da economia global. No ritmo atual de expansão, o setor chegará a 2020 com faturamento de 2 trilhões de dólares por ano.

Com o reconhecimento da importância que a atividade turística tem alcançado para a economia, têm sido criadas políticas e respectivos planos, programas e projetos, em grande número de países desenvolvidos e subdesenvolvidos com o objetivo de promover o crescimento da atividade, buscando proporcionar o desenvolvimento dos locais onde o turismo está presente.

[1] Maior movimentação de capital para a sua efetivação.

A atividade turística está intimamente ligada ao setor de transportes, hospitalidade e atrativos (PAGE, 2007), o que torna necessário o desenvolvimento de infraestrutura, acessibilidade às zonas de atração turística, e facilidades que possibilitem a estada do visitante no lugar (GUNN, 1994; CRUZ, 2003).

Por suas características, a atividade turística é uma desencadeadora de modernização da rede comercial e de serviços, construindo e/ou ampliando uma complexa base de infraestrutura básica do setor terciário da economia. Essa modernização favorece a dinâmica socioeconômica local e a ampliação de diversas atividades, como o comércio, o mercado imobiliário, a prestação de serviços, o setor de transportes, além de aumentar a arrecadação de impostos e ampliar o mercado formal e informal de trabalho. No entanto, a atividade também desencadeia consequências negativas nos aspectos socioculturais e ambientais das sociedades e comunidades receptoras (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009). Portanto, a prática do turismo tem alterado os lugares, o que tem acelerado a transformação de espaços antes habitados somente por populações tradicionais de expressão local, levando à ruptura de tradições e culturas, impondo elementos de modernidade nem sempre positivos aos locais até então tradicionais (ARCHER; COOPER, 1998; IRVING; AZEVEDO, 2002; KOROSSY, 2008; CORIOLANO, 2012).

Apesar da visão otimista do poder público, em relação ao potencial do turismo em contribuir para o desenvolvimento, os lugares produzidos ou reorganizados pelo turismo, ao mesmo tempo em que passam por um processo de urbanização, com várias consequências positivas para os lugares, também passam a enfrentar contradições e desigualdades sociais novas, havendo uma tendência a perder seu poder de atração, decorrente da degradação da natureza e da cultura local (BUTLER, 1980). Diante desses tipos de problemas, observa-se que a falta de planejamento e adequado das infraestruturas que permitem o desenvolvimento do turismo, tem afetado a base de recursos que, na maioria das vezes, é a base atrativa dos lugares. Os impactos negativos decorrentes do turismo de massa tem despertado o interesse da comunidade acadêmica (ARAUJO; MOURA, 2007; CRUZ, 2003; CARNEIRO, 2003; CORIOLANO, 2009), levando a uma ampliação das discussões sobre alternativas para o desenvolvimento do turismo no Brasil.

1.1 Necessidade de Repensar o Turismo

O turismo é um segmento da economia que, como qualquer outra atividade econômica, tem o objetivo de gerar lucro. Sua significativa expressão espacial faz com que o turismo seja um grande consumidor de território, o que tem ocasionado impactos positivos e negativos nos espaços dos quais se apropria (CRUZ, 2003; PANOSSO NETTO, 2010). Dessa forma, o turismo deve ser analisado sob um olhar crítico que busque compreender o seu crescimento e desenvolvimento sem perder de vista suas consequências para o território, a sociedade e o meio ambiente. Este argumento se baseia no fato de que o turismo pode assumir várias formas, variando do turismo de massa – com grande capacidade de gerar impactos negativos -, até o turismo alternativo, potencialmente com muitos impactos positivos nos lugares receptores. A inserção de uma atividade em determinado local sempre irá ocasionar impactos, no entanto, o que tem sido discutido e buscado há alguns anos é a minimização dos impactos negativos do turismo (YAZIGI, 1999; IRVING; AZEVEDO, 2002).

Nas últimas décadas, surgiu a necessidade de se desenvolver uma visão mais abrangente a respeito do desenvolvimento e da manutenção da atividade turística. Foram identificados aspectos ambientais e sociais em relação aos quais o turismo massificado tem se mostrado em conflito, como consequência dos impactos adversos causados aos destinos por essa atividade (KÖRÖSSY, 2008). Ao discutir tais conflitos, Bramwell e Lane (1993) entendem que para haver sustentabilidade no desenvolvimento turístico

> Em geral, quatro princípios básicos parecem cruciais para o conceito de sustentabilidade: 1) a ideia de planejamento holístico e a formulação de estratégias; 2) a importância de se manter processos ecológicos essenciais; 3) a necessidade de se proteger a herança cultural e a biodiversidade; 4) o requerimento chave: desenvolver de tal forma que a produtividade seja duradoura a longo prazo para as futuras gerações (p. 2).

Os referidos autores defendem que haja o reconhecimento de que o turismo seja planejado levando-se em consideração a existência de outras atividades econômicas nas destinações, com as quais ele se relaciona e das quais depende. Bramwell e Lane (op. cit.) também ressaltam a importância da continuidade do desenvolvimento da atividade (sustentabilidade), visto que hoje os planejamentos

turísticos tendem a ser pragmáticos, visando apenas o retorno imediato, sem prever ou se preocupar com as consequências indesejáveis que as ações desencadeadas pelo turismo causarão no futuro.

A sustentabilidade possui ligação direta com o desenvolvimento sustentável, o qual se caracteriza por ser um processo de mudança econômica, social, cultural e política, enquanto a sustentabilidade consiste em atributo, conforme explicado por Milaré (2005, p. 59-61):

> Melhor do que falar em desenvolvimento sustentável - que é um processo -, é preferível insistir na sustentabilidade, que é um atributo necessário a ser respeitado no tratamento dos recursos, em especial dos recursos naturais. [...] Como atributo, a sustentabilidade dos recursos está associada à sua durabilidade, ou seja, um bem ou recurso é sustentável na medida em que pode - ou deve – durar para atender às necessidades dos ecossistemas naturais e às demandas dos ecossistemas sociais (em particular nos processos de produção ou consumo).

Uma das provocações teóricas acerca da noção de sustentabilidade consiste na defesa da necessidade da conscientização de que ela – a sustentabilidade – é um caminho a ser percorrido no presente, e não, algo decisivo a ser adquirido em um futuro abstrato. A temática da sustentabilidade inclui uma série de proposições e estratégias que buscam atuar tanto em nível local quanto global, com base em uma mudança de paradigma de ação e foco. Por exemplo, essa visão está associada à necessidade de descentralização das decisões e foco na conscientização ambiental (ARAUJO; DREDGE, 2012). Desta forma, a noção de sustentabilidade implica que os meios de produção, a distribuição dos bens de consumo, e a exploração dos recursos existentes ocorram de modo mais harmônico, economicamente eficaz e ecologicamente viável, proporcionando a perdurabilidade do próprio processo econômico, através da capacidade de renovação dos recursos e da satisfação das necessidades humanas atuais e futuras (VEIGA, 2010).

No intuito de se buscar alternativas para as práticas do turismo de massa, marcado pela presença de equipamentos e serviços que atendem a um grande número de turistas com médio poder aquisitivo, em programações envolvendo grandes contingentes humanos e viagens organizadas, como os pacotes turísticos (BARRETTO, 2003), originaram-se as discussões acerca do turismo sustentável. Este se baseia no conceito de desenvolvimento sustentável (DS) que busca “[...] atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações

futuras atenderem também às suas" (ONU, 1988, p. 09), conceito que foi amplamente difundido em todo o mundo através do livro "Nosso futuro comum", publicado em 1987.

A ampla divulgação do entendimento de que os recursos naturais são limitados, tem explicado a crescente preocupação em prol do meio ambiente, através de medidas que visam minimizar os impactos ambientais decorrentes das atividades antrópicas. Na visão de Macneill (1992, p. 16), "O mundo avançou agora da interdependência econômica para a interdependência ecológica - e até, para além desta, para um entrelaçamento de ambas". Nesta perspectiva, segundo Guimarães (1997, p. 13), "A dinâmica atual configura, pois, uma crise. Um período de transição em que coexistem tendências contraditórias que apenas insinuam um mundo novo que tenta emergir das cinzas de uma realidade ainda dominante".

Durante muitas décadas, os modelos de crescimento econômico dominantes destacaram a industrialização quase como o único caminho para se alcançar progresso e prosperidade. Esse tipo de entendimento trouxe como resultado uma utilização desenfreada dos recursos naturais e, consequentemente, uma severa degradação do meio ambiente, ocasionando transtornos para o homem, ocorridos principalmente pelas crescentes taxas de urbanização e de industrialização sem os devidos controles sociais, integradas às demais atividades socioeconômicas e interesses sociais, além dos resíduos gerados em consequência de suas atividades. Como afirma Cavalcanti (2003, p. 165), "Uma noção agora largamente admitida é a que o tipo de desenvolvimento que o mundo experimentou nos últimos duzentos anos, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, é insustentável".

A transição para um novo paradigma de desenvolvimento está ocorrendo paulatinamente. Ela vem sendo acompanhada por uma série de mudanças nos conceitos e na consciência dos indivíduos, que a partir da organização de discussões estão buscando avaliar as consequências da degradação causada pelo modelo econômico prevalente até então, o que já tem resultado na elaboração de recomendações que visam contribuir para uma aceitação da necessidade de se construir um novo conceito de desenvolvimento. Diante desse processo de mudança, Cavalcante (1999, p.24) afirma que "A mudança de paradigma implica em romper com o *stablishment* (sic) dominante e ficar em situação de minoria durante determinado período de transição". Entende-se, portanto, que o processo de mudança é lento e necessariamente conflituoso. A busca por uma relação

equilibrada entre as dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento, não tem sido um debate simples, pois os investidores e tomadores de decisão por trás da economia possuem uma visão pragmática e muitas vezes imediatista, ao tempo em que a definição de desenvolvimento sustentável é desdobrada para as futuras gerações, o que acaba dividindo a responsabilidade por um futuro com qualidade de vida e equidade entre os homens.

A expressão “turismo sustentável” começou a ser usada com mais frequência a partir do início da década de 1990, quando os questionamentos a respeito dos impactos ambientais negativos do desenvolvimento econômico com base no paradigma prevalecente desde a Revolução Industrial se tornaram mais visíveis. A partir de então, passou-se a incorporar as discussões e proposições presentes no Relatório de Brundtland nas discussões sobre o desenvolvimento da atividade turística. A noção de turismo sustentável inclui a proposição de redução nos custos e a maximização dos benefícios ambientais do turismo, através da integração entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil, em busca do fortalecimento e manutenção dos aspectos locais e ambientais, que, na maioria das vezes, são essenciais para o desenvolvimento da atividade (SWARBROOKE, 2002).

Em seu livro “Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental”, Swarbrooke (2002) identifica alguns autores que de alguma forma colaboraram para a construção do conceito de turismo sustentável. Por volta 1965, Dowers já advertia sobre os possíveis impactos resultantes do aumento do tempo livre e das atividades de lazer em seu relatório *Forth Wave – The lenged of Leisure*. Em 1973, Young levantou importantes questionamentos sobre os efeitos negativos potenciais do turismo. Na década de 1980, se destacaram os trabalhos de Mathieson e Wall, que em 1982 expuseram alguns impactos mundiais do turismo; a publicação do livro *Tourism: A community approach,* de Murphy (1985), que discute a relação entre turismo e comunidade local; e o clássico trabalho de Krippendorf (1987), “Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens”, que faz uma análise sobre o turismo e seu impacto com base na visão do turista.

Em 1998, Butler apresenta a ideia de que o turismo sustentável se mostra como contraposição ao turismo de massa. Já Milne (1998) ao defender que a maioria das discussões sobre turismo sustentável procura contestar e distinguir atividades sustentáveis daquelas relacionadas ao turismo de massa, alerta para não

adotarmos uma visão dicotômica de turismo sustentável *versus* turismo convencional, pois segundo o autor, todos os tipos de turismo decorrem de uma organização básica em comum, estando dessa forma interligados (SWARBROOKE, 2002).

Butler (1998) mostra que até meados da década de 1970, os responsáveis pelo desenvolvimento do turismo visavam apenas à obtenção de lucros, e não davam importância às questões ambientais e sociais vinculadas às consequências socioespaciais do turismo. Embora o autor destaque que por volta da década de 1970 a preocupação com os impactos ambientais e sociais decorrentes do turismo tenha sido incorporada às discussões técnicas e acadêmicas, a expressão "turismo sustentável" só passou a ser realmente empregada e disseminada a partir do final da década de 1980, com a incorporação das proposições contidas do Relatório Brundtland ao desenvolvimento da atividade turística.

A realização da Conferência Mundial de Turismo Sustentável em 1990, organizada pela Organização Mundial de Turismo (OMT), foi destacada por Butler (1998) como o marco oficial da inclusão da ideia de desenvolvimento sustentável no turismo. Nessa conferência, definiu-se que:

> (...) o turismo sustentável constitui um modelo de desenvolvimento econômico que foi concebido para:
> - Melhorar a qualidade de vida da comunidade visada;
> - Oferecer ao visitante uma elevada qualidade de experiências;
> - Manter a qualidade do ambiente de que tanto a comunidade anfitriã quanto o visitante dependem (OMT, 1990, p.12).

Para a OMT (2001), o turismo sustentável consiste naquele que, em relação à gestão dos recursos envolvidos, atende as necessidades econômicas e estéticas das paisagens, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade e o sistema de suporte à vida. Esta definição, assim como as outras referentes à noção de turismo sustentável, está intimamente relacionada ao conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, estabelecendo uma relação entre esses dois conceitos, Swarbrooke propõe que o Turismo Sustentável consiste em

> Formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades (SWARBROOKE, 2002, p.19).

Nessa perspectiva do desenvolvimento sustentável, é dada ênfase à geração de emprego para os residentes, destacando os empreendimentos detentores de maior poder de incentivo à economia local, difundindo a participação comunitária. Por isso, é importante que haja participação por meio de um planejamento associativo e descentralizado, sustentada na regulamentação fundiária e a posse da terra de populações indígenas, pesqueiras, as chamadas comunidades nativas. Para que esse fim seja alcançado, defende-se que haja compatibilidade nas regras ou normas das unidades de conservação, ou nos acordos dos comitês de gestão ambiental com a atividade turística (CORIOLANO, 2012).

Parece haver concordância entre os pesquisadores do turismo sustentável, sobre as preocupações socioambientais e a dimensão da estrutura, funcionalidade e gestão dos equipamentos a serem incorporados em determinada área, assim como sobre a transparência de quem deveria controlar sua implementação. É nessa perspectiva que Seabra faz as seguintes considerações:

> O turismo sustentável é uma forma de lazer, fundamentado na autodeterminação, na valorização das populações nativas e no respeito ao meio ambiente. Caracterizado como brando e tranquilo esse segmento do turismo é caracterizado pelas viagens individuais ou em pequenos grupos, relacionados com a natureza, e pela acomodação em alojamentos simples que dispõem de serviços personalizados [...] baseando-se nos seguintes princípios:
> - preservação e conservação do patrimônio natural;
> - valorização do patrimônio histórico e cultural;
> - desenvolvimento econômico com equidade social; incentivo aos micros e pequenos negócios (SEABRA, 2001, p.29).

Assim como outras atividades humanas, o turismo, como mencionado anteriormente, também gera impactos sobre o meio ambiente. Entretanto, os responsáveis pela oferta turística (governo, mercado, e comunidades), também têm interesse na conservação ambiental, pelo fato do ambiente ser a sua principal base de recursos. Neste sentido, a conservação do meio ambiente, seja ele natural ou não, é, cada vez mais, uma necessidade para que o turismo seja bem sucedido. Esse argumento é levantado por Pires (2010, p. 23), ao afirmar que “Os turistas (especialmente os internacionais) evitam praias poluídas, áreas naturais sujas por material descartável ou visitar áreas campestres e rurais já descaracterizadas por padrões urbanos de assentamento e arquitetura”. Ao mesmo tempo em que tais comportamentos parecem óbvios, ainda é necessário que muito esforço seja

despendido para que o planejamento e gestão do turismo incorporem efetivamente objetivos que busquem atender a tais anseios da demanda turística.

Embora o turismo seja considerado pela maioria das pessoas como uma atividade econômica que causa menos impactos ao meio ambiente, em comparação com outras atividades (indústria, agricultura mecanizada, mineração, etc.), no seu modelo mais intensivo, o turismo de massa, caracterizado pela concentração de elevado número de turistas, equipamentos e infraestruturas nas destinações turísticas, tem deixado marcas permanentes, algumas irreversíveis, em destinações em diversas partes do mundo (BRAMWELL, 2006; MCKERCHER, 1993). A diminuição da circulação de turistas em muitas destinações, em razão da perda da qualidade do meio ambiente, diminui de forma significativa a entrada de receitas, criando um ciclo vicioso em que a falta de condições para melhorias da oferta turística e capacitação leva à depreciação do ambiente e dos serviços turísticos, afastando cada vez mais os turistas, principalmente aqueles que possuem maior poder de consumo, ou seja, os geradores de receitas que financiariam tais investimentos (PIRES, 2010). Há evidências de que o forte declínio da atividade turística em várias destinações no Nordeste do Brasil, inclusive na destinação Maceió (Alagoas), no início da década de 1990, foi influenciado por esse tipo de problema (RANGEL, 2010).

Verifica-se, que hoje a defesa do desenvolvimento sustentável do turismo, está integrada ao discurso e às políticas dos órgãos públicos. Por exemplo, o Plano Nacional de Turismo - 2007-2010 estabelece que:

> O turismo pode ser uma importante ferramenta para o alcance dos objetivos de desenvolvimento do milênio, particularmente com relação à erradicação da extrema pobreza e da fome, à garantia de sustentabilidade ambiental e ao estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento (BRASIL, 2007, p. 15).

De forma semelhante, no Documento Referencial Turismo no Brasil 2011-2014, o governo federal coloca que a dimensão territorial e a diversidade cultural, social e ambiental do Brasil, se constituem como os maiores desafios para o desenvolvimento sustentável da atividade:

> A dimensão e diversidade do território brasileiro são de tal ordem que a estruturação e organização da oferta turística do país constituem um dos

> maiores desafios para a gestão e o desenvolvimento sustentável da atividade (BRASIL, 2011, p.67).

Na mesma linha de abordagem das políticas públicas federais de turismo, no Plano Nacional de Turismo, para o período 2013-2016, o turismo sustentável é abordado em várias passagens do texto. Após uma breve apresentação do cenário turístico brasileiro, tem-se:

> É nesse contexto que o Plano Nacional de Turismo 2013-2016 se insere como referência para a política pública setorial do turismo, que deve ter como perspectiva a efetivação do potencial da atividade para um desenvolvimento econômico sustentável, ambientalmente equilibrado e socialmente inclusivo (BRASIL, 2013, p.52).

O documento faz referência ainda ao fomento e apoio às iniciativas que busquem desenvolver o turismo com ênfase no desenvolvimento local e sustentável:

> Fomento e apoio a projetos ou ações para o desenvolvimento local e sustentável do turismo, por meio da organização e qualificação da produção, melhoria da qualidade dos serviços, incentivo ao associativismo, cooperativismo, empreendedorismo, formação de redes, estabelecimento de padrões e normas de atendimento diferenciado e estratégias inovadoras, para inserção desses produtos na cadeia produtiva do turismo, particularmente com relação a produtos e serviços turísticos de base comunitária com representatividade da cultura local, valorização do modo de vida ou defesa do meio ambiente (BRASIL.2013, p.99).

A inserção e incentivo ao turismo sustentável nos documentos da Política Nacional de Turismo (planos, programas e projetos), nas três esferas de ação (federal, estadual e municipal), hoje é algo comum e necessário, tendo em vista a repercussão das discussões sobre o tema sustentabilidade sobre as políticas públicas e em relação à necessidade de conservação do meio ambiente.

No Estado de Alagoas, constata-se que o objetivo geral do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo 2013-2023, documento oficial mais recente sobre turismo no estado, contempla o turismo sustentável quando traz que o Plano tem por objetivo “Contribuir, de modo efetivo, para o desenvolvimento de um turismo sustentável no Estado de Alagoas” (ALAGOAS, 2013, p.49).

O mesmo documento ainda traz elementos característicos do turismo sustentável ao apresentar a missão e a visão do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do turismo no Estado de Alagoas:

> MISSÃO
> Fomentar a atividade turística, de forma sustentável, consolidando Alagoas como destino turístico nacional e internacional, mediante a implementação de programas e projetos, que viabilizem a equidade, a inclusão e a justiça social.
>
> VISÃO
> Desenvolver social e economicamente o turismo no Estado a partir da percepção de sustentabilidade, levando à melhoria da qualidade de vida da população, com a preservação de seus valores histórico-cultural e ambiental, até 2023 (p. 40).

Outro documento que mostra a inserção de aspectos da sustentabilidade e o interesse do poder público do Estado de Alagoas em promovê-lo, é a Lei N° 7.231, de 7 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Estado de Alagoas e sobre a Criação de Áreas Especiais de Interesse Turístico (AEIT), onde está colocado que:

> Art. 1º A Política de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Estado de Alagoas busca compatibilizar o uso turístico e a conservação do litoral, com a garantia da qualidade de vida da população local, de forma socialmente justa e economicamente viável.
> Art. 2ºA Política de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Estado de Alagoas tem como pressupostos:
> I – promover o turismo sustentável e a valorização econômica dos recursos naturais e culturais existentes;
> II – conservar o meio biológico e manter suas características relevantes;
> III – promover a valorização da cultura local;
> IV – fortalecer a cadeia produtiva do turismo;
> V – promover o ordenamento do uso e ocupação do solo em áreas com potencial turístico;
> VI – promover o investimento privado de forma ordenada; e
> VII – incentivar a adoção de tecnologias e práticas sustentáveis pelos empreendimentos turísticos (ALAGOAS, 2011).

Frequentemente, o discurso sobre o turismo sustentável se restringe a um discurso retórico e ideológico, que se não for incorporado às ações empíricas da atividade, nunca será praticado de forma efetiva, e ficará apenas no discurso. Entretanto, já se verifica um número crescente de iniciativas, buscando implantar a mudança na prática (BRAMWELL, 2004), em muitos países, o que parece indicar que, em alguns casos, tem havido tentativas reais no sentido de se buscar materializar, na prática, objetivos relacionados ao turismo sustentável que fazem parte de documentos de política pública e da iniciativa privada em diversos destinos turísticos, no Brasil e em outros países.

1.2 Responsabilidade Socioambiental: Uma Perspectiva Empresarial

Como consequência do surgimento do conceito de DS, começou a emergir, de forma lenta no início, e um pouco mais rápida, em anos recentes, uma nova forma de pensar e agir, em relação ao desenvolvimento, entre governantes, gestores e proprietários de empresas privadas, e organizações da sociedade civil. Dentre outras características da mudança comportamental das organizações, surgiram as dimensões ética e política nas práticas organizacionais que considera o desenvolvimento como um processo de transformação social - e não mais apenas como sinônimo de crescimento econômico (VEIGA, 2010) -, o que exige uma democratização em relação ao acesso aos recursos naturais e distribuição justa dos custos e benefícios do desenvolvimento.

No entanto, a busca por uma relação equilibrada entre as três dimensões que compõem o DS (social, econômica e ambiental), não tem sido uma tarefa simples. A discussão é complexa, principalmente, porque a economia, da escala local à mundial, tende a ser planejada e gerida com base em uma visão pragmática, que busca atender objetivos imediatistas, em um processo guiado quase exclusivamente, pelo lucro, ao tempo em que a definição de DS inclui, por exemplo, consideração às necessidades das futuras gerações, o que exige o compartilhamento de responsabilidades por um futuro com qualidade de vida e equidade entre os homens, configurando, além disso, um processo contínuo de mudanças no planejamento e gestão, com resultados em longo prazo.

Depreende-se do conceito de DS que a abrangência das mudanças esperadas vai muito além das fronteiras econômicas. Por exemplo, busca-se alcançar melhores condições de vida para a população; participação democrática dos diversos setores sociais nos processos de planejamento e tomada de decisão em que se encontram inseridos; e, consequentemente, uma melhor utilização dos recursos naturais, culturais e políticos disponíveis, para que ocorra uma distribuição mais equitativa dos recursos e bens produzidos, assim como um uso do território coletivamente mais inclusivo.

A sociedade, em sua totalidade, de maneira direta ou indireta, tem sofrido as consequências de uma série de problemas que tiveram origem na sua relação com o meio ambiente, como desmatamentos, poluição e a erosão dos solos, poluição e escassez das águas, poluição do ar, proliferação de doenças, extinção de espécies

animais e vegetais, entre outros (MACNEILL, 1992; CAVALCANTE, 1999; BRÜZEKE, 2003; PELICIONI, 2004; BELLEN, 2007; CARSON, 2010). Grande parte desses problemas envolve relações tensas e complexas, entre as dimensões econômicas e socioambientais, em parte por serem altamente inter-relacionados. Para serem analisados na sua totalidade, precisam ser observados de maneira holística e sistêmica (CAPRA, 1996; SACHS, 2004; SILVA, 2005; VEIGA, 2010). Deste modo, é importante a compreensão da complexidade das questões ambientais, e o reconhecimento de que não existirá uma solução técnica eficaz, sem haver solução para os problemas políticos (centralização do poder, caráter imediatista da atividade econômica, busca sem controles pelo crescimento econômico, ações voltadas para a concentração de renda, corrupção) e sociais (enfraquecimento da cultura, falta de condições de vida dignas, deficiência na escolaridade) existentes (BELLO, 1998).

Apesar do inegável avanço que houve nas últimas décadas, relacionado à relação sociedade/natureza, e no que diz respeito ao atendimento dos interesses de grupos humanos marginalizados, observou-se que os governos, independente da esfera de ação, não tinham conseguido resolver os problemas sociais, inclusive nos países desenvolvidos, tais como: a acumulação desigual de riquezas e sua distribuição mais equitativa, assim como a pobreza, desnutrição, problemas de saúde, deficiências da educação, desemprego e subemprego. Em relação à questão ambiental, em geral, o poder público e a sociedade comportaram-se de maneira omissa, ao mesmo tempo em que os impactos ambientais tinham sido colocados sob a responsabilidade exclusiva das empresas privadas (VEIGA, 2001).

Entretanto, tem sido crescente a presença dos temas do DS e da responsabilidade socioambiental (RSA) nas discussões dentro de organizações do governo, empresas privadas, e organizações da sociedade civil, em praticamente todo o mundo. Esse fenômeno vem ocorrendo pelo fato da sociedade ter identificado e compreendido cada vez mais a função social das organizações e a relação de interdependência entre os sistemas econômico, social e ambiental (DIAS, 2006). Como mencionado acima, o DS busca conciliar as dimensões econômica, social e ambiental de modo a atender as necessidades humanas atuais e futuras. Neste contexto, e como uma dimensão do DS, tem-se a RSA como uma estratégia que tem adquirido um importante papel gerencial nas organizações contemporâneas, atuando na busca de um comprometimento social das empresas, aliado à

conservação ambiental, aos interesses sociais e culturais das comunidades ou lugares envolvidos, que permita contribuir para se alcançar o desenvolvimento de forma mais sustentável possível (DIAS, 2006).

Com o avanço da crítica aos problemas sociais e ambientais causados, sobretudo pelas empresas privadas, mas igualmente por causa das restrições legais às atividades econômicas potencialmente degradadoras do meio ambiente que emergiram ao longo das últimas décadas, a RSA começou a ser identificada pelas organizações como um diferencial competitivo frente ao mercado, sendo incorporada como mais uma variável no processo de gestão empresarial. Impactos ambientais dos mais variados tipos; a desestruturação de comunidades, sobretudo em países ou regiões subdesenvolvidos; e o comprometimento de recursos naturais de comunidades tradicionais, como resultado das atividades de empresas privadas, levou ao surgimento de um processo de tomada de consciência em relação ao problema ambiental (DIAS, 2006). Esses tipos de problemas fizeram com que muitas empresas passassem a ser vistas como vilãs da questão ambiental.

À medida que a percepção dessa relação empresas/impacto ambiental se tornou mais generalizada na sociedade, as empresas e demais organizações passaram a buscar crescentemente dois objetivos principais: aumentar a eficiência econômica nos seus processos de produção e/ou serviços, através da implantação de novos processos de gestão, e colaborar com a busca por melhorias relacionadas aos aspectos econômicos e socioambientais coletivos, por meio do desenvolvimento de ações nos ambientes interno e externo da empresa. O ambiente interno corresponde aos recursos que compõem a empresa (mão de obra, capital, matéria prima e equipamentos), e o ambiente externo está associado às características do mercado e do entorno com o qual a empresa se relaciona (grupos sociais, organizações, forças políticas, econômicas, legais, tecnológicas, socioculturais e até mesmo da natureza) (TACHIZAWA, 2006).

Uma implicação que surge do processo de tomada de consciência em relação às questões socioambientais (DIAS, 2006), por um lado, e de uma nova percepção das características empresariais no mundo contemporâneo (BARBIERI, 2004), por outro lado, é que a empresa não deve mais se comportar como um ente isolado, centrado quase exclusivamente no lucro; ela necessita agora interagir em novas bases com todo o seu contexto econômico, social, cultural, político e ambiental, no qual está inserida, para garantir sua permanência na atividade que

desempenha. Sem esse realinhamento, as empresas correm o risco de enfrentar crescente oposição à sua inserção em determinadas regiões, bem como aos seus produtos e serviços. Além disso, perdem espaço frente aos concorrentes que mudaram suas estratégias, alinhando-as à novas exigências de atendimento às responsabilidades socioambientais das empresas.

Tem-se verificado esse tipo de mudança em praticamente todos os tipos de atividades socioeconômicas. Num hotel, por exemplo, além de mudanças em como se dá a interação entre os funcionários e os proprietários e nos produtos utilizados e equipamentos físicos que constituem o local (ambiente interno da empresa), são percebidas mudanças também na interação da empresa com os hóspedes, os fornecedores, o poder público local, os autóctones, o meio ambiente do entorno e a legislação vigente (ambiente externo). Essas mudanças são percebidas como necessárias ao se passar a tomar consciência que as decisões gerenciais tomadas pela empresa irão interferir direta ou indiretamente, e positiva ou negativamente, nos mencionados setores. Entende-se crescentemente que as consequências dessa interferência podem determinar a continuidade ou até o fechamento do negócio.

Hoje, é inegável a existência de uma percepção por parte das empresas de que elas exercem influência sobre as dimensões sociais, políticas e econômicas de uma sociedade. Assim, mesmo não sendo um consenso entre certos setores da sociedade e estudiosos do tema, há um crescente número de empresas que tem incorporado a ideia de uma redefinição do seu papel social. Frequentemente, a empresa não tem sido visualizada apenas como mais um componente da sociedade e, portanto, tem o dever de interagir de maneira responsável para a busca por soluções para os problemas socioambientais existentes nas comunidades em que está inserida (CASTRO, 2009).

Dentre as várias estratégias que a iniciativa privada pode utilizar para enfrentar os novos desafios impostos às suas atividades, a implantação de um sistema de gestão ambiental é um dos meios que uma empresa pode usar para buscar melhorar a sua posição em relação ao meio ambiente e às comunidades ou sociedade que ela explora, e, consequentemente, afeta. O nível de comprometimento hoje exigido das empresas, com a conservação ambiental e com a comunidade onde ela está inserida, tem determinado mudanças na filosofia das empresas, com implicações diretas nos valores empresariais, estratégias, objetivos, produtos e serviços (BARBIERI, 2004), o que se estende ao comportamento prático

das empresas. Assim como outras atividades econômicas, o turismo pode contribuir de forma direta tanto para a melhoria (BRAMWELL; LANE, 1993), quanto para a degradação ambiental de determinada área (BRAMWELL, 2006; BUTLER, 1980). Além do meio ambiente, outras dimensões, como a economia, a política e a cultura também sofrem influências dessa atividade (VIRGINIO; FERNANDES, 2011). Por isso, tem havido uma necessidade de rever as formas de atuação das organizações privadas, em vários setores de atuação, incluindo o turismo, em relação aos aspectos ambiental e social, com a implementação de uma gestão ambiental com base na RSA.

1.2.1 Evolução do conceito de responsabilidade socioambiental

Embora o tema da RSA tenha recebido maior visibilidade e tenha sido bastante discutido nos últimos anos, os seus primórdios não são recentes. Logo depois do início do que se convencionou chamar de “Era da sociedade industrial” já se falava sobre a importância da atividade econômica trazer benefícios para os indivíduos. Entretanto, inicialmente o conceito era bastante simplista, referindo-se basicamente à Responsabilidade Social (RS), quando a RS das empresas se limitava à geração de lucros e empregos para a sociedade (SOUSA, 2006). Dimensões mais abrangentes, como meio ambiente e desenvolvimento humano, não eram abordadas. Tal situação se explica, em parte, pelo fato do surgimento da questão ambiental e da conscientização sobre a necessidade de se fazer algo para enfrenta-la não terem ainda alcançado o nível de desenvolvimento que alcançaram em décadas posteriores. No início, tinha-se a visão de que as ações sociais eram obrigação do Estado e que a função das empresas compreendia a maximização dos lucros para os seus proprietários e investidores, a absorção de mão de obra e o pagamento de tributos ao governo, como pode ser constatado na afirmação de Friedman (1984, p. 133):

> Há uma, e apenas uma, responsabilidade social das empresas: usar seus recursos e sua energia em atividades destinadas a aumentar seus lucros, contanto que obedeçam as regras do jogo [...] e participem de uma competição aberta e livre, sem enganos e fraudes [...].

Como se pode inferir da transcrição de Friedman acima, há uma distância filosófica entre a visão de RS e aquilo que hoje é conhecido como RSA. O autor argumenta que antigamente entendia-se que os membros das empresas não possuíam obrigação de se comprometer com a determinação da urgência dos problemas sociais, nem de especificar a quantidade de recursos que deveria ser destinada à solução de problemas de interesse coletivo, como acontece, em graus variados, hoje em dia, no mundo empresarial. Antes, o pensamento que predominava era o de que as empresas deveriam produzir com eficiência bens e serviços, e relegar a responsabilidade pela de solução dos problemas sociais ao poder público e aos próprios indivíduos (FRIEDMAN, 1984). Sendo assim, ainda não se tinha atingido o nível de desenvolvimento da discussão e de engajamento de inúmeros setores sociais voltados ao convencimento da iniciativa privada em relação às suas responsabilidades mais amplas, inclusive em relação aos problemas ambientais.

As visões de que os recursos naturais seriam ilimitados, não representando obstáculos à produção econômica ampliada, e de que o bem-estar social seria maximizado pelo livre mercado, fortaleciam o argumento apresentado anteriormente por Friedman (1984). Esse posicionamento, na verdade mais de cunho político-ideológico do que científico, se parece com a ideia da “mão invisível” do mercado que, segundo Adam Smith (1985), na sua obra “A riqueza das nações” propunha, de forma bastante liberal, que o mercado se encarregaria de resolver os problemas sociais. A dimensão meio ambiente não era incorporada aos modelos econômicos da época, pelo fato de naquele momento a teoria econômica tratar apenas da alocação de recursos, e a natureza não ser analisada como fator limitante (TACHIZAWA, 2006).

As mudanças ocorridas no processo produtivo decorrentes da evolução tecnológica e da introdução do conhecimento científico na organização e gestão das empresas, incentivaram a ampliação do interesse corporativo em dimensões da realidade situadas além dos interesses imediatos da produção, circulação, venda e lucro das mercadorias. Neste sentido, houve uma ampliação das discussões, passando-se ao debate do conceito da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) nas empresas. Segundo Sousa (2006), esse fenômeno se deu em virtude de dois aspectos interligados: os avanços no conhecimento da administração científica das empresas e a ampliação do liberalismo econômico da época. Tais avanços, ao

mesmo tempo em que contribuíram para o crescimento da produção e o consequente acúmulo de capital, também contribuíram para que as empresas ficassem mais expostas aos efeitos negativos da atividade industrial, como os causados ao meio ambiente. Outros problemas relacionados eram a precariedade da qualidade de vida e das relações de trabalho.

Desse momento em diante, isto é, com o advento da noção de RSE, a sociedade começou a se organizar e exigir dos governos e empresas soluções para os problemas decorrentes da industrialização. Assim, além das obrigações já incorporadas pelas empresas às suas atividades produtivas e comerciais, como a geração de empregos, pagamento de impostos e maximização dos lucros, agora as empresas eram também chamadas a atender a todas as questões legais relacionadas ao meio ambiente e às relações trabalhistas. Desta forma, o conceito de RSE passou a atender alguns anseios da sociedade e a ser entendido de forma mais ampla por diversos setores sociais.

Algumas práticas empresariais voltadas para o aspecto social e ambiental passaram a ser incorporadas gradativamente pelas empresas, o que tem provocado mudanças de valores e de orientação em seus sistemas operacionais. Embora não sejam mudanças estruturais, elas representam um avanço importante se comparadas a como se dava a atividade industrial no período que se segue à eclosão da Revolução Industrial até aproximadamente a década de 1960. Diante do novo quadro sociopolítico e ambiental que se desenvolve a partir da década de 1970 - a que alguns autores (DONAIRE, 1999; DIAS, 2006; NASCIMENTO, 2008) se referem como um novo paradigma - verifica-se gradualmente a evolução de uma nova forma de pensar e agir social e ambientalmente das empresas.

Almeida (2002) diz que a ideia é de integração e interação crescentes entre as organizações e o seu entorno, sugerindo uma nova forma de olhar e transformar o mundo, fundamentada no diálogo entre saberes e conhecimentos diversos. Obviamente, esse processo de mudança é muito complexo, incluindo avanços e dificuldades. Ao mesmo tempo em que se verificam avanços significativos, também se constatam casos que se parecem com o comportamento corporativo anterior, com base no qual o meio ambiente e a população são relegados a um segundo plano frente aos interesses das empresas e muitas vezes do próprio governo.

Ao mencionar as responsabilidades que as empresas hoje são chamadas a ter frente à sociedade como um todo, seria razoável dizer que muito ainda precisa

ser feito. Segundo o conceito de sustentabilidade, as atividades econômicas não podem ser pensadas ou praticadas em separado, isoladas das demais atividades econômicas, da sociedade ou das discussões sobre o meio ambiente, porém na prática não é exatamente assim que acontece. Nem todas as empresas consideram que tudo está inter-relacionado, em diálogo constante, que cada atividade influencia as outras mutuamente, gerando consequências para o ambiente externo. No caso do turismo, por exemplo, verifica-se uma teia de relações - normalmente referida como cadeia produtiva do turismo -, segundo Cruz (2002) composta por 52 elos, no Brasil, que se estabelecem entre as atividades turísticas, as demais atividades econômicas e o território onde estão inseridas, o que as tornam interdependentes, ou seja, os hotéis dependem dos bares, restaurantes, meios de transporte e comunicação, que por sua vez dependem da infraestrutura básica do local, que depende da atuação do poder público, das exigências e necessidades da comunidade e dos empresários, e assim por diante, como mostra Beni, ao tratar do Sistema Turístico - Sistur:

> O Sistur é um sistema aberto. Realiza trocas com o meio que o circunda e, por extensão, é interdependente, nunca auto-suficiente. Esta constatação é muito importante pois mostra que ele não pode se expandir indefinidamente, o que é bastante diferente de sustentar-se indefinidamente. Demonstra também que seu crescimento ocorre em função de uma série de variáveis, uma das quais é a capacidade de suporte dos ecossistemas naturais. Se aprofundarmos a questão, veremos que, muitas vezes, suas possibilidades de crescimento não estão em função da disponibilidade quantitativa dos recursos naturais, mas de sua qualidade (BENI, 1998, p. 53).

O processo de mudança de padrões, com um eventual desenvolvimento e consolidação dos componentes do novo paradigma - desenvolvimento sustentável -, implica uma expansão não somente da percepção e de formas de pensar dos indivíduos, mas também uma mudança de valores (CAPRA, 1996). Neste sentido, verifica-se a existência de antagonismos entre o modelo anterior - às vezes chamado de Cartesiano – e o modelo que vem se desenvolvendo – sustentável –, como pode ser visto no Quadro 1.

Quadro 1 - Paradigma cartesiano versus paradigma da sustentabilidade

CARTESIANO	SUSTENTÁVEL
Reducionista, mecanicista, tecnocêntrico	Orgânico, holístico, participativo
Fatos e valores não relacionados	Fatos e valores fortemente relacionados
Preceitos éticos desconectados das práticas cotidianas	Ética integrada ao cotidiano
Separação entre o objetivo e o subjetivo	Interação entre o objetivo e o subjetivo
Seres humanos e ecossistemas separados, em uma relação de dominação	Seres humanos inseparáveis dos ecossistemas, em uma relação de sinergia
Conhecimento compartimentado e empírico	Conhecimento indivisível, empírico e intuitivo
Relação linear de causa e efeito	Relação não linear de causa e efeito
Natureza entendida como descontínua, o todo formado pela soma das partes	Natureza entendida como um conjunto de sistemas inter-relacionados, o todo maior que a soma das partes
Bem-estar avaliado por relação de poder (dinheiro, influência, recursos)	Bem-estar avaliado pela qualidade das inter-relações entre os sistemas ambientais e sociais
Ênfase na quantidade (renda *per capita*)	Ênfase na qualidade (qualidade de vida)
Análise	Síntese
Centralização de poder	Descentralização de poder
Especialização	Transdisciplinaridade
Ênfase na competição	Ênfase na cooperação
Pouco ou nenhum limite tecnológico	Limite tecnológico definido pela sustentabilidade

Fonte: Almeida (2002, p.28-29).

Observando a natureza dos componentes teóricos que integram a noção de sustentabilidade, conforme explicitado no quadro acima, facilmente se identificam as características da mudança de paradigma empresarial que passariam a influenciar o comportamento das empresas. Aspectos como meio ambiente, qualidade de vida, limite tecnológico e ética, que não eram de fato atendidos pelo paradigma cartesiano, passaram a ser reconhecidos e valorizados no paradigma da sustentabilidade.

Nesse contexto de mudanças no comportamento empresarial, com a implementação das discussões acerca do DS nas empresas, começaram a ser propostas formulações conceituais sobre a RSE. Uma das definições que tem sido bastante mencionada é a do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que consiste em uma Oscip (Organização Civil de Interesse Público) com o objetivo de disseminar a prática da responsabilidade social empresarial através de mobilização, sensibilização e ajuda às empresas. Parte da sua importância está no fato dela prever uma ligação entre os aspectos e impactos econômicos, sociais e ambientais nas atividades organizacionais e o desenvolvimento sustentável, como é explicado por Custódio e Moya no documento “Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial 2007”:

> A forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (CUSTÓDIO e MOYA, p. 78).

Com o avanço das discussões sobre as responsabilidades mais amplas que as empresas teriam – indo além do interesse imediato nos lucros da empresa –, e com a formulação dos conceitos de DS e RSE, percebeu-se a necessidade de modificação no termo que inicialmente era denominado de RS, e passou a ser RSE, o que representou um avanço. A tomada de consciência a respeito da indissociabilidade entre as dimensões social e ambiental (CANEPA, 2007), trouxe a necessidade de ampliação da RSE; logo o termo foi modificado, evoluindo para o conceito de Responsabilidade Socioambiental (RSA).

O aparecimento de problemas ambientais graves que levaram ao surgimento da chamada "questão ambiental", remonta pelo menos à década de 1950 (DIAS, 2006). Silva (2011), com base em diversos autores, identifica aspectos chave relacionados à tomada de consciência sobre o problema ambiental e que, consequentemente, influenciaram a definição do conceito de RSA (Quadro 2).

Quadro 2 - Evolução dos problemas ambientais: da década de 1950 ao início do século XXI

(Continua)

Década de 1950	• Meio ambiente considerado como um lugar de descarte dos resíduos de produção industrial e das ações do homem; • Ideia de que a natureza tinha capacidade de assimilar tudo que nela fosse jogado; • Ocorrência de *ações filantrópicas desenvolvidas por empresas*, pois na maioria das vezes, elas eram procuradas para realizarem doações para pessoas físicas, seus empregados, comunidades carentes, dentre outros.
Década de 1960	• Lançamento do livro Primavera Silenciosa (1962), de Raquel [sic] Carson, alertando sobre os perigos do uso de pesticidas e poluentes para a sobrevivência dos pássaros; • Trabalho de Joseph W. McGuire, defendendo a ação das empresas em prol da sociedade como um compromisso moral, não apenas por razões humanitárias.
Década de 1970	• Conferência de Estocolmo (1972) – primeira conferência da ONU para o meio ambiente (o resultado desta Conferência foi a criação de órgãos de controle ambiental em diversos países); • Primeiro Selo Ecológico (1978), criado na Alemanha, denominado de Anjo Azul; • Lei francesa determina a publicação do balanço social por parte das empresas; • No Brasil a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ACDE) passa a discutir este assunto em seu encontro nacional.

Quadro 2 - Evolução dos problemas ambientais: da década de 1950 ao início do século XXI

(Continuação)

Década de 1980	• Origem do Relatório de Brundtland (1987), denominado "Nosso Futuro Comum". O Relatório concluiu, primeiro, que *o crescimento econômico e a proteção ambiental não são incompatíveis*, podendo ocorrer ao mesmo tempo; segundo, que *a pobreza e as questões ambientais devem ser incluídas nos debates ambientais*; terceiro, que se deve levar em conta, nas consequências das ações, não apenas a *geração atual*, como as *gerações futuras*, que poderão ser afetadas pelos problemas ambientais; • A Constituição Brasileira (1988) destaca a preocupação por *um meio ambiente ecologicamente equilibrado*;
Década de 1980	• Criação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE (1981); • Primeira publicação, no Brasil (1984), de *balanço social* feito pela empresa Nitrofértil, uma estatal localizada no Pólo Petroquímico da Bahia; • Definição do termo *stakeholder* por Freeman (1984).
Década de 1990	• O Brasil destaca-se como anfitrião da Segunda Conferência da ONU para o Meio Ambiente (Rio-92); • Lançamento da ISO 14.000 (1997); Protocolo de Quioto (1997) – Convenção sobre mudanças climáticas; as empresas passaram a se preocupar mais com a *gestão ecoeficiente*, do que com a gestão de resíduos; • O termo "prevenção" substitui "remediação"; • Em 1998, surge o Instituto Ethos e o selo "Balanço Social/Betinho", lançado pelo IBASE, conferindo padrão de excelência para prestação de contas para a sociedade; • A excessiva incidência de acidentes da década de 1980 gerou algumas normas, das quais destacam-se a AS 8000 (1998), com a avaliação de *responsabilidade social nas organizações*; AA 1000 (1999), com o padrão internacional de gestão da responsabilidade corporativa. Publicação , pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC (1999), do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa.
Século XXI	• Os termos social e ambiental passam a ser tratados conjuntamente, como nos casos dos relatórios de balanço social e nas normas ambientais e sociais; • O termo "*desenvolvimento sustentável*" efetivamente passa a incorporar os aspectos sociais, econômicos e ambientais, tornando-se reconhecido pelas organizações.

Fonte: Silva (2011, p. 46-47, ênfase adicionada).

Como se pode verificar, foram necessários pelo menos 50 anos para que houvesse alguma mudança na forma pela qual as empresas – e a sociedade de forma mais ampla – começassem a mudar de alguma forma as visões predominantes sobre a relação sociedade/natureza. Assim, hoje uma empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir, ou de levar em consideração, os interesses das diferentes partes relacionadas ao seu negócio (*stakeholders*): acionistas, investidores, funcionários, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e organizações (públicas, privadas e da sociedade civil) envolvidas com ações relacionadas ao meio ambiente, de forma a tentar incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às suas demandas (CASTRO, 2009). Essa forma de entender o papel ampliado das empresas na sociedade, o que implica o surgimento de novas instituições, representa uma significativa mudança de mentalidade.

O termo *stakeholders* se refere a todos os indivíduos, grupos ou organizações que são afetados direta e/ou indiretamente, positiva e/ou negativamente pelas ações desenvolvidas por outros *stakeholders* (ARAUJO, 2008). Para Stoner e Freeman (1999, p. 47), *stakeholder* "[...] é qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado pela realização dos objetivos da empresa". Por seu lado, Clarkson (1995) define *stakeholders* como pessoas ou grupos que possuem algum tipo de reivindicação, propriedade, direito ou interesse numa corporação e em suas atividades num determinado período. Essa definição tem sido adotada por diversos autores (MITCHELL et al.,1997; ROWLEY, 1997; AGLE et al.,1999; BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009), em diversos contextos de planejamento e gestão. Por exemplo, ao se implantar um *resort*, hotel ou pousada em determinado lugar, sua construção e operação trará benefícios, mas também problemas associados a um grande leque de indivíduos e organizações locais (*stakeholders*) e, frequentemente, em escalas mais amplas do que a escala do lugar imediato no qual a ação foi iniciada.

O que transparece da teoria de *stakeholders*, de interesse para este trabalho, é que qualquer ação, projeto ou política que é formulada e colocada em prática, trará consequências para indivíduos, associações, empresas etc., cujos interesses precisam ser levados em consideração. Assim, ao se criar um projeto na esfera pública, iniciativa privada ou sociedade civil, os responsáveis são chamados cada vez mais a assumir responsabilidades relacionadas às consequências da implantação do projeto. No caso do turismo, os *stakeholders* - turistas, comunidade local, organizações não governamentais, órgãos públicos, organizações privadas (hotéis, bares, restaurantes, agências de turismo, entre outros) - são algumas das partes envolvidas no processo de formulação e implementação de políticas públicas e privadas relacionadas ao turismo, interferindo e sofrendo interferências nas decisões tomadas individual e coletivamente. Sendo assim, e como consequência de pressões da sociedade, de novas legislações, do surgimento de novos nichos de mercado, as empresas se viram motivadas (senão forçadas, em alguns casos, para poder sobreviver à competição do mercado) a adotar práticas de RSA.

Considerados partes legítimas interessadas no funcionamento da empresa, seja porque impactam ou são impactados por ela, ou porque simplesmente têm interesse no seu comportamento, os *stakeholders* são capazes de influenciar e serem influenciados pelos seus resultados estratégicos alcançados, possuindo

reivindicações a respeito do seu desempenho organizacional (NASCIMENTO et al., 2007; OLIVEIRA, 2008). Por exemplo, quando um meio de hospedagem se implanta em determinado município, criando expectativas junto à população local em relação à oferta de postos de trabalho, pode haver manifestações locais, de associações ou organizações civis, mas também do poder público local, no sentido de se empregar pessoas da comunidade na qual o empreendimento está sendo implantado. Noutros casos, como tem ocorrido no estado do Ceará, comunidades litorâneas têm se posicionado contrariamente à inserção de *resorts* nos seus lugares, por entenderem que esse tipo de equipamento turístico, além de causar extensivos impactos ambientais, tende a marginalizar os interesses locais, um fenômeno que é reportado por Coriolano e Parente (2012).

Em 1984, Freeman publicou um trabalho no qual advertia as corporações para a necessidade de prestação de contas a um número maior de atores, além dos clássicos acionistas, para os quais as corporações têm uma obrigação clara. Embora as empresas tenham evoluído significativamente no que se refere a sua função social, e não somente econômica, ainda observam-se muitas empresas associando o conceito de RSA às suas operações e atividades, com a finalidade única de se destacar no mercado, como parte de estratégias ou ações voltadas à competitividade. Apesar disso, para Nascimento et al. (2008, p. 183), ações que visem melhorias da qualidade de vida ou qualidade ambiental, como conservação ambiental, desenvolvimento social, proteção à saúde, educação, lazer, capacitação para o trabalho, que em maior ou menor grau vêm sendo adotadas por empresas, incluindo a atividade turística (VIRGINIO; FERNANDES, 2011), são ações que se caracterizam como transformadoras de um *status quo* associado ao paradigma anterior, do crescimento a qualquer custo, e, por isso, socialmente responsáveis.

Em 1998, a RSA foi definida pelo Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável *(World Business Council for Sustainable Development - WBCSD*), primeiro organismo internacional puramente empresarial com ações voltadas à sustentabilidade, como:

> [...] [O] compromisso permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando, simultaneamente, a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo (WBCSD apud MELO NETO; FROES, 1999, p. 87).

Pode-se inferir dessa formulação do conceito de RSA, que as empresas são chamadas a assumir um comprometimento no sentido de atender às crescentes demandas de uma sociedade cujos indivíduos estão cada vez mais conscientes em relação ao papel das empresas em contribuir de forma ampla para o desenvolvimento. Assim, as empresas são chamadas a rever como se dá a produção e os padrões de consumo vigentes, de tal forma que seus objetivos não se limitem apenas a uma busca pelo sucesso empresarial a qualquer preço, mas avaliando-se também os impactos sociais e ambientais consequentes da ação da empresa em todas as suas dimensões de atuação (CASTRO, 2009). Se tais mudanças forem levadas ao extremo, poderia realmente significar uma mudança de paradigma na forma como o setor produtivo e comercial se relaciona com o meio ambiente e com a sociedade em geral.

A crítica historicamente realizada contra o setor produtivo capitalista, no que diz respeito a uma contestação dos procedimentos produtivos e comerciais relacionados ao problema ambiental, foi gradualmente estendida às atividades governamentais. Por isso, hoje também as empresas e demais organizações do governo, nos níveis federal, estadual e municipal, têm incluído ações voltadas à RSA nas suas práticas. Assim, o conceito de RSA pode ser compreendido como um sistema de gestão adotado por empresas públicas e privadas que tem por objetivo desenvolver um conjunto de ações que busque o desenvolvimento com inclusão social (responsabilidade social) e conservação e/ou conservação ambiental (responsabilidade ambiental) (DONAIRE, 1999). Portanto, para atender os requisitos da RSA, tanto a iniciativa privada quanto o governo precisam reorientar suas práticas de planejamento e gestão, e, no caso da iniciativa privada, suas estratégias comerciais, um tipo de mudança que, em maior ou menor grau, já vem se verificando na prática em praticamente todos os setores e segmentos da economia.

Está implícito no conceito de RSA que a mudança não se refere apenas a uma adequação das empresas e demais organizações às novas normas e leis ambientais e sociais que emergiram, mas sim que são também chamadas a ultrapassar essas exigências. Espera-se que assumam maiores responsabilidades perante a sociedade e o meio ambiente, como o desenvolvimento e oferta de cursos de capacitação de mão de obra para a comunidade, de tal forma que os indivíduos possam usufruir efetivamente das novas oportunidades de emprego; a preparação e oferta de programas de educação ambiental, de tal forma que os indivíduos mudem

seu comportamento frente ao meio ambiente; busca do estabelecimento de maior interação com associações e outras organizações, a fim de ter conhecimento sobre seus anseios e para oferecer apoio para que esses anseios sejam atendidos.

Como era de se esperar de uma sociedade que historicamente colocou os objetivos de crescimento econômico e do lucro antes de tudo - incluindo os interesses coletivos -, Barbieri (2004) argumenta que o processo de incorporação e transformação da responsabilidade com a proteção ambiental em práticas administrativas e operacionais efetivas, ainda ocorre em passos lentos. Caso o processo de mudança tivesse sido mais rápido, não se verificaria a ocorrência frequente, e de forma relativamente disseminada, de problemas ambientais que colocam em risco a vida de seres vivos, a segurança de comunidades humanas e a integridade dos recursos naturais e culturais, sobretudo em países subdesenvolvidos.

Donaire (1999) alerta que hoje as empresas que desejarem sobreviver em longo prazo, precisam colaborar de forma direta para que haja um ambiente favorável à sua permanência no mercado, já que um número crescente de pessoas e organizações entende que é inaceitável a existência de uma organização viável economicamente, mas que além de trazer problemas locais para as comunidades não toma iniciativas deliberadas para gerar benefícios para os residentes do lugar no qual a organização está localizada. Esse tipo de entendimento alicerça-se na percepção de que a organização encontra-se inserida em uma determinada comunidade, e que se essa comunidade enfrenta sérios problemas socioambientais, é razoável que empresas da iniciativa privada, que se beneficiam economicamente com base na exploração dos recursos dessa comunidade, ajudem a resolver pelo menos parte dos problemas locais.

Outro aspecto relevante e muito favorável, associado à adoção por uma empresa de ações de RSA, é que essa atitude pode ajudar a melhorar a sua imagem frente ao mercado, o que pode resultar na atração de mais consumidores dos seus produtos ou serviços, contribuindo para realizar mais vendas, para atrair melhores empregados e fornecedores, obter novas facilidades de acesso ao mercado de capitais, ou seja, pode ser uma vantagem estratégica perante outras empresas que não apresentam práticas semelhantes (BOSSLE, 2008). Além disso, o engajamento das organizações buscando a incorporação de ações socioambientais em suas práticas, pode se converter em novas oportunidades de

negócios, como mencionado acima. No caso do turismo, determinados segmentos sociais já começam a valorizar ofertas que expressem uma relação consequente com o conceito de desenvolvimento sustentável. Cuidados com a prevenção e/ou redução da poluição, por exemplo, têm ocasionado uma busca por práticas produtivas mais eficazes e com tecnologias mais limpas por parte das organizações. O mercado tem criado respostas à demanda por equipamentos e insumos para tais práticas. Desta forma, Bossle (2008) afirma que a procura por mecanismos, procedimentos, arranjos e padrões comportamentais que embutem aspectos de RSA por determinadas empresas, tem levado ao surgimento de empresas que são mais ou menos capazes de responder aos anseios da sociedade. Esse tipo de desdobramento comportamental termina gerando, em maior ou menor escala, benefícios para as comunidades hospedeiras ou destinações.

Um aspecto bastante positivo relacionado à adoção de ações baseadas na RSA é que ela é vista também pelo mercado como prática inovadora, que implica diferenciação e maior competitividade. Esse tipo de percepção tem se tornado cada vez mais importante na atual conjuntura de globalização dos negócios; internacionalização dos padrões de qualidade ambiental, esperadas e atestadas por meio das ISO (por ex. a ISO 14000); crescente conscientização dos consumidores atuais; e a expansão da educação ambiental nas escolas, agora não mais apenas nos países centrais, mas também nos países menos desenvolvidos. É com base neste contexto que Donaire (1999) argumenta que as organizações precisam crescentemente introduzir variáveis socioambientais nos seus campos de atuação e na tomada de decisão, além de incorporar uma postura responsável em relação às graves questões socioambientais contemporâneas.

Até relativamente poucos anos atrás, quando a questão da incorporação de práticas ambientais era discutida nas empresas, ela era considerada com base em um único aspecto: o econômico. Com tal postura, qualquer decisão que vinha a ser tomada em relação à variável ambiental, tendia a ser vista como aumento de despesas, com o consequente acréscimo nos custos de produção, sendo visto como um gasto a mais, e não como tendo a capacidade de gerar benefício a empresa. Com as recentes mudanças das empresas, em relação às suas relações com o meio ambiente, hoje os investimentos corporativos em ações de RSA passaram gradualmente a ser vistos como investimento, o que, de forma indireta, beneficia também as comunidades locais.

É com base nesse tipo de raciocínio que Donaire (1999) constata que muitas empresas têm demonstrado que é possível lucrar e simultaneamente proteger o meio ambiente, mesmo quando não se trata de organizações que operem no chamado “mercado verde”. Quando as empresas têm certo nível de criatividade e condições internas favoráveis que possam transformar as limitações e ameaças ambientais em oportunidades de negócios, elas tendem a adotar um comportamento que termina por se diferenciar do comportamento corporativo de décadas atrás, quando o processo de conscientização das questões socioambientais estava apenas começando. Portanto, de alguma forma, as mudanças corporativas recentes frente às demandas sociais relacionadas ao meio ambiente também têm a ver com estratégias de sobrevivência das empresas, em um contexto cada vez mais competitivo.

Frente a este novo papel esperado dos empresários, eles tornam-se mais aptos a entender e participar das transformações comportamentais associadas à busca por novas competências nas áreas ambiental, econômica e social, o que pode ter implicações políticas também. No entanto, ainda existem muitas empresas que persistem na utilização de procedimentos antigos, isto é, associados ao chamado paradigma do “crescimento a qualquer custo”, e que, consequentemente, não se enquadram no grupo das empresas que inseriram a RSA em suas práticas e operações.

Com base na discussão acima, pode-se deduzir que a incorporação pelas empresas de aspectos ou ações relacionadas à RSA não implica necessariamente a adoção de ações filantrópicas. Donaire (1999) se preocupou em distinguir bem os dois conceitos. No que diz respeito à filantropia, o autor explica:

> Empresários, bem sucedidos em seus negócios decidiram retribuir à sociedade parte dos ganhos que obtiveram em suas empresas. Tal comportamento reflete uma vocação para a benevolência, um ato de caridade para com o próximo. [...] A filantropia desenvolve-se através das atitudes e ações individuais desses empresários. [...] A filantropia baseia-se no “assistencialismo”, no auxílio aos pobres, aos desvalidos, miseráveis, excluídos e enfermos (p. 27).

Donaire (1999) afirma que, ao adotar uma postura voltada à incorporação de medidas de responsabilidade social, a empresa assume uma postura moral completamente diferente de uma postura filantrópica, como se pode ver na transcrição que se segue:

> A responsabilidade social é diferente. Tem a ver com a consciência social e o dever cívico. Reflete a ação de uma empresa em prol da cidadania. [...] A responsabilidade social busca estimular o desenvolvimento do cidadão e fomentar a cidadania individual e coletiva. As ações de responsabilidade social são extensivas a todos os que participam da vida em sociedade – indivíduos, governo, empresas, grupos sociais, movimentos sociais, igreja, partidos políticos e outras instituições (p. 27).

Dessa forma, tem-se o entendimento de que a filantropia refere-se a uma "doação", isto é, um ato de caridade proveniente de uma sensibilização e conscientização social por parte do empresário. Já a RSA corresponde a uma "ação transformadora", uma forma de inclusão social e intervenção na busca por soluções para os problemas sociais (DONAIRE, 1999). Embora a adoção de práticas de RSA não implique uma mudança estrutural da sociedade, suas consequências práticas – nas dimensões econômica, social e ambiental – das comunidades envolvidas, podem contribuir para mudanças contextuais que possivelmente a caridade não possa alcançar, ainda que as mudanças possam ser de natureza incremental.

Nascimento et al. (2008) enfatizam a importância das empresas inserirem a RSA no seu planejamento estratégico. Ao adotarem iniciativas relacionadas à prática de voluntariado; gestão ambiental; *marketing* verde; e respeito aos empregados, fornecedores e clientes; para melhorar seu contexto competitivo frente ao mercado, buscando a qualidade nos ambientes em que atua, as empresas terminam indiretamente contribuindo com o desenvolvimento sustentável. Assim, a importância da RSA na atualidade não se manifesta apenas em ações isoladas no tempo e no espaço. A RSA tem alcançado maior visibilidade não só pelo número crescente de códigos de ética, de programas voltados a se implementar aspectos de responsabilidade social das empresas, de associações empresariais com o intuito de difundi-la, mas também de normas voluntárias internacionais que atestam o vigor de um verdadeiro movimento mundial em torno dela (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009).

Hoje, a RSA já se tornou um indicador empresarial que vem sendo usado para indicar a posição das empresas no processo de mudança diante do enfrentamento dos problemas ambientais, na busca por soluções para os problemas sociais, e de alinhamento ao dinamismo das atividades econômicas e comerciais contemporâneas, comportamento que contribui para melhorar a capacidade das empresas de competir no mercado. Entretanto, apesar das mudanças já verificadas, ainda existem muitas empresas - talvez a maioria - que não se inseriram de forma

significativa no processo de adoção de práticas de RSA apesar da ampla difusão do termo, literalmente em todos os setores da sociedade.

Pode ser que em longo prazo um número maior de empresas venha a incorporar práticas de RSA, pois a adoção de tais práticas está caminhando para alcançar o *status* de fator determinante para a permanência das empresas no mercado de forma competitiva (DONAIRE, 1999; BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009). Parece que há um processo de institucionalização da RSA em curso, atingindo concomitantemente órgãos do governo, empresas da iniciativa privada e organizações da sociedade civil. Enquanto isso, é importante que se investiguem casos em relação aos quais parece haver evidências de tais mudanças, incluindo empresas que fazem parte do turismo, para um melhor entendimento a respeito das mudanças no comportamento empresarial frente ao meio ambiente nessa importante atividade socioeconômica.

1.2.2 A responsabilidade socioambiental no turismo como ferramenta da hotelaria

A massificação contemporânea do consumo atinge de igual modo o turismo, causando uma sobrecarga na infraestrutura básica urbana, e alterando o meio ambiente. Essa situação representa um grande desafio para os lugares e destinações turísticas, pois a visitação turística leva a um contato direto com o meio ambiente das áreas visitadas. A massificação da atividade turística acelera o processo de turistificação[2], que produz vários impactos socioambientais nas externalidades da ampla cadeia que constitui a atividade turística: os meios de hospedagem, os serviços de transporte, alimentação, recreação e outros setores associados (CRUZ, 2002), como, por exemplo, o mercado imobiliário (SANSOLO, 2004). Esse efeito é preocupante para aqueles responsáveis pelo planejamento e gestão do turismo pois como destaca Krippendorf (2006, p. 20), “[...] o turismo de massa constitui uma das formas de lazer mais marcantes, de maiores consequências e de impactos menos controláveis”.

[2] Urbanização decorrente do desenvolvimento da atividade turística.

Embora nos últimos anos tenham sido verificadas ações positivas das empresas privadas em relação aos aspectos socioambientais, como apresentado neste capítulo, ainda é insuficiente o número de turistas que realmente opta por produtos ecologicamente corretos, meios de transportes limpos, e que exerçam atitudes responsáveis com relação à comunidade receptora (BUDEANU, 2007), o que é uma contradição, e pode ser considerado um obstáculo ao pleno avanço na construção do desenvolvimento do turismo sustentável. O antagonismo formado pela simultânea degradação e dependência do meio ambiente pelo turismo, coloca em evidência o desafio do turismo sustentável. Nesta perspectiva, elementos da sustentabilidade estão sendo inseridos nas empresas que compõem a cadeia do turismo, contribuindo para o desenvolvimento de novos segmentos para a atividade, como o ecoturismo, o turismo de aventura, e o turismo rural, todos alinhados com o chamado turismo alternativo, o que tem provocado mudanças na concepção dos produtos e serviços que são ofertados, a fim de atender as novas demandas.

Os fatores econômicos, sociais e ambientais têm exercido influência no desenvolvimento da hotelaria no mundo, incluindo o Brasil. No início do crescimento da atividade no país, de forma semelhante a outros países, o lucro era o principal e único objetivo e preocupação dos empresários. Isso porque os impactos causados pelas atividades turísticas, particularmente pela hotelaria, foram pouco estudados. Na realidade, para muitos a atividade de acomodação não era considerado ou visto como sendo causador de degradação ambiental, talvez por fazer parte da hospitalidade. Entretanto, essa postura vem sendo modificada, tendo em vista que estudos recentes evidenciam a necessidade da gestão sustentável da atividade de acomodação. Com o passar dos anos, e com as alterações socioculturais, ambientais e políticas que vem ocorrendo mundialmente, principalmente na maneira de pensar do homem em relação aos problemas ambientais, o aspecto socioambiental começou a ser inserido nos meios de hospedagem através da RSA.

Castelli (2005) ressalta a necessidade de transformar os meios de hospedagem em referências de hospitalidade e de comprometimento socioambiental, como elemento básico da oferta turística, provavelmente devido a sua centralidade na experiência dos turistas. Desse modo, o turista estaria empenhado no que diz respeito à proteção do patrimônio natural, cultural e histórico dos destinos visitados, e exigente em relação à qualidade dos serviços oferecidos, instituindo uma nova cultura da hospitalidade. Essa nova cultura associada ao lazer

estaria hipoteticamente baseada em uma relação consequente do turismo com a conservação ambiental.

Para que essa nova cultura se torne realidade, é necessário o envolvimento efetivo dos agentes e atores sociais que compõem a cadeia produtiva do turismo, para que cheguem a um denominador comum na busca por estratégias de redução dos impactos do turismo sobre o meio ambiente, de forma a garantir a continuidade da atividade, propiciando o desenvolvimento sustentável para as comunidades receptoras. Neste sentido, é importante a participação dos empreendedores do setor de hospitalidade, cuja relevância e interferência sobre a cadeia produtiva do turismo implicam tanto responsabilidades quanto oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico (TOMAZZONI; ZANETTE; LAIDENS, 2009).

Como consequência, têm surgido diversas tipologias de meios de hospedagem que buscam menor interferência no meio ambiente; aproximação e envolvimento da população autóctone; o atendimento a turistas que demonstram interesse por práticas sustentáveis; número reduzido e limitado de hóspedes; enfim, com o objetivo de diminuir a massificação da atividade turística e, em consequência disso, reduzir também os impactos sobre os recursos naturais e a população local, vivenciando-se, ainda, uma experiência única, diferente do turismo de massa.

A mudança na oferta de produtos e serviços na atividade turística, incluindo, portanto, novas formas de se fazer a hotelaria, se configura como aspecto importante para o mercado, como mostra Krippendorf (2006, p. 156)

> A teoria nos ensina que os produtos de mais sucesso no mercado são aqueles que apresentam uma característica única, que possuem aquilo que se chama de *unique selling proposition,* isto é, um trunfo de venda específico, enfim, aqueles que se distinguem dos outros. No mercado internacional do turismo, em que todas as ofertas são formuladas da mesma maneira, uma singularidade assim torna-se cada vez mais necessária.

As empresas do ramo da hotelaria que têm procurado se adequar às exigências da sustentabilidade, além de contribuírem para a diminuição dos impactos socioambientais, têm adquirido benefícios que vão desde a venda da imagem, até o aumento dos lucros. Ações voltadas para a preservação da natureza, colocadas como alternativas de lazer e atrativo turístico agregam valor aos produtos e serviços, além de reforçarem os diferenciais que contribuem para aumentar sua

capacidade de competição frente à concorrência (TOMAZZONI; ZANETTE; LAIDENS, 2009).

Entre os desdobramentos que têm surgido, relacionados aos meios de hospedagem, um tem se destacado internacionalmente, tendo sido introduzido no Brasil, já tendo experimentado um processo de expansão – trata-se do que tem sido denominado de Pousadas ou Hotéis de Charme. Uma das características centrais dos meios de hospedagem que se alinham a essa forma de hospedagem é o "charme", o que será explicado no Capítulo 2. Dentre outras coisas, os meios de hospedagem que adotam a noção de charme buscam alinhamento com a adoção de práticas sustentáveis associadas à RSA, através do uso de um Código de Ética e de Conduta Ambiental. No capítulo a seguir será realizado um breve histórico dos meios de hospedagem no Brasil e no estado de Alagoas, bem como a caracterização do surgimento das pousadas e hotéis de charme, sua ocorrência no Brasil e em Alagoas, mais especificamente na Rota Ecológica, objeto de estudo deste trabalho.

2 SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM

A palavra hospitalidade tem sua origem no latim, em *hospitalis Jupiter,* que significa Deus dos viajantes. A palavra foi inserida no vocabulário de alguns idiomas, em referência aos serviços prestados na área de hospitalidade e alimentação. No Brasil, a nomenclatura utilizada para designar esses serviços é hotelaria, palavra que resulta do latim *hospitium,* que indicava o local em que era possível conseguir, durante as viagens, instalações em caráter temporário para alimentação e repouso[3] (CAMPOS, 2005). Assim, os meios de hospedagem tiveram sua origem na necessidade de alojamento para descanso dos viajantes diante das longas distâncias percorridas durante as viagens, que também se tornavam cansativas por conta dos limitados meios de transportes disponíveis, incluindo a precariedade das estradas. A hospitalidade remonta às viagens realizadas durante o Império Romano. Existem autores (CHON; SPARROWE, 2003; WALKER, 2002; ANDRADE, 1999) que tratam de períodos ainda mais longínquos, ao se afirmar que abrigar viajantes "[...] é tão antigo quanto a própria civilização [...]" (WALKER, 2002, p. 4).

Em cada momento da história, houve a realização de algum tipo de viagem, seja para batalhas, exploração de novos territórios ou comércio, com os recursos materiais limitados e conhecimentos disponíveis de cada época. Essas viagens tiveram grande influência no desenvolvimento do turismo e dos meios de hospedagem. As rotas comerciais na Ásia, Europa e África, na Antiguidade, formaram núcleos urbanos e o consequente aparecimento de instalações de hospedagem para servir aos viajantes que faziam esses percursos (POPP; SILVA, 2007). Hospedar alguém nesse período era uma virtude, um favor, ainda não se tinha o objetivo comercial na atividade. Esse sentido, gratuito e caridoso, para a acomodação de viajantes, perdurou até a Idade Média, quando os viajantes ficavam alojados em castelos, mosteiros ou residências comuns. Com o aumento no número de viagens, e com a necessidade de mais acomodações, surgem então as tavernas e estalagens para abrigar os viajantes.

No século XVI, foi criado o primeiro hotel do mundo, o *Wekalet Al Ghury* no Cairo (Egito) para atender mercadores. Esse hotel existe até os dias de hoje; ele foi restaurado e funciona como um centro cultural e artístico do Egito (IGNARRA, 2003). A Revolução Francesa influenciou a hospitalidade no sentido de possibilitar o acesso

[3] Neste trabalho hotelaria e hospitalidade serão tratados como sinônimos.

da burguesia a viagens, que antes se limitava a um grupo restrito, assim como a culinária, pois nesse período teve início a disseminação de restaurantes e cafés que fez a culinária francesa se destacar mundialmente, atraindo visitantes. No entanto, a hotelaria apenas começou a ser tratada estritamente como atividade econômica no final do século XVIII, com a Revolução Industrial e o desenvolvimento do capitalismo, destacando-se a Inglaterra com as pousadas de melhor qualidade da época. Surgem, assim, os hotéis de alto luxo para atender a demanda das pessoas de elevado poder aquisitivo, diferenciando-as das demais, pois o acesso à realização de viagens já estava sendo consolidado para outros grupos sociais.

Um nome de destaque no desenvolvimento do turismo, associado às mudanças desencadeadas Revolução Industrial, foi Thomas Cook, que é considerado o “Pai do Turismo Moderno”, pelo fato de ter reunido um grupo de 570 pessoas que iriam a um encontro contra o alcoolismo em Loughborough, Inglaterra. Ele comprou as passagens de trem e revendeu os bilhetes, o que representou a primeira viagem agenciada de que se tem notícia. Em 1845, Thomas Cook criou a primeira agência de viagens, e em 1851 já tinha transportado mais de 165 mil pessoas. Os negócios de Cook prosperaram e suas viagens passaram a englobar transporte, hospedagem, alimentação e serviços de guia turístico (BARRETTO, 1995), representando, portanto, o surgimento dos pacotes turísticos.

Depois da Segunda Guerra Mundial ocorreu um grande crescimento econômico nos países desenvolvidos, além da evolução na alimentação, nos meios de comunicação, no lazer, nos transportes e na medicina. Um dos principais efeitos desse crescimento da renda e da melhora nas condições de vida da população consistiu no aumento do número de viajantes, gerando progressos na hospitalidade. Por isso, volta de 1950 o turismo se encontra relativamente democratizado nos países desenvolvidos, por conta do desenvolvimento de mercados de consumo de massa globais, viagens aéreas, marítimas e vendas de pacotes turísticos. Nas décadas recentes, o turismo deixou de ser objeto de luxo de uma minoria rica e passa a ocorrer em grande escala, entre setores da classe média, como mostra Andrade:

> O processo de desenvolvimento e de globalização da economia mundial, além de gerar um progressivo fluxo de viagens regionais e internacionais, ampliou de forma acelerada o setor de lazer e de turismo, que passou a ser, efetivamente, o grande promotor de redes hoteleiras. A sociedade de

> consumo de massa ampliou-se para o setor de lazer e de turismo (ANDRADE, 2002, p. 18).

Em decorrência das mudanças que ocorreram em diversos setores, a hotelaria também passou por modificações. O antigo hotel com aspecto familiar saiu da preferência dos turistas, dando lugar a outras concepções de meios de hospedagem. Despontou nesse período a hotelaria norte-americana, com hotéis mais funcionais, e a europeia, com os hotéis de luxo. Nesse contexto, o turismo finalmente é visto como uma atividade econômica, que passou a receber mais atenção. A partir de então, a hospitalidade, incluindo os meios de hospedagem, evoluiu, proporcionando serviços diferenciados a fim de se adaptar a uma demanda cada vez mais diversificada, vinculada ao comércio mundial, tais como exportadores, importadores, compradores internacionais, estudantes, pesquisadores e viajantes, que buscam conhecimento e diversão, fazendo uso de meios de transportes tecnicamente mais avançados, reduzindo o tempo das viagens e com maiores condições de conforto (SILVA, 2007).

Com a ampliação dos meios de hospedagem, começaram a ser discutidos e construídos conceitos para o que seria a hospitalidade, com base na análise de diferentes fatores. O conceito de hospitalidade abordado por Burgess (apud CAMPOS, 2005, p. 22), levou em conta a compreensão dos hóspedes no que diz respeito ao lugar de permanência e ao papel das relações pessoais:

> O elemento da integração primária fomentada por calor, amizade, acolhida, cortesia, abertura e comportamento generoso do anfitrião cria um ambiente hospitaleiro. Isso promove um sentido positivo de segurança e conforto oferecido pela estrutura física, desenho, decoração, e fácil localização. Finalmente a oferta de acomodações agradáveis para dormir, comer, relaxar e tomar um bom banho, unida ao oferecimento de bebidas, serviço e entretenimento, completa o quadro.

Por seu lado, Lashley (2004) defende que o conceito de hospitalidade deve ser mais abrangente, incluindo as esferas social, antropológica e filosófica, ao enfatizar que

> Essencialmente, há a necessidade de uma definição ampla, que permita a análise das atividades relacionadas com a hospitalidade nos domínios ‘social’, ‘privado’ e ‘comercial’. Colocando de modo simples, cada domínio representa um aspecto da oferta de hospitalidade, que é tanto independente como sobreposto (p. 5).

Para Lashley (op. cit.), é necessário apreender cada domínio para poder compreender o significado da hospitalidade para o indivíduo, quando argumenta que

> O *domínio social* da hospitalidade considera os cenários sociais em que a hospitalidade e os atos ligados à condição de hospitalidade ocorrem junto com os impactos de forças sociais sobre a produção e o consumo de alimentos, bebidas e acomodação. O *domínio privado* considera o âmbito das questões associadas à oferta da 'trindade' no lar, assim como leva em consideração o impacto do relacionamento entre anfitrião e hóspede. O *domínio comercial* diz respeito à oferta de hospitalidade enquanto atividade econômica e inclui as atividades dos setores tanto privado quanto público (p. 5-6, ênfase do autor).

Por seu lado, Camargo conceitua a hospitalidade de maneira operacional e objetiva, abordando suas características e funcionalidades:

> Hospitalidade, do ponto de vista analítico-operacional, pode ser definida como o ato humano, exercido em contexto doméstico, público ou profissional, de recepcionar, hospedar, alimentar e entender pessoas temporariamente deslocadas de seu habitat (CAMARGO, 2003, p. 19).

Em outra perspectiva, de cunho mais antropológico, e de forma mais abrangente, Beni entende que ao se tratar de meios de hospedagem, é necessário compreender a hospitalidade

> [...] como o fator que possibilita a indivíduos e grupos sociais, em lugares diferentes, abrigar-se e proporcionar trocas construtivas entre hóspedes e anfitriões. Isso significa que a hospitalidade implica práticas de sociabilidade, ajuda e serviços que facilitem o acesso a recursos locais e o engajamento de relações que vão além da interação imediata (BENI, 1998, p.219).

Beni (op. cit.) aborda, ainda, a importância das discussões interdisciplinares para se entender melhor o processo de evolução da hospitalidade, ao explicar que

> Ela inicia um longo caminho em direção da delimitação do campo multi, inter e transdisciplinar das ciências da hospitalidade que se vale de certas práticas que vão do planejamento e do projeto a soluções de problemas concretos do dia-a-dia de seus produtos e serviços, passando por recortes específicos da antropologia, da sociologia, da história, da geografia, da economia, da política e das ciências e tecnologias aplicadas à administração, à educação, à comunicação, à arquitetura, ao planejamento ambiental, aos recursos naturais e obviamente ao turismo (BENI, 1998, p. 221).

Ao se analisar a evolução histórica das definições de hospitalidade, compreende-se que a atividade é tratada por diferentes autores, com enfoques antropológicos, sociais e econômicos, que se explicam, na atualidade, como uma junção de relações, culturas, tradições, valores, crenças, estilo de vida e significados, que se fazem presentes no momento que um indivíduo se abriga em um lugar que não seja aquele da sua residência (CAMPOS, 2005). Cada contexto proporcionado pela hospitalidade, conforme a forma de turismo que o visitante busca – turismo de massa ou alternativo – oferece experiências as mais variadas.

No percurso do seu desenvolvimento ao longo da história, a hospitalidade sempre significou a procura por descanso, segurança, alimento e conforto. E o homem, paralelamente, também buscou obter benefícios e rendimentos com essa atividade. A evolução dos meios de transportes e meios de comunicação, juntando-se, ainda, ao processo de urbanização e de reestruturação da economia depois da Segunda Guerra Mundial, foram elementos essenciais para o desenvolvimento da hotelaria no mundo. Desde então a hotelaria/hospitalidade se encontra em constante crescimento, tendo alcançado grande diversificação, adequando-se às realidades das localidades onde estão inseridas e, principalmente às exigências dos consumidores, que também se ampliaram.

2.1 Consolidação da Hotelaria no Brasil

A necessidade de lugar para hospedar pessoas no Brasil teve início logo após o descobrimento do país, com o estabelecimento das capitanias hereditárias. No período colonial, os viajantes se hospedavam nos conventos, nas casas-grandes dos engenhos e fazendas, nos casarões das cidades e, principalmente, nos ranchos que existiam à beira das estradas. Na época, era corriqueiro as famílias receberem hóspedes em suas casas; a maioria das residências tinham quarto de hóspedes (PEREIRA; COUTNHO, 2007).

Entretanto, relatos históricos mostram que na segunda metade do século XVIII ainda não havia hospedarias na cidade do Rio de Janeiro. Porém, com a transferência da corte portuguesa para essa cidade, ocorreu um acelerado processo de urbanização e o surgimento da demanda por hospedagens em razão das

constantes visitas de autoridades e de comerciantes ao Rio de Janeiro, o que deu origem ao desenvolvimento da hotelaria brasileira (IGNARRA, 2003).

Por volta da metade do século XIX, no Rio de Janeiro havia cerca de 200 estabelecimentos de hospedagem entre hotéis, pousadas e restaurantes. Em São Paulo, só há registro da existência de hotéis com algum padrão de qualidade em torno do ano de 1920, decorrente do desenvolvimento da capital do estado como núcleo urbano que atraía atividades intelectuais e políticas, e que era centro de atividades relacionadas ao desenvolvimento da cultura cafeeira, assim como área promotora da construção de ferrovias que ligavam a capital ao interior do estado. Nesse período da hotelaria brasileira, com foco no Rio de janeiro e em São Paulo, houve forte influência da Europa, tanto em relação aos conceitos como no que diz respeito à concepção das construções.

Dois fatos marcantes no início da hotelaria moderna no país foram a inauguração, em 1908, do Hotel Avenida, no Rio de Janeiro, com 220 quartos, naquela época, o maior do Brasil (Figura 2). E a inauguração, em 1923, do Copacabana Palace Hotel, no Rio de Janeiro, bem acima dos padrões da época pelo luxo, sofisticação e serviços oferecidos aos seus hóspedes, tornando-se famoso por hospedar personalidades internacionais (Figura 3). De uma forma geral, apesar dos avanços nas últimas décadas, pode-se dizer que no Brasil, a área de meios de hospedagem ainda é relativamente recente (PEREIRA; COUTNHO, 2007).

Figura 2 - Hotel Avenida

Fonte: Blog Classical Buses (2015).

Figura 3 - Copacabana Palace Hotel

Fonte: Blog Copacabana em foco (2015).

Somente a partir da década de 1930, começaram a ser instalados regularmente os hotéis de grande porte nas capitais, nos quais a ocupação era motivada pelos cassinos que funcionavam nos próprios hotéis. Com a proibição dos jogos de azar em 1946, pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, os cassinos foram fechados, ocasionando o fechamento de muitos hotéis, gerando desemprego e paralização na construção de hotéis, representando uma grave crise da atividade no país (PEREIRA; COUTNHO, 2007). Nesse período, hotéis que tinham suas atividades ligadas aos cassinos foram fechados ou reestruturados para atender a legislação vigente. Naquele momento, São Paulo começou a se destacar na hotelaria nacional, influenciando transformações no setor que ganhou nova tipologia, baseada na verticalização, e na localização próxima da malha viária urbana (BULGARELLI, 2012).

No Rio de Janeiro, os turistas que visitavam a cidade, atraídos pelos cassinos, foram ligeiramente substituídos pelos turistas de “sol e mar”, que eram motivados pelas belezas das praias cariocas. Apesar disso, a hotelaria não se desenvolveu de forma tão rápida quanto o potencial apresentado pela cidade, principalmente pela falta de incentivos do poder público. Com a criação em 1966 da Embratur (Empresa Brasileira de Turismo), hoje nomeada de Instituto Brasileiro de Turismo, e junto a ela o Fungetur (Fundo Geral do Turismo), responsável pelos incentivos fiscais para implantação de hotéis, teve início uma nova fase da hotelaria brasileira (PEREIRA; COUTNHO, 2007).

Nos anos de 1960 e 1970, inicia-se a chegada de redes hoteleiras internacionais, trazendo inovação no ramo da hotelaria brasileira, com a inserção de padrões novos de arquitetura, e inovação nos serviços e preços. O processo de modernização dos transportes teve grande influência para a dinamização e massificação do turismo, com a consequente ampliação dos meios de hospedagem.

Para Campos,

> A chegada de bandeiras estrangeiras ajudou a dar outro padrão profissional ao universo da hotelaria. Nos anos de 1970, as grandes cidades receberam muitos investimentos em motéis nas zonas periféricas. Foram investimentos que lograram grande sucesso na esteira da expansão da indústria automobilística brasileira (CAMPOS, 2005, p. 54).

Esses empreendimentos representavam o segmento de hotéis de luxo, de cinco estrelas, construídos em número limitado e que não eram acessíveis para a

maior parte da população. Quase que paralelamente à construção desses hotéis de luxo - década de 1970 e 1980 -, ocorreu a construção de vários hotéis independentes (nacionais) nas principais capitais, nos municípios de destaque econômico e no Nordeste do país (IGNARRA, 2003; CAMPOS, 2005; PEREIRA; COUTNHO, 2007; BULGARELLI, 2012).

A década de 1990 foi marcada pela construção de hotéis mais econômicos e de padrão internacional pelas grandes redes, o que favoreceu o aumento na quantidade de pousadas familiares no Brasil, causando elevação na demanda de consumidores. Houve também a implantação de grandes complexos hoteleiros - *resorts* - no Nordeste, influenciados por experiências europeias, destacando-se o Complexo Hoteleiro Costa do Sauipe na Bahia, o Parque das Dunas no Rio Grande do Norte, e o Projeto Cabo Branco na Paraíba (PEREIRA; COUTNHO, 2007).

Hoje, o Brasil é detentor de uma significativa e diversificada oferta hoteleira, que tem buscado se adequar às demandas dos vários segmentos do mercado, incentivando cada vez mais investimentos de grupos nacionais e estrangeiros que visualizam as condições favoráveis do Brasil em relação ao turismo. A ampla cadeia produtiva do turismo, constituída por empresas de transportes, agências, operadores de viagens, hotéis, pousadas, restaurantes, bares, entre outros, tem gerado empregos, renda e riquezas em muitas partes do país, construindo, dia após dia a história recente do turismo no Brasil, o que também influencia a ampliação da hotelaria no país.

Por conseguinte, a rede hoteleira do Brasil encontra-se em constante evolução, atendendo às necessidades do mercado que é cada vez mais competitivo e exigente. Uma característica atual, de interesse para este estudo, diz respeito à inserção de práticas de RSA nos empreendimentos turísticos. Essa mudança não tem se dado somente por conta da elevação dos impactos socioambientais decorrentes do turismo, mas em razão da sua relação de dependência com a natureza e com o entorno, o que contribui para o desenvolvimento da atividade (CARDOSO; ALPERSTEDT; COSTA, 2011). Nesse sentido, uma experiência que tem se mostrado diferente no Brasil, e em consonância com avanços que ocorreram em outros países, no que se refere à inserção de aspectos associados a RSA, é a dos empreendimentos conhecidos como hotéis ou pousadas de charme. O surgimento e a disseminação do conceito de charme na hoteleira no Brasil serão apresentados a seguir.

2.1.1 Hotelaria em Alagoas

Para se falar sobre a origem dos meios de hospedagem em Alagoas, é necessário se referir ao período de formação da província de Alagoas. Esta se forma e se desenvolve de maneira particular, rodeada de polos produtivos, formação de vilas e um porto natural, com atividade desde o século XVI, o que gerava grande movimentação produtos e de pessoas que precisavam de um lugar para se hospedar. As acomodações deste período eram oferecidas por moradores locais e por entidades ligadas à igreja; ainda não se ouvia falar em hotelaria. Como explica Bulgarelli,

> Em uma época em que existiam poucas vilas no território, algumas no litoral; Maceió, Porto de Pedras, Porto Calvo e Pouxim e outras no interior, Penedo, Santa Maria Madalena das Alagoas do Sul, Atalaia e Anadia, o termo hotel ou hotelaria ainda não era nem mencionado naquele momento histórico (BULGARELLI, 2012, p. 16).

O primeiro prédio construído para servir especificamente como meio de hospedagem foi a Casa da Aposentadoria Velha (Figura 4), em Penedo, com a finalidade de servir como hospedaria para os ouvidores e juízes designados pelos donatários. Porém, seu uso não seguiu conforme o planejado, pois o imóvel acabou sendo utilizado como cadeia, com celas separadas para senhores, escravos e mulheres, o que conflitava com os objetivos de hospedagem inicialmente previstos.

Figura 4 - Casa da Aposentadoria – 1662

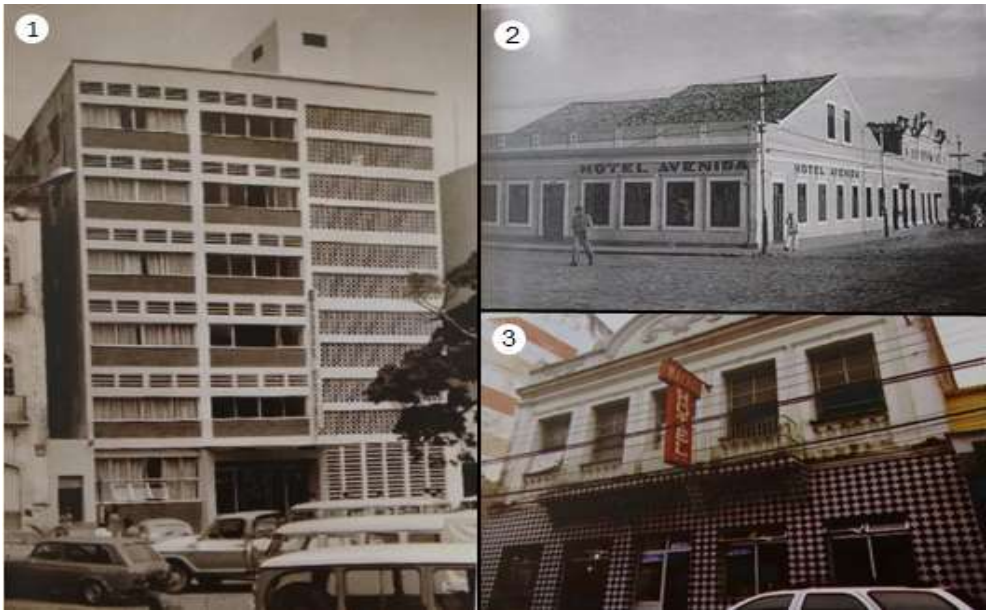
Fonte: Bulgarelli (2012, p.16).

A hotelaria de fato surgiu na nova capital, Maceió, por volta das décadas de 1870 e 1880, no bairro de Jaraguá, com o Hotel do Comércio, em um período onde

o porto de Jaraguá era o grande responsável pela movimentação da economia na capital. Posteriormente, em 1886, o centro da cidade ganhou seu primeiro hotel, o Novo Cintra. Com a ligação das cidades, através da construção de vias férreas, acredita-se que a hotelaria, ainda em seu estágio primitivo, também se desenvolveu em outras regiões, como em União dos Palmares e Palmeira dos Índios (BULGARELLI, 2012). Entretanto, apenas em meados de 1945, quando há algum tempo a cidade de Palmeira dos Índios havia se consolidado como um dos centros de desenvolvimento do interior do Estado, apareceu o primeiro empreendimento realmente hoteleiro nessa cidade, o Hotel dos Viajantes.

No começo do século XX, Maceió ganhou mais dois hotéis, localizados na “Boca de Maceió”, área da cidade hoje compreendida pelo espaço entre a Praça dos Palmares e a Rua Barão de Atalaia; eram o Hotel Universal e o Hotel Pimenta. A partir destes, outros hotéis e pousadas sugiram com localização na zona central da cidade. Na década de 1930, os hotéis Maceió, Avenida e Parque Hotel (Figura 5) foram empreendimentos pioneiros da moderna hotelaria. Nesse período, a praia da Avenida era localização disputada para implantação de hotéis e pousadas.

Figura 5 - Hotéis pioneiros da moderna hotelaria



1 - Parque Hotel; 2 - Hotel Avenida; 3 - Hotel Maceió.
Fonte: Bulgarelli (2012, p. 43, 46, 71).

Por volta de 1960, a região litorânea da capital do estado, antes composta por coqueirais, passou a atrair moradores motivados pela mudança de mentalidade europeia, que antes classificava locais próximos ao mar como insalubres e

inseguros - e pelas belezas naturais do local. Foi dado início a uma ampliação no processo de urbanização do litoral da cidade de Maceió, com a construção de edifícios, casas e hotéis (BULGARELLI, 2012).

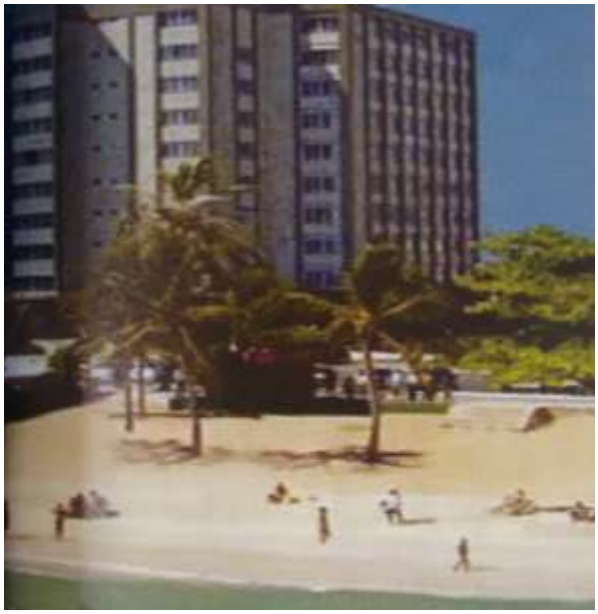
Nos anos subsequentes foram construídos vários hotéis, tendo como marco da hotelaria nordestina, em 1979, o Hotel Jatiúca (Figura 6), primeiro *resort* urbano do estado, e um dos *resorts* de maior destaque na época, dentre as capitais nordestinas.

Figura 6 - Hotel Jatiúca

Fonte: Bulgarelli (2012, p. 55).

Posteriormente, em 1980, foi construído o Hotel Ponta Verde (Figura 7), o primeiro do bairro Ponta Verde, e, em 1986, foi construído o Othon Pajuçara (Figura 8), primeiro hotel da Pajuçara. Nessa perspectiva, foram construídos vários outros hotéis, com aspectos da arquitetura moderna, e seguindo a tendência internacional, na prestação de serviços e na qualidade. A implantação de empreendimentos pertencentes a redes hoteleiras nacionais no litoral de Maceió, caracterizou esse período (BULGARELLI, 2012).

Figura 7 – Hotel Ponta Verde



Fonte: Bulgarelli (2012, p. 57).

Figura 8 – Hotel Othon Pajuçara

Fonte: Bulgarelli (2012, p. 70).

Nos anos de 1990, a inovação do setor hoteleiro foi trazida pelo hotel Village Pratagy, localizado na praia do Pratagy, que buscou transportar o conforto e a modernidade da área urbana, para uma praia isolada. Esse período também foi marcado pela crise da hotelaria na capital, decorrente, dentre outros fatores, da transferência da concentração do aporte turístico do centro e da Praia da Avenida, para as praias de Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca, o que trouxe como consequência a desativação de mais de 15 hotéis na área pioneira da hotelaria em Maceió (BULGARELLI, 2012).

Outros municípios do estado com potencial turístico também tiveram o desenvolvimento da hotelaria, embora tardiamente, alguns de forma mais limitada, com a presença de muitas pousadas e poucos hotéis, e alguns com a construção de hotéis e *resorts* que são destaques dentro do estado. Dentre eles se destacam Maragogi, com o *resort* Salinas do Maragogi e o Hotel Fazenda Marrecas; a praia do Francês, em Marechal Deodoro, com os hotéis Ponta Verde do Francês e o Cumaru; a Barra de São Miguel, com o Village Barra Hotel e o Barra Bali Beach; Japaratinga, com o Hotel Bitingui; Passo de Camaragibe com o Hotel Fazenda Cambará; São Miguel dos Milagres com o Hotel Costa dos Corais; e União dos Palmares, com o Quilombo Park Hotel (BULGARELLI, 2012).

De acordo com o Censo Hoteleiro (ALAGOAS, 2011) o perfil da hotelaria alagoana é relativamente jovem, visto que 60% dos hotéis têm somente até dez

anos de operação, ou seja, somente 40% possuem mais de dez anos de existência. A implantação de 18 unidades hoteleiras novas nos últimos anos, inclusive vinculadas a cadeias hoteleiras nacionais e internacionais, tanto em Maceió como em outras áreas turísticas de Alagoas, totalizaram 10.586 Unidades Habitacionais (UHs) no estado.

A dinâmica do desenvolvimento do turismo no estado vem atraindo novos investimentos. Em 2013, havia cerca de 2.400 UHs em fase de construção ou em projeto, de diversificadas tipologias hoteleiras, localizados em Maceió e outras regiões, alguns com inauguração prevista para 2013 e 2014 (ALAGOAS, 2011). Diante da visível tendência de expansão da oferta hoteleira em Alagoas, é previsível que ocorrerá diversificação nas ofertas de hospedagem em Alagoas, principalmente em decorrência das novas demandas que estão surgindo.

No ano de 2011, de um total de 392 meios de hospedagem que detinham 10.586 UHs e 27.655 leitos, 26,2% estavam localizados em Maceió e 73,8% no interior do estado. A região Costa dos Corais detinha 23% dos empreendimentos hoteleiros e a região Lagoa e Mares do Sul, 22%. Somente 22 meios de hospedagem foram enquadrados como de grande porte, estando 18 deles localizados em Maceió. Enquanto que 67,2% dos meios de hospedagem, ou seja, 265 são classificados como tipologia pousada (ALAGOAS, 2011).

Para Bulgarelli (2012), que escreveu um livro sobre o surgimento e evolução da hotelaria em Alagoas, intitulado “História da hotelaria em Alagoas”, o setor hoteleiro em Alagoas está consolidado, o que pode ser verificado nas pesquisas da Setur/AL, e na colocação do estado entre os principais destinos turísticos do país. A hotelaria de Alagoas, paralelamente à hotelaria nacional e internacional, vem passando por constantes modificações e adequações, que são reflexos do mercado cada dia mais competitivo e, portanto, necessárias para a permanência e o desenvolvimento do setor.

Entre as modificações e adequações ocorridas no setor hoteleiro em Alagoas, a inserção de aspectos associados à noção de sustentabilidade, ao turismo sustentável e à responsabilidade socioambiental no desenvolvimento das atividades desse setor, tem sido frequente nos últimos anos. Isso se deve a dois fatores principais: exigências do mercado, fornecedores e clientes preocupados com a política ambiental da empresa, principalmente se forem estrangeiros; e a necessidade de conservar os objetos de atração dos clientes, que na maioria das

vezes pertencem aos aspectos físicos do meio ambiente (praias, rios, manguezais, etc.).

2.2 Pousadas de Charme como uma Alternativa

A construção do conceito de hotéis e/ou pousadas de charme teve início na Europa, durante a década de 1980, a partir do momento em que foram incluídos alguns aspectos particulares aos estabelecimentos localizados em antigos casarões e castelos (CAMPOS, 2005). Esses aspectos particulares compreendiam

> [...] uma decoração mais aconchegante, com traços do caráter pessoal do proprietário, uma cozinha com forte característica regional e um atendimento efetivamente personalizado e interativo com o hóspede. [...] Além disso, as instalações do estabelecimento oferecem ao hóspede, mais fortemente do que uma simples pousada, um clima de ambiente caseiro, onde ele pode ter acesso a biblioteca, sala de jogos ou de fumar, onde se serve do que estiver ali a sua disposição (CAMPOS, 2005, p. 83).

Esse tipo de empreendimento buscava ter como elementos basilares o conforto, a tranquilidade, a satisfação do cliente e a proximidade dos hóspedes uns com os outros. Campos (op. cit.) destaca outros elementos que os caracterizam:

> As principais características são o pequeno número de apartamentos ou chalés, o charme do ambiente e sua decoração, o tratamento diferenciado dado ao hóspede e a identidade marcante do serviço. É agradável, por exemplo, sentar-se numa grande mesa de madeira maciça, que veio de um mosteiro ou de um castelo, e que acolhe todos os hóspedes do hotel em bancos de madeira para, juntos, tomarem o desjejum. Cria-se uma situação e um ambiente favorável à integração das pessoas, mesmo que não se fale o mesmo idioma (p. 84).

Na Europa, destacaram-se como precursores desse conceito, a Alemanha, a Bélgica e a França, que possuem estabelecimentos desse tipo nas suas grandes cidades mas, principalmente, nas cidades interioranas. Além da construção de novos empreendimentos com essas características, também houve a adequação de hotéis e pousadas já existentes, a fim de atender às novas exigências do mercado. Essas exigências englobam desde a elevada qualidade dos serviços, até a necessidade de interação social dos hóspedes, que, em geral, encontram-se saturados pela vida cotidiana com obrigações profissionais e familiares impostas

pelo modelo de sociedade que predomina hoje no mundo. Junte-se ainda a isso, o desgaste da qualidade de vida nos grandes centros urbanos, o que aumenta o número de pessoas à procura de lugares com beleza natural em abundância, com clima agradável, e áreas ecologicamente preservadas (PIRES, 2010).

A concepção de estabelecimentos de charme foi disseminada, principalmente, devido à imigração de investidores europeus em países que possuíam potencial turístico, porém não desejavam o modelo de turismo de massa em determinadas localidades. Isso ocorria especialmente em áreas de elevado potencial de recursos naturais, com menor fluxo de pessoas e pouco ou nenhum investimento de grandes grupos hoteleiros (CAMPOS, 2005).

2.2.1 Histórico e distribuição das Pousadas de Charme no Brasil

No Brasil, esse tipo de oferta turística teve origem em 1992, quando o hoteleiro Helenio Waddington começou a reunir estabelecimentos que tinham como proposta o atendimento à demanda de um mercado cada vez mais competitivo e exigente no que se refere ao conforto, qualidade e sustentabilidade, o que o levou a fundar a Associação de Hotéis Roteiros de Charme. O estabelecimento que deu início a esse tipo de pousada no Brasil foi o hotel Rosa dos Ventos (Figura 9), localizado em Teresópolis, Rio de Janeiro em 1992 (ASSOCIAÇÃO DE HOTÉIS ROTEIROS DE CHARME, 2013).

Figura 9 - Hotel Rosa dos Ventos

Fonte: Site do hotel Rosa dos Ventos[4] (2013).

Para se tornar membro da Associação, é necessário que o candidato atenda a alguns requisitos. O principal deles é o charme, o termo definido e registrado no INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - pela Associação, corresponde à

> [...] união entre bom gosto, atenção com detalhes, paixão de servir, conforto compatível com expectativas dos hóspedes, localização privilegiada, construção adequada ao meio ambiente e à região, enfim, o conjunto de fatores que emprestam personalidade única ao local e ao próprio hotel. [...] seus membros são selecionados anualmente pela variedade de suas características e personalidades independentes, segundo rígidos critérios quanto ao conforto, qualidade de serviços e *responsabilidade socioambiental*, sempre de forma economicamente viável e sustentável (ASSOCIAÇÃO DE HOTÉIS ROTEIROS DE CHARME, 2013 – ênfase adicionada).

Até 2015, a Associação congregava 65 Hotéis, Pousadas e Refúgios Ecológicos, presentes em 16 Estados e 55 Destinos Turísticos, distribuídos por vários pelo Brasil, a maioria localizada na região Sudeste (Quadro 3).

[4] Disponível em <http://www.hotelrosadosventos.com.br/index.php>. Acesso em 10 de outubro de 2015.

Quadro 3 - Empreendimentos credenciados à Associação de Hotéis Roteiros de Charme

(Continua)

EMPREENDIMENTO	MUNICÍPIO	ESTADO	UNIDADES HABITACIONAIS
Anavilhanas Jungle Lodge	Novo Airão	AM	20
Pousada do Toque	São Miguel dos Milagres	AL	12
Pousada Camurim Grande	Maragogi	AL	21
Pousada Pitinga	Arraial D'Ajuda	BA	19
Hotel Canto das Águas	Lençóis	BA	44
Pousada Mangabeiras	Cairu	BA	9
Pousada Estrela D´Água	Trancoso	BA	28
Pousada Refúgio da Vila	Praia do Forte	BA	30
Hotel Villa Bahia	Salvador	BA	17
Zank By Toque Hotel	Salvador	BA	16
Orixás Art Hotel	Fleixeiras	CE	18
Hotel Vila Selvagem	Pontal de Maceió	CE	20
Pousada Rabo do Lagarto	Domingos Martins	ES	17
Pousada Cavaleiro dos Pireneus	Pirenópolis	GO	17
Pousada Villa do Comendador	Pirenópolis	GO	31
Pousada Maya	Alto Paraíso	GO	10
Pousada do Mondego	Ouro Preto	MG	20
Fazenda Boa Esperança	Florestal	MG	17
Águas do Treme	Inhaúma	MG	14
Pousada Solar da Ponte	Tiradentes	MG	18
Hotel São Gotardo	Itamonte	MG	32
Pousada & SPA Mirante da Colyna	Monte Verde	MG	23
Hotel Santa Esmeralda	Bonito	MS	16
Pousada do Parque	Chapada dos Guimarães	MT	8
Pousada Araras Ecolodge	Pantanal	MT	19
Pousada do Amparo	Recife	PE	18
Teju-Açu	Fernando de Noronha	PE	12
Pousada Zé Maria	Fernando de Noronha	PE	22
Hotel La Dolce Vita	Tijucas do Sul	PR	33
Hotel Rosa dos Ventos	Teresópolis	RJ	40
Hotel Capim Limão	Petrópolis	RJ	24
Pousada Les Roches	Petrópolis	RJ	14
Quinta da Paz Resort	Petrópolis	RJ	20
Pousada Enseada das Garças	São Pedro da Aldeia	RJ	11

Quadro 3 - Empreendimentos credenciados à Associação de Hotéis Roteiros de Charme

(Continuação)

Pousada & Spa Pedra da Laguna	Armação dos Búzios	RJ	34
Vila d'este Handmade Hospitality Hotel	Armação dos Búzios	RJ	19
Hotel Solar do Império	Petrópolis	RJ	24
Pousada do Sandi	Paraty	RJ	25
Pousada Porto Imperial	Paraty	RJ	47
Pousada Parador Lumiar	Nova Friburgo	RJ	13
Hotel Fazenda União	Rio das Flores	RJ	24
Manary Praia Hotel	Natal	RN	23
Pousadas Villas da Serra	Serra de São Bento	RN	9
Toca da Coruja	Praia de Pipa	RN	28
Estalagem St. Hubertus	Gramado	RS	30
Parador Casa da Montanha	Cambará do Sul	RS	12
Pousada do Engenho	São Francisco de Paula	RS	14
Pousada Cravo & Canela	Canela	RS	12
Estalagem La Hacienda	Gramado	RS	6
Pousada Ilha do Papagaio	Palhoça	SC	15
Pousada da Vigia	Florianópolis	SC	10
Rio do Rastro Eco Resort	Bom Jardim da Serra	SC	18
Pousada Quinta do Bucanero	Imbituba	SC	10
Confraria Colonial Hotel Boutique	Mairinque	SP	24
Casa do Lago	Campina do Monte Alegre	SP	15
Fazenda Águas Claras	Itapira	SP	8
Pousada do Capitão	Ilhabela	SP	11
Pousada Quinta dos Pinhais	Santo Antônio do Pinhal	SP	13
Paraíso Eco Lodge	Ribeirão Grande	SP	15
Hotel Recanto das Toninhas	Ubatuba	SP	54
Chateau La Villette	Campos do Jordão	SP	12
Fazenda Capoava	Itu	SP	30
Hotel Frontenac	Campos do Jordão	SP	47
Ronco do Bugio Pouso e Gastronomia	Piedade	SP	14
Hotel SPA Nau Royal	Cambury	SP	15

Fonte: Adaptado pela Autora (Guia Passaporte[5], 2015).

[5] Guia Passaporte 2015 - Roteiros de Charme. Associação de Hotéis Roteiros de Charme.Disponível em: <http://www.roteiros decharme.com.br/guia.php?flip=3>. Acesso em: 20 de fev. 2015.

Dentre as principais características desses empreendimentos no Brasil, destacam-se o reduzido número de apartamentos, bangalôs ou chalés - máximo de 54 Unidades Habitacionais -, a decoração e o charme proporcionado pelo ambiente e o tratamento diferenciado dado aos clientes, marcas que de uma forma geral os distinguem dos demais tipos de meios de hospedagens. Ainda que tenham sofrido mudanças de paradigmas na gestão, os meios de hospedagem em geral, frequentemente voltados ao atendimento de demandas do turismo de massa, buscam trabalhar com elevada quantidade de hóspedes, e, em consequência disso, não conseguem oferecer um atendimento personalizado a cada cliente, como o atendimento dispensado pelos empreendimentos de charme.

Outro aspecto marcante desses empreendimentos consiste na implementação de ações voltadas para responsabilidade socioambiental através da criação do Código de Ética e de Conduta Ambiental da Associação, pelo que

> Os Hotéis, Pousadas e Refúgios Ecológicos que fazem parte desta Associação, reconhecendo a necessidade da preservação do meio ambiente para sobrevivência desta e das gerações futuras, considerando que os princípios fundamentais do ambientalismo estão intimamente ligados aos conceitos modernos de eficiência, se comprometem a adotar as posturas ambientais contidas neste Código de Ética e de Conduta Ambiental, que procura um objetivo comum e não o conflito entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico (ASSOCIAÇÃO DE HOTÉIS ROTEIROS DE CHARME, 2013).

A criação da Associação de Hotéis Roteiros de Charme trouxe como uma de suas premissas a necessidade de desenvolver ações socioambientais nos locais onde os empreendimentos se instalaram, a fim de contribuir para a sustentabilidade da atividade turística e dos recursos naturais de que ela depende para existir. Adota-se o princípio de que não haverá turismo sem meio ambiente conservado, pois este, geralmente, é o principal atrativo, daí a necessidade de conservá-lo, diminuindo os impactos, os restringindo a níveis aceitáveis. Nesse sentido, o Código de Ética e de Conduta Ambiental (Figura 10) consiste em uma ferramenta da Associação dos Hotéis Roteiros de Charme para seus associados, que tem por finalidade a minimização dos impactos potenciais do segmento de hospedagem sobre o meio ambiente; e adoção de posturas proativas na busca pela sustentabilidade do turismo no Brasil. O documento visa “[...] um objetivo comum e não o conflito entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico” (ASSOCIAÇÃO DE HORTÉIS ROTEIROS DE CHARME, 2013, p. 03).

Figura 10 – Código de Ética e Conduta Ambiental

Fonte: Associação dos Hotéis Roteiros de Charme, 2013.

Dividido em quatro pontos – Implementação, Energia, Água, e Resíduos Sólidos e Efluentes –, o Código de Ética e de Conduta Ambiental traz ações de RSA que podem ser inseridas nas práticas dos meios de hospedagem visando garantir a sustentabilidade da atividade e, consequentemente, contribuir para a sustentabilidade do turismo. Dentre as ações socioambientais instituídas, estão: identificar e reduzir os impactos e riscos ambientais; respeitar os locais, a população anfitriã e seus valores culturais e suas tradições; evitar o desperdício de água e energia; impedir o vazamento de esgoto; reduzir a poluição sonora e atmosférica; e controlar o uso de produtos adversos ao meio ambiente.

A Pousada do Capitão em Ilhabela-RJ, por exemplo, encaminha os resíduos sólidos que são gerados por ela (papel, metal, vidro e outros), para o Centro de Reciclagem local da Ilha, reduzindo as despesas locais com a gestão de resíduos sólidos, contribuindo, assim, com uma fonte importante de empregos e/ou renda, podendo contribuir também para a conscientização ambiental (ASSOCIAÇÃO DE HOTÉIS ROTEIROS DE CHARME, 2013).

Em relação a iniciativas sociais, temos como exemplo as ações desenvolvidas pela Pousada do Mondego, que é um dos fundadores de uma ONG local cujo objetivo consiste na preservação cultural e histórica de Ouro Preto - MG, cidade considerada pela UNESCO como Patrimônio Mundial; essa ONG também

contribui para a manutenção da qualidade de vida na cidade. Dentre as questões trabalhadas nesse caso, está uma busca pela minimização e o acompanhamento dos impactos causados pelo tráfego pesado no centro histórico, o que expõe as estruturas centenárias, danificando-as e causando também poluição sonora (ASSOCIAÇÃO DE HOTÉIS ROTEIROS DE CHARME, 2013), além de ações voltadas para a conscientização da população quanto à necessidade de conservar a memória da história da cidade.

A elaboração do Código de Ética e de Conduta Ambiental da Associação de Hotéis e Roteiros de Charme ocorreu com o subsídio do Programa de Turismo do *United Nations Environment Programme* (UNEP), programa que pertence à Organização das Nações Unidas (ONU), com quem a Associação possui pacto formal de cooperação desde 2003. A Associação também é membro afiliado da Organização Mundial do Turismo (OMT) e, por conta da parceria e atuação junto a essas entidades, foi convidada a demonstrar, ao lado de outras lideranças em sustentabilidade, suas práticas inovadoras na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20.

A Associação também possui um sistema de classificação próprio para categorização dos meios de hospedagem que a compõe, utilizando como símbolo para distinção entre os estabelecimentos pedras preciosas (Quadro 4).

Quadro 4 - Classificação dos empreendimentos da Associação de Hotéis Roteiros de Charme

CATEGORIA	CARACTERÍSTICAS
ESMERALDA	Localização privilegiada, espaços generosos, instalações e serviços que atendam aos padrões de exigência da tradicional hotelaria internacional
TOPÁZIO IMPERIAL	Instalações e espaços sociais adequados, serviços esmerados, estilo e decoração requintada.
ÁGUA MARINHA	Bom atendimento, e capricho valorizam os ambientes e as características locais
AMETISTA	Paraíso ecológico, onde o serviço despretensioso e a decoração guardam identidade com a região.
CRISTAL	Identifica todos hotéis, pousadas e refúgios ecológicos durante o ano de seu ingresso na Associação.

Fonte: Associação de Hotéis Roteiros de Charme (2014).

Para aumentar a competitividade do setor hoteleiro, o Ministério do Turismo (MTur) desenvolveu um sistema de classificação de meios de hospedagens através de estrelas. Essa classificação depende do atendimento a alguns pré-requisitos por parte do empreendimento hoteleiro. A classificação apresentada pela Associação de Hotéis Roteiros de Charme é uma caracterização simples, se comparada com a classificação do MTur, que descreve todos os serviços necessários (café da manhã, horário de funcionamento da recepção, tamanho das UHs e dos banheiros, estacionamento, televisão, entre outros). As características apresentadas pela Associação de Hotéis Roteiros de Charme são em sua maioria voltadas para a localização e relacionadas ao charme dos empreendimentos.

A existência do Código de Ética e de Conduta Ambiental é indicativa das mudanças que vêm ocorrendo na concepção da gestão dos empreendimentos de hospedagem, com a inserção de aspectos ambientais e sociais nas ações desenvolvidas e nas práticas de gestão interna e externa. Verifica-se, portanto, que a Associação de Hotéis Roteiros de Charme tem buscado destacar o papel dos empreendimentos a ela associados na conservação do meio ambiente, que na maioria dos casos é o principal atrativo. Esse comportamento da Associação nos permite sugerir que parece haver uma preocupação por parte dos empreendimentos envolvidos com as questões sociais das comunidades hospedeiras, o que pode contribuir de alguma forma para a sustentabilidade da atividade turística. A postura assumida pelos empreendimentos da Associação frente ao meio ambiente e às comunidades onde se localizam, e a classificação adotada pela Associação, diferenciam os empreendimentos envolvidos dos demais empreendimentos no mercado da hotelaria nacional.

2.2.2 Rota Ecológica: Uma Oferta de Turismo Alternativo no Litoral Norte de Alagoas

Com uma proposta de experiência turística que converge com as características da oferta dos hotéis e pousadas pertencentes à Associação de Hotéis Roteiros de Charme, no estado de Alagoas existe a Rota Ecológica - RE. Localizada no litoral Norte alagoano, a região formada pela RE (municípios litorâneos de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras), era praticamente desconhecida como lugar turístico até a década de 1990. As péssimas condições da

estrada que dá acesso à região foi o principal fator que dificultou a expansão do turismo nessa parte do litoral alagoano[6].

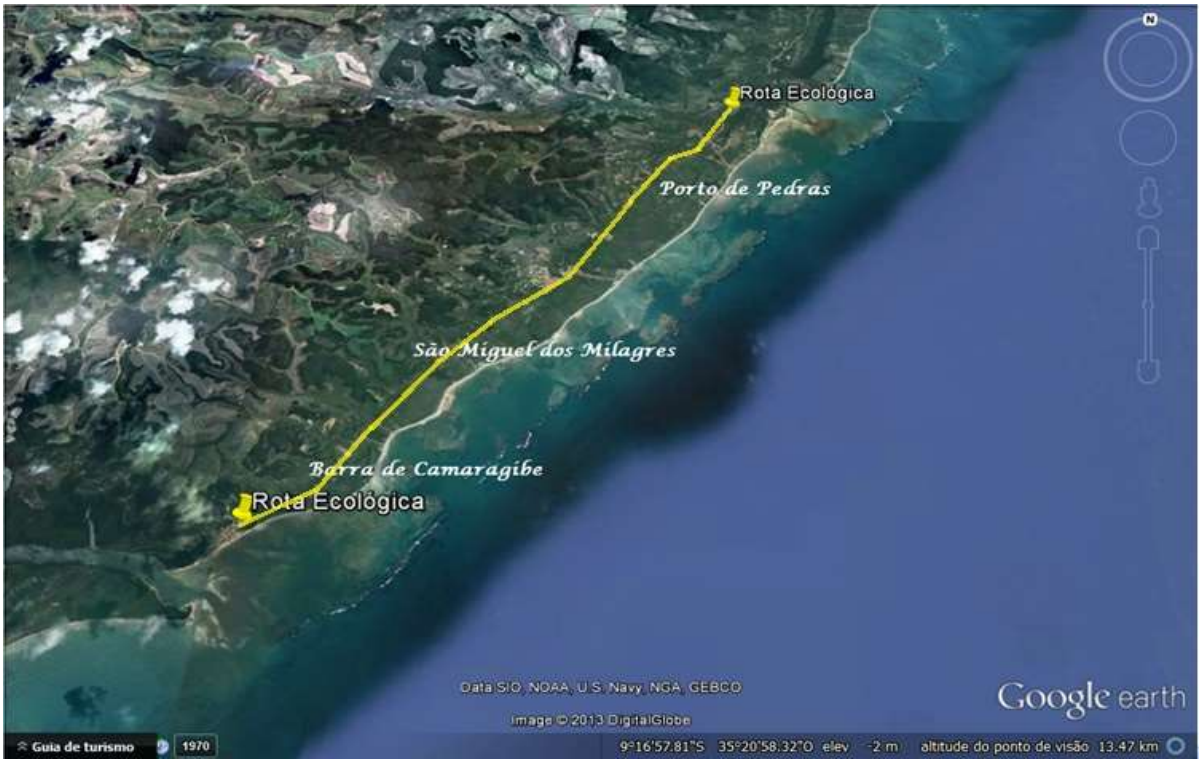
De acordo com a maioria dos proprietários das pousadas objeto deste estudo, o termo Rota Ecológica surgiu como denominação dada por turistas e jornalistas que visitaram a região e publicaram informações em blogs e revistas sobre as suas experiências no local. A ideia foi traduzir em duas palavras - Rota Ecológica - o ambiente natural de grande beleza cênica encontrado na região formada pela faixa litorânea dos mencionados municípios. Assim, em uma tentativa de diferenciar seu produto turístico, alguns pousadeiros do município de São Miguel dos Milagres se apropriaram do termo com o intuito de tornar a Rota Ecológica um destino turístico diferenciado dos destinos de turismo de massa.

Hoje, a região da RE se destaca pela existência de 13 pousadas de baixa densidade de ocupação física, voltadas para um público exigente e de alto poder aquisitivo, geralmente vindos das regiões Sul e Sudeste do país, mas incluindo, ainda que em menor grau, turistas estrangeiros, o que talvez se explique pelo fato de nove pousadas pertencerem a estrangeiros. O local vem ganhando visibilidade por estar inserido no Polo Costa dos Corais - segundo polo hoteleiro do Estado de Alagoas -, e na Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, o que aumenta o fluxo de turistas na região, que estão em busca de belezas naturais e tranquilidade.

Constatou-se neste estudo que o termo Rota Ecológica, adotado pelos pousadeiros da região, não tem qualquer conotação conceitual. O uso do termo parece ter a única finalidade de indicar um trecho de litoral – com aproximadamente 23 km (Figura 11) - ao longo do qual predominam características naturais, em contraposição a diversos trechos do litoral alagoano que são explorados pelo turismo de massa, e que já se encontram bastante urbanizados. As características naturais do litoral Norte de Alagoas e Sul de Pernambuco, particularmente o ambiente recifal, levou o governo federal a criar a APA Costa dos Corais. A RE margeia parte dos limites continentais da mencionada APA cuja maior extensão está localizada no ambiente marinho.

[6] A rodovia que dá acesso à RE é a AL-435, que liga a AL-105, nas proximidades da Usina Santo Antônio, ao povoado Barra de Camaragibe, na extremidade Sudoeste da Rota Ecológica. Esta rodovia encontra-se com boas condições de rodagem, pois ela foi recuperada recentemente. Entretanto, ao longo dos útimos 30 anos ela apresentou graves defciências na sua conservação, frequentemente ficando em condições precárias.

Figura 11 - Localização da Rota Ecológica



Fonte: Google Earth (2013).

Dentre as pousadas da Rota Ecológica (Figura 12), a Pousada Côté Sud foi pioneira na região, com as suas atividades iniciadas em 1999, e a Pousada Xuê é a mais recente, aberta ao público no final do ano de 2012. A Pousada do Toque é a única da região que é membro da Associação de Hotéis Roteiros de Charme. Entretanto, as demais pousadas da RE apresentam diversas características identificadas anteriormente que estão associadas à noção de charme na hotelaria, a saber: 1) reduzido número de apartamentos ou chalés; 2) decoração que reúne preocupação com a cultura, requinte e rusticidade; 3) gastronomia que integra pratos locais e internacionais; e 4) serviços com qualidade que conferem identidade marcante às pousadas, e que disponibilizam atenção personalizada a cada hóspede, algumas dessas características podem ser observadas na Figura 13.

Figura 12 - Logomarca das pousadas com características de charme da Rota Ecológica

Fonte: Sites das Pousadas (2013).

Figura 13 - Características de charme em pousadas da Rota Ecológica

1 - ocupação mínima do terreno; 2 - decoração que une cultura, requinte e rusticidade; 3) gastronomia local e internacional; e 4 - serviços personalizados.
Fonte: Sites das Pousadas (2014).

A região da RE, em consequência da sua localização estratégica, afastada das principais rodovias de acesso ao litoral Norte de Alagoas, a AL-101 Norte e a AL-105, rodovias de maior tráfego de veículos, não foi alvo, até o presente, do

turismo de massa[7] que pode ser visto, por exemplo, em Maragogi, município próximo à RE, no qual existem, dentre outros equipamentos, terminais de catamarãs, hotéis e *resorts*. Essa condição de afastamento das áreas de intenso fluxo de veículos e ocupação foi determinante para que os proprietários das pousadas se interessassem pelo local e começassem a explorar os recursos locais (naturais, paisagísticos, sociais e culturais), culminando nas atuais 13 pousadas. Essas pousadas valorizam aspectos que se contrapõem à oferta do turismo de massa como, por exemplo, sossego, tranquilidade e valorização integrada dos aspectos naturais, sociais e culturais do lugar. Estes aspectos estão diretamente ligados à busca por parte da demanda turística - de elevado poder aquisitivo - de uma oferta personalizada, na qual os serviços ofertados são o grande diferencial.

Dentre as práticas adotadas pelas pousadas em questão, chama-se atenção para as seguintes: 1) Quase todos os postos de trabalho são ocupados por pessoas dos lugares nos quais as pousadas estão localizadas; 2) As pousadas dão preferência aos taxistas do local para o traslado dos visitantes a partir do aeroporto até as pousadas, o que gera ocupação e renda para pessoas que moram no lugar; 3) Parte dos produtos usados nas pousadas, como o peixe e certas frutas, assim como alguns mantimentos, são comprados no lugar; 4) Há preocupação com o meio ambiente, como destinação final do esgoto, separação do lixo, pequeno número de quartos/chalés, ausência de verticalização das construções, utilização de energia alternativa, uso de produtos orgânicos e construções com o mínimo de impacto ambiental na paisagem e nos ecossistemas locais; 5) Envolvimento em ações de limpeza de rios e praias; 6) Incentivo aos turistas, para que eles visitem o projeto do Peixe-Boi Marinho, no rio Tatuamunha, o que é importante para a manutenção desse importante projeto; e 7) Valorização de aspectos da cultura local, como a criação de oportunidades para a venda do artesanato da região (CARVALHO, 2014). Há, por exemplo, referências à valorização da cultura do lugar pelas pousadas e seus visitantes, como pode ser verificado no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (Pdits) do Polo de Turismo Costa dos Corais:

> No perfil dos visitantes que atualmente frequentam as charmosas e luxuosas pousadas do município da Rota Ecológica, percebe-se o interesse e busca pela interação e aprendizado acerca de aspectos locais da cultura.

[7] A região começou a receber pontualmente visitantes transportados pela CVC (*day use*), o que pode representar o início do desenvolvimento do turismo de massa na região.

> Além dos aspectos bucólicos e particulares das comunidades e povoados dos municípios, ainda existem abundantes e genuínas manifestações culturais que devem ser agregadas dentro de uma experiência turística sustentável (ALAGOAS, 2011, p. 443).

Esse tipo de oferta turística inclui aspectos que estão ligados ao conceito de desenvolvimento sustentável. Por exemplo, a comunidade obtêm benefícios sociais e econômicos das atividades das pousadas; os donos das pousadas obtêm lucro que permite a sustentabilidade econômica das pousadas; as instituições ambientais também se beneficiam uma vez que as pousadas, além de adotarem práticas relacionadas à gestão ambiental, também difundem junto aos seus hóspedes uma visão da necessidade de proteção do meio ambiente. Dessa forma, as três dimensões do desenvolvimento sustentável - econômico, social e ambiental - parecem estar sendo contempladas de alguma forma, no âmbito da oferta das pousadas da Rota Ecológica.

Além disso, a visão de que é mais interessante, tanto para o lugar, como também para os empreendimentos, a inserção da comunidade local na sua oferta turística, acabou trazendo novas possibilidades para o desenvolvimento do turismo na região, de uma forma que se contrapõe na prática ao modelo dos enclaves turísticos (PEARCE, 2003), representados, sobretudo pelos *resorts*; ao turismo de massa, reconhecidamente degradador do meio ambiente (KRIPPENDORF, 2009; AGUILÓ et al., 2005; ARCHER; COOPER, 1998), e à urbanização linear às estradas e linha de praia, caracterizando o que Yázigi (1999) denominou de “cidade milequilométrica”, que na visão deste autor, está se formando ao longo do litoral brasileiro.

Portanto, a oferta das pousadas da região se alinha mais às exigências do desenvolvimento sustentável, do que aos ditames do turismo de massa predatório. Essa oferta se contrapõe de várias formas ao paradigma que norteou a expansão do turismo para praticamente todo o mundo a partir da década de 1950, ou seja, o turismo de massa, cujo enfoque é predominantemente econômico (HOERNER, 2011), uma forma de turismo que tem sido incompatível com a sustentação dos lugares onde se implanta, trazendo efeitos negativos inaceitáveis para as destinações (KÖRÖSSY, 2008).

Ao se visitar os sites das pousadas da RE, verificam-se referências a aspectos que elas incluem na sua oferta que estão relacionados a duas dimensões

do desenvolvimento sustentável, a saber: ambiental e social, como se pode verificar no Quadro 5.

Quadro 5 - Práticas sustentáveis das pousadas divulgadas nos sites

POUSADAS	AMBIENTAL	SOCIAL
POUSADA INFINITO MAR	- Tratamento de esgotos Produção de adubo (lixo orgânico) - Coleta seletiva - Água aquecida a gás - Licença Ambiental IMA - Produtos alimentícios provenientes de hortas orgânicas da região	- Passeios pela região - Venda de artesanato local - Gastronomia local
POUSADA DO CAJÚ	----------	- Loja com artesanato local
POUSADA CÔTÉ SUD	----------	- Gastronomia local
POUSADA ALDEIA BEIJUPIRÁ	----------	- Valorização da cultura indígena - Apoia o Projeto Aribama (vassoura de pet) - Valorização da população local
POUSADA DO SONHO	- Cita o Projeto Peixe-boi (ICMBio) - Horta própria	- Visita ao artesanato local
POUSADA DO TOQUE	- Horta Orgânica - Selo Verde e Sustentável – Guia Quatro Rodas - Prêmio de Qualidade Ambiental, Social e Serviços - Associação de Hotéis Roteiros de Charme	- Passeios são terceirizados, forma de integrar a população local à atividade
POUSADA RIACHO DOS MILAGRES	----------	- Valorização da cultura local
POUSADA DA AMENDOEIRA	- Uso de energia solar - Apoia o Movimento Cidade Verde, Rio Vivo!	- Referência a artesãos locais
POUSADA ORIGAMI	----------	----------
POUSADA BORAPIRÁ	- Cita Projeto Peixe-boi (ICMBio)	----------
POUSADA DO PATACHO	- Uso de energia solar	- Artesanato local - Gastronomia local - Funcionários do município
POUSADA VILLA PANTAI	----------	- Artesanato local
POUSADA XUÊ	----------	- Arquitetura Local

Fonte: Sites das pousadas (2013).

Constata-se, portanto, a publicação de práticas relacionadas à noção de desenvolvimento sustentável, através da valorização das características locais,

naturais e socioculturais, que geralmente são negligenciadas ou mesmo transformadas radicalmente por empreendimentos que reproduzem o turismo de massa. A divulgação dessas informações nos sites das pousadas é importante pois proporciona aos hóspedes informações sobre as práticas ambientais e sociais que são adotadas pelas pousadas. Ações voltadas para o aspecto ambiental foram destacadas por algumas pousadas durante as entrevistas para este estudo, mas o aspecto social foi mais contemplado, deixando de ser apresentado em apenas duas pousadas.

A venda de artesanato local, a realização de passeios terceirizados junto a indivíduos do lugar, o apoio a projetos socioambientais e a contratação de funcionários do lugar são ações que buscam inserir, de forma positiva, a população local na dinâmica do turismo na região, dando oportunidade de obtenção de salário ou de complemento de renda por parte de pessoas do lugar. A utilização de peças do artesanato local na decoração das pousadas, assim como a inserção da gastronomia local nos pratos ofertados nos empreendimentos, demonstra a valorização da cultura local por parte das pousadas, o que é bom tanto para as pousadas – que diversificam sua oferta – quanto para os visitantes – que têm acesso a aspectos da cultura local.

Dentre os proprietários das 13 pousadas estudadas, nove são estrangeiros, sendo que das nove pousadas há participação de brasileiros em duas (Quadro 6). Talvez derive desse fato a influência dos aspectos de charme associados a essas pousadas, tendo em vista que o conceito de pousadas de charme teve origem na Europa.

Quadro 6 - Nacionalidade dos proprietários das pousadas da Rota Ecológica

POUSADAS DA ROTA ECOLÓGICA	MUNICÍPIO	NACIONALIDADE DOS PROPRIETÁRIOS
Pousada Infinito Mar	Passo de Camaragibe	Argentinos
Pousada Riacho dos Milagres	São Miguel dos Milagres	Brasileiros
Pousada do Toque	São Miguel dos Milagres	Brasileiros
Pousada do Cajú	São Miguel dos Milagres	Portugueses
Pousada Amendoeira	São Miguel dos Milagres	Israelense + Brasileira
Pousada Origami	São Miguel dos Milagres	Brasileira
Pousada Villa Plantai	São Miguel dos Milagres	Brasileira
Pousada Côte Sud	São Miguel dos Milagres	Franceses
Pousada do Sonho	São Miguel dos Milagres	Italianos
Pousada Patacho	Porto de Pedras	Francesa
Pousada Beijupirá	Porto de Pedras	Portugueses
Pousada Borapirá	Porto de Pedras	Portugueses
Pousada Xuê	Porto de Pedras	Italiano + Brasileira

Fonte: Adaptado de Araujo; Silva (2012, p.12).

As pousadas da RE apresentadas no Quadro 6 seguem, em geral, princípios semelhantes aos adotados pelas pousadas e demais empreendimentos considerados como sendo de charme: serviços de alta qualidade, respeito ao meio ambiente e aproveitamento da mão-de-obra local, aspectos que serão discutidos em detalhe no último capítulo deste trabalho. Outros aspectos que diferenciam a oferta das pousadas da RE do turismo de massa são destacados no Pdits do Polo de Turismo Costa dos Corais:

> [...] notadamente nas pousadas da chamada Rota Ecológica, verifica-se que há uma preocupação com a gestão ambiental dos empreendimentos, havendo a busca de adoção de modelos e instrumentos como a prevenção da poluição, a reciclagem de resíduos, o aproveitamento de pessoal local e o *ecodesign* (ALAGOAS, 2011, p. 397).

De forma semelhante, o Pdits destaca uma preocupação intrínseca dos pousadeiros em relação à forma como os recursos naturais da região são explorados, como destacado na seguinte transcrição:

> [...] os empresários dos municípios de Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres e Passo de Camaragibe, vem unindo esforços para que a comercialização de seus atrativos naturais não aconteça de forma degradante e desordenada (ALAGOAS, 2011, p. 105).

No caso do turismo de massa, o enquadramento dos empreendimentos à legislação ambiental normalmente é algo imposto pelo poder público, nos níveis municipal, estadual ou federal. Já na RE, o movimento que busca atender às dimensões ambientais e socioculturais parece ser uma iniciativa dos proprietários das pousadas, um movimento de origem endógena, o que, mais uma vez as diferencia do turismo de massa.

Outro aspecto relevante para este estudo é que os proprietários das pousadas da RE buscam, por conta própria, conseguir melhorias no que diz respeito à infraestrutura local e à segurança, serviços sociais que institucionalmente são da alçada do poder público. Também tomam a iniciativa de qualificar seus funcionários (ARAUJO; SILVA, 2012), o que parece indicar a ausência do poder público em relação à criação de condições direcionadas à preparação de mão-de-obra para ser aproveitada pelas atividades turísticas das pousadas. Pode-se sugerir que esse tipo de atitude por parte dos pousadeiros da RE, decorre do fato de nem o poder público, nem iniciativa a privada, que forma o chamado *trade turístico*, normalmente voltados para o turismo de massa, terem despertado para a necessidade de fomentar uma prática de turismo baseada em outros princípios, ou seja, que valorize a conservação ambiental e o desenvolvimento social. Como foi mencionado anteriormente, apesar dos avanços no entendimento da necessidade do turismo se alinhar à noção de desenvolvimento sustentável, frequentemente os grandes empreendimentos desconsideram a questão ambiental e as sociedades locais ou tradicionais, as quais são diretamente afetadas pelo desenvolvimento turístico de massa.

3 A OFERTA TURÍSTICA DAS POUSADAS DA ROTA ECOLÓGICA

Uma característica marcante da RE é que a região ainda é pouco frequentada, particularmente porque a oferta turística local não está associada ao turismo de massa. Em outras palavras, os turistas da RE não buscam se hospedar em *resorts* ou grandes empreendimentos hoteleiros, e como consequência, não formam grandes aglomerações nas praias, ruas ou piscinas naturais locais. Assim, frequentemente as pessoas do lugar, donos de pousadas e visitantes costumam mencionar que a paisagem dessa parte do litoral de Alagoas apresenta certo "ar paradisíaco", buscando expressar a predominância de aspectos paisagísticos naturais na paisagem, mesmo que parte dessa paisagem seja formada por coqueirais os quais foram plantados.

3.1 A Descoberta do 'Paraíso'...

Dentre as 10 pousadas participantes da pesquisa, duas já estavam construídas e em funcionamento como pousadas quando foram adquiridas pelos proprietários atuais (pousadas 3 e 7)[8]. Outras duas, que pertencem a proprietários brasileiros e alagoanos, eram residências de veraneio que foram adaptadas e transformadas em pousadas (pousadas 2 e 6). As demais pousadas seguiram o processo de compra do terreno e posterior construção. Para ajudar a compreender o perfil das pousadas segue o Quadro 7.

[8] A pousada 3 possui algumas características que estão presentes desde a sua criação, como arquitetura, decoração e algumas práticas socioambientais. Na pousada 7, embora boa parte das características físicas iniciais estejam presentes, o perfil do turista e as práticas da pousada mudaram completamente, o proprietário anterior desenvolvia suas atividades buscando atrair o turismo de massa.

Quadro 7 - Informações chave sobre as pousadas participantes da pesquisa

PROPRIETÁRIOS ENTREVISTADOS	ANO DE FUNCIONAMENTO	NÚMERO DE UH'S	NÚMERO DE LEITOS	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS NA BAIXA TEMPORADA	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS NA ALTA TEMPORADA
POUSADA 1	1999	9 bangalôs	20	14	14
POUSADA 2	2000	17 chalés	40	40	40
POUSADA 3	2004	9 bangalôs	24	19	19
POUSADA 4	2005	20 bangalôs	50	20	25
POUSADA 5	2005	15 bangalôs	45	18	23
POUSADA 6	2007	1 chalé 8 quartos	18	13	13
POUSADA 7	2008	8 quartos	24	7	9
POUSADA 8	2008	3 chalés 2 outros	11	10	10
POUSADA 9	2010	5 bangalôs	14	6	10
POUSADA 10	2012	5 bangalôs 1 quarto	12	9	9

Fonte: Renata Kelly Alves de Carvalho (2015).

A pousada que possui mais tempo de funcionamento iniciou suas atividades em 1999 e a mais recente em 2012. Houve crescimento no número de pousadas em funcionamento nos últimos 15 anos. Em relação aos empregados, os empreendimentos possuem no mínimo seis e no máximo 40 funcionários na baixa temporada, número que pode aumentar em até cerca de 25% em algumas pousadas, na alta temporada.

As pousadas possuem no mínimo cinco Unidades Habitacionais (UHs) e no máximo 20 UHs, com o mínimo de 11 e o máximo de 50 leitos. Esses números indicam baixa densidade de ocupação do espaço pelas pousadas, o que proporciona menor impacto ambiental, e permanência das características naturais do lugar, como pode ser verificado nas Figuras 14 e 15.

Figura 14 – Visão aérea das pousadas

Figura 15 – Entrada das pousadas

5

5

6

6

7

7

8

8

Pousadas 1 a 5 – São Miguel dos Milagres; Pousadas 6 a 9 – Porto de Pedras; Pousada 10 – Passo de Camaragibe.
Fonte: Google Earth, 2014.

Pousadas 1 a 5 – São Miguel dos Milagres;Pousadas 6 a 9 – Porto de Pedras; Pousada 10 – Passo de Camaragibe.
Fonte: Renata Kelly Alves de Carvalho, 2014.

As imagens mostram o espaçamento entre as UHs nas pousadas, o que proporciona baixa densidade na ocupação do espaço, a presença de parte da vegetação nas áreas ocupadas, assim como a proximidade da maioria delas com a faixa de praia.

O interesse em ter o próprio negócio, a vontade de sair das áreas urbanas nas quais moravam, e o desejo de ir morar em um local distante do barulho, pressa e poluição das cidades grandes, foram as principais motivações mencionadas pelos pousadeiros brasileiros, dentre os pousadeiros entrevistados, que os levaram a modificar seus imóveis - casas de veraneio com bons terrenos - e transformá-los em pousadas. Juntou-se a isso, ainda, o fato de o lugar ter potencial turístico, e dessa parte do litoral de Alagoas não dispor de opções de hospedagem para os poucos visitantes que se aventuravam em conhecer a região, antes das pousadas serem construídas.

Por seu lado, todos os proprietários de pousadas de origem estrangeira afirmaram que decidiram vir ao Brasil para conhecer o litoral na busca por um local em que pudessem ter qualidade de vida, descanso, e implantar um negócio que garantisse renda suficiente para se manter financeiramente, também fugindo da vida agitada dos grandes centros urbanos. A escolha da região da Rota Ecológica, na maioria dos casos, se deu após a realização de pesquisas pelo litoral do Nordeste, desde o Sul da Bahia até o Oeste do Maranhão, em busca do "local perfeito" para a instalação do empreendimento.

De acordo com os entrevistados, de maneira geral, as belezas naturais e a tranquilidade da região criaram neles o encantamento pelo local, como falou um dos entrevistados: "Aqui você tem o equilíbrio perfeito entre a natureza e a praia, tudo é perfeito. Pra mim, [...] o cartão postal do Brasil é este, o estrangeiro que vem, é esse que ele procura" (proprietário da Pousada 1).

As opiniões dos entrevistados estrangeiros convergem no que diz respeito à motivação por trás da escolha do local, para implantarem suas respectivas pousadas, como atestam as falas abaixo:

> Quando a gente chegou aqui, primeiro a gente ficou encantado com a região, segundo a gente ficou encantado com essa pousada [...] (proprietário da Pousada 3).
>
> Já temos restaurante em Pernambuco, utilizando a marca, resolvemos investir no local, foi realizada uma pesquisa no Nordeste e o local foi escolhido por ser um local bonito [...] (proprietário das Pousadas 4 e 5[9]).
>
> Eu cheguei um dia de maré cheia, quando acordei de manhã tava assim. Fui passear e me deu um negócio assim... É espetacular! (proprietário da Pousada 7).
>
> Na pista principal, estar entre dois rios, é um local muito tranquilo, muito seguro. E procuramos por uma vida tranquila [...] Essa é a região! (proprietário da Pousada 9).
>
> Na verdade a gente veio passar férias, gostou da região, achou uma região tranquila para se morar, por enquanto ainda é, e começamos a procurar terreno (proprietário da Pousada 10).

[9] As Pousadas 4 e 5 pertecem ao mesmo proprietário, que compoe um grupo de pousadas e restaurantes em Pernambuco.

Nas falas aparecem termos que guardam algum tipo de relação entre si, como: encantamento, beleza, espetáculo [natural] e tranquilidade. Essas são características locais muito diferentes, e mesmo opostas, ao mal-estar, à feiura, às paisagens lugar-comum e à preocupação que, em maior ou menor grau, marcam muitas áreas urbanas atuais, principalmente as de grande porte. Portanto, ao se depararem com as características e sentimentos relatados acima, os futuros pousadeiros da região se sentiram atraídos por essa parte de Alagoas.

Até as opiniões dos proprietários alagoanos - que já estavam mais ou menos acostumados com a região -, se assemelham às opiniões dos estrangeiros:

> Então tudo começou assim, tinha essa vontade de sair de uma cidade grande para um lugar mais tranquilo [...] (proprietário da Pousada 2).

> [...] aproveitando a estrutura do local que é muito propício, uma região muito bonita e tudo, foi basicamente isso (proprietário da Pousada 6).

As características mais marcantes da Rota Ecológica presentes ainda hoje, a beleza natural e a sensação de tranquilidade, parecem também ter influenciado fortemente esses respondentes a tomar a decisão de investir na construção de uma pousada na região. Essas características podem ser facilmente identificadas na Figura 16.

Figura 16 - A beleza da Rota Ecológica que encanta

Fonte: Rena Kelly Alves de Carvalho, 2014.

Ainda sobre o tema motivação da escolha do lugar, a resposta de um dos entrevistados chamou particular atenção pela forma como ocorreu:

> O interesse assim, foi bem diferente, porque na realidade eu sou designer gráfico e eu tinha um sonho de fazer uma pousada. E eu descobri esse local num médico em São Paulo. Assim num dia normal, peguei uma revista de moda e, na realidade apareceu uma reportagem de biquínis feitos aqui. Me chamou atenção o mar, me chamou atenção, assim, toda parte do coqueiral e assim me chamou tanto a atenção que eu acabei vindo aqui viajar. E quando eu cheguei aqui senti realmente que o lugar era esse aqui. E que acho que a vida antes de vir aqui... E quando descobri, a praia ainda não tinha ninguém, há oito anos, realmente fui a primeira pessoa a morar na praia. E, bom, pra todo mundo e pra mim principalmente que é de fora, ver uma praia dessa deserta e ter a oportunidade de poder ficar construindo um negócio aqui... Eu decidi realmente vir e ficar (proprietário da Pousada 8).

O afastamento de pessoas dos grandes centros urbanos para regiões menos urbanizadas, onde há maior contato com a natureza com maiores níveis de preservação tem se evidenciado como uma tendência nos últimos anos. Territórios com aspectos naturais conservados exercem atração tanto em pessoas, como em investidores, e se transformam em locais de destaque por sua heterogeneidade (RUIVO, 2007).

Ribeiro (2000, p. 03) afirma que “[...] é nas regiões do interior que residem, em boa parte, as respostas a estas novas procuras [...] [por lugares alternativos ao urbano] [...], o que vem prefigurando múltiplas e inéditas oportunidades de relançamento econômico e de reativação social naquelas regiões”. Para Figueiredo (2000) as áreas com características naturais conservadas são os mais procurados hoje, porque se apresentam relativamente mais intactos aos aspectos ambientais e culturais. Essas peculiaridades têm colocado algumas áreas como objeto de consumo ou sonho de muitas pessoas; seria o oposto dos grandes centros urbanos e por isso vem despertando o interesse de grupos que querem adotar um ritmo de vida com qualidade.

Ao analisar as respostas dos proprietários das pousadas em relação à escolha da Rota Ecológica como local de residência e instalação de seus empreendimentos turísticos, e ao relacioná-las às teorias, percebe-se que há uma forte ligação entre as duas partes. Constata-se que a procura por áreas com grande

predominância de natureza preservada e menos densamente habitadas, tem se dado em consequência de uma necessidade da sociedade contemporânea, na qual se verifica uma espécie de fuga dos grandes centros urbanos, e a formação de novos lugares turísticos, como abordado por Ribeiro (2000):

> E é nesse contexto, que as regiões do interior enquanto reservatórios, reais e/ou idealizados, desde bens naturais culturais e humanos, enquanto espaços representados de preservação, e guarda dos mesmos, se vêem, um tanto inesperadamente, resgatadas à penumbra da sua marginalização socioeconômica, convertidas à condição de produtores e fornecedores de *antídotos para os males da civilização urbano-industrial* (M. Vilain, 78:127) e catapultadas à categoria de destinos turísticos (p. 05).

De acordo com Cordovil (1997, p. 09) esse fenômeno

> [...] tende a crescer lentamente em paralelo com a elevação dos rendimentos médios da população urbana (elasticidade procura/rendimento positiva e forte) e com a saturação das pessoas face às tensões características da vida social nas zonas metropolitanas.

Assim, observa-se ao longo do litoral do Nordeste a ocorrência desse fenômeno, e em Alagoas não tem sido diferente. Ao visitar as regiões litorâneas do estado verifica-se a presença de pessoas vindas de outros países ou de outros estados, que passam a residir e ter o próprio negócio no lugar, quase sempre no litoral, deixando para trás a vida corrida e estressante que tinham nos lugares onde moravam.

3.1.1 A Rota Ecológica

Não existe uma versão única para o fato do trecho do litoral em estudo ser denominado de Rota Ecológica. Foi perguntado aos proprietários das pousadas qual o significado do termo Rota Ecológica, se as pousadas fazem parte da Rota Ecológica, e se existe alguma forma de organização ou mobilização das pousadas que fariam parte da Rota Ecológica, como uma associação, por exemplo. A maioria dos entrevistados não sabe explicar como ocorreu o surgimento do termo Rota Ecológica para denominar a região, mas todos concordam que a Rota Ecológica é o trecho do litoral Norte que vai da foz do rio Camaragibe, município de Passo de

Camaragibe, até a foz do rio Manguaba, município de Porto de Pedras. Alguns pousadeiros acrescentam que o trecho possui pousadas de charme que unem os atrativos naturais à própria hospedagem: “A gente diz que a Rota Ecológica não existiria sem as pousadas, sem as hospedagens e vice e versa, entendeu?” (proprietário da Pousada 6).

É unanimidade entre os entrevistados que o termo Rota Ecológica tem relação com as belezas naturais e com as paisagens geralmente chamadas por eles de paradisíacas, que ainda perduram nessa parte do litoral alagoano, apesar deles já demonstrarem preocupação com a forma recente pela qual o turismo vem se desenvolvendo na região[10], e com as suas consequências para o meio ambiente, como no caso do proprietário da Pousada 10: “É um trecho do litoral que ficou esquecido, acho que por isso foi apelidado de Rota Ecológica, mas assim, no ritmo que as coisas estão indo, acho que vai durar pouco [...]”.

De acordo com a maioria dos entrevistados, o uso do termo Rota Ecológica é influenciada pelo fato de ser uma área ainda muito conservada, por estar localizada em uma Área de Proteção Ambiental (APA Costa dos Corais)[11] e por abrigar o projeto de reintrodução do peixe-boi marinho no rio Tatuamunha, que é uma parte importante da oferta turística local. Esses pontos favorecem a conservação do meio ambiente, pois possibilitam o estabelecimento de leis e normas ambientais e de uso e ocupação do solo que permitem certo nível de controle ambiental. No entanto, um dos entrevistados entende que as normas ambientais deveriam ser muito mais rígidas e fiscalizadas com mais rigor, pois o cumprimento da legislação não tem se mostrado eficaz:

> Só que eu acho que tem umas falhas, porque na realidade a Rota Ecológica deveria ser muito mais Rota Ecológica, porque nós temos muitos problemas de meio ambiente, na sujeira, nos cuidados do dia a dia, e isso começa a atrapalhar um pouco, porque o movimento tá cada vez pior, tem grupos que vêm aqui, às vezes de ônibus que vêm do interior, e também estrangeiros e turistas (proprietário da Pousada 8).

[10] A região começou a ser ocupada por loteamentos, condomínios, bares e outros tipos de pousadas cujas características se assemelham à maior parte das pousadas localizadas em áreas de turismo de massa.

[11] Na realidade, as pousadas da Rota Ecológica não estão localizadas dentro da mencionada APA, mas sim sob a sua influência. A APA Costa dos Corais é predominantemente Marinha; no continente, seus limites coincidem com a área de ação da preamar e limites dos manguezais dos estuários dos cursos d’água que deságuam nessa parte do litoral alagoano. Apesar disso, os proprietários das pousadas sob estudo entendem que elas estão nessa APA.

Por conta das supostas falhas, dois dos entrevistados, o proprietário das Pousadas 4 e 5, e o proprietário da Pousada 9, expressaram entendimento semelhante: “Essa Rota Ecológica de ecológica não tem nada! [...] Não pode se chamar de Rota Ecológica; não tem coleta de lixo, não tem pontos de coleta de lixo, tem lixo pela cidade toda, construções desordenadas” (proprietário das Pousadas 4 e 5). Essa opinião se deve ao fato da região apresentar problemas ambientais, principalmente em relação à coleta de lixo, como também foi colocado pelo Proprietário da Pousada 9:

> Porque se chama Rota Ecológica não sei, porque de ecológica não tem nada, essa é a realidade. É um nome que colocaram porque acham que fica bonito, não sei por quê. A natureza ainda está mais preservada... Acho que esse nome de ecológica... Não sei como explicar, porque é o nome de fantasia, acho, né? Porque ecologicamente, as pousadas são as únicas que cuidam do meio ambiente, o restante, ninguém cuida de nada. Aqui não temos coleta de lixo, a coleta de lixo é irregular, não passa por aqui, prefeitura não passa, a praia está suja, temos muito problema, temos carros que andam pela praia, mesmo sendo proibido por Portaria do Ministério Público[12], é carros todo tempo.

Três entrevistados apresentaram uma versão para o surgimento do termo Rota Ecológica, a de que o termo foi utilizado pela primeira vez pelo jornalista Ricardo Freire, que possui um blog intitulado “Viaje na Viagem”, no qual dá dicas referentes aos lugares que ele conhece e descreve suas experiências em viagens pelo Brasil e pelo mundo. O jornalista foi um dos primeiros hóspedes de uma das primeiras pousadas da região, e teria denominado o lugar de Rota Ecológica, passando a divulgar a região e as pousadas em seu blog. Assim, parece que a rápida popularização e o grande alcance no uso do termo Rota Ecológica para designar a região entre viajantes, proprietários das pousadas e a população em geral, se deu pelo fato do jornalista ser uma referência nacional em relação ao tema viagens, e, portanto, ter grande influência na divulgação de roteiros turísticos.

Outra versão que surgiu foi a apresentada pelo Proprietário da Pousada 1, que afirma ter sido o criador do termo aplicado à região:

> A Rota Ecológica, eu criei essa logo. Quando eu cheguei em 2000, teve uma reunião no povoado com o ex-Secretário do Turismo, e a gente procurou dar um apelido para essa

[12] Sabe-se que a proibição do tráfego de veículos em toda a extensão de 120 km da Unidade de Conservação Marinha está contemplada no Plano de Manejo da APA Costa dos Corais, publicado no Diário Oficial da União (DOU), em 04 de fevereiro de 2013, através da Portaria n° 144.

> região. Fazendo o caminho daqui pra usina de açúcar, toda essa área tava coberta de Mata Atlântica, que infelizmente hoje foi cortada pra plantar cana, infelizmente não está suficientemente protegida, mas tinha um charme enorme, eu achei que tinha tudo haver com a ecologia. Então, fazendo o caminho todo dia, eu falei pra ele: “Olha, é Rota Ecológica!” Porque quando a gente sai daqui e vai pra usina mesmo, você deixa ele sentir, e você vira na usina, já você está num outro lugar, é muito lindo, a natureza está super linda, vamos esperar que a gente possa segurar isso! (Proprietário da Pousada 1)

Apenas o proprietário da Pousada 1 apresentou esta versão de ter sido o criador do termo, não tendo sido citada por outros proprietários a ocorrência desse fato. A primeira versão, embora não tenha constado nas respostas das entrevistas dos outros pousadeiros, também apareceu em conversas informais e em sites que relatam experiências de viagens na região.

O fato de a região ter passado por um processo de desenvolvimento econômico nos últimos anos, ainda que em ritmo mais lento, se comparado a outras regiões turísticas do estado, fez com que surgissem alguns problemas ambientais nesse trecho do litoral alagoano, como pode mostrado nas Figuras 17 e 18.

Figura 17 - Lixo em trecho da Rota Ecológica

Fonte: Amitus[13],(2015).

Figura 18 - Flagrante de veículo transitando irregularmente na praia

Fonte: Amitus[14], (2015).

[13] Disponível em: <https://www.facebook.com/Amitusal/photos/pb.204060119743974.-2207520000.1447450328./571433756339940/?type=3&theater>. Acesso em: 27 de out. 2015.
[14] Disponível em: <https://www.facebook.com/Amitusal/photos/pb.204060119743974.-2207520000.1447450353./488377391312244/?type=3&theater>. Acesso em: 10 de jun. 2015

O aparecimento de problemas ambientais decorrentes do desenvolvimento do turismo na região deveria ser uma razão para se buscar meios de conservação desse trecho do litoral alagoano para que possa continuar o desenvolvimento de um turismo diferenciado e baseado na sustentabilidade. Na visão de um dos entrevistados (proprietário da Pousada 3), a proposta da Rota Ecológica seria justamente essa, mostrar que na região o turismo pode ser diferente:

.

> Pra mim a Rota Ecológica é um sonho de sustentabilidade, né? É uma prova de que as coisas podem ser feitas diferentes, e que não todo turismo, é, todo local propício a turismo tem que virar um local de turismo em massa, um local de degradação, de destruição. A Rota Ecológica é, na minha concepção ela tem que ser um exemplo de sustentabilidade tanto para o Brasil, não só para o Brasil, mas para o mundo todo. É [...] então eu vejo a Rota Ecológica como um... Enfim, uma aspiração, uma esperança de que ela continue dessa forma e que possa trazer benefícios, né? (proprietário da Pousada 3)

De uma forma geral, parece que todos os entrevistados entendem que as suas pousadas fazem parte da Rota Ecológica. Em primeiro lugar, devido à localização delas, por estarem inseridas geograficamente no trecho entre a Barra de Camaragibe e a sede municipal de Porto de Pedras, conhecido por este termo. Depois, pelo fato dos meios de hospedagem em questão reunirem características em comum que as tornam diferentes das outras pousadas da região e as caracterizam como pousadas com características de charme, embora uma minoria não queira ser incluída sob essa denominação, o que será discutido posteriormente no item 3.1.2.

No que diz respeito à existência de alguma forma de organização entre as pousadas, todos os proprietários já participaram ou tinham conhecimento da existência de uma associação nomeada de Associação da Rota Ecológica de Alagoas - Areal. Ao passar pelo trecho da Rota Ecológica, ao longo da rodovia AL-101 Norte, podem ser visualizadas placas sinalizando a localização de algumas das pousadas estudadas; essas placas possuem uma logo da Rota Ecológica, e seria produto dessa associação (Figura 19). Entretanto, essas placas estão mais presentes apenas nos municípios de Passo de Camaragibe e São Miguel dos Milagres – as pousadas localizadas no município de Porto de Pedras possuem sinalização própria, sem referência a nenhuma associação.

Figura 19 - Placa de localização de pousadas com a logo da RE

Fonte: Renata Kelly Alves de Carvalho (2014).

Constatou-se que devido à incompatibilidade de visões e aspirações entre os donos das pousadas da associação, a Areal se fragmentou até chegar ao fim das suas atividades. Os entrevistados desconhecem a existência de qualquer organização que represente as pousadas. Aparentemente, o término da associação ocorreu principalmente pelo fato de uma parte dos seus integrantes buscarem a promoção de suas pousadas e não a solução de problemas coletivos. As reuniões ocorriam, mas os problemas não eram resolvidos nem se buscavam melhorias que alcançassem todos os associados. Por exemplo, o fato de alguns dos seus membros não conseguir valorizar resultados financeiros equânimes entre as pousadas, parece ter afetado a motivação dos proprietários de continuarem ligados à Areal, como foi o caso do proprietário da Pousada 3:

> Existiu uma Associação da Rota Ecológica, que chamava Associação Rota Ecológica, tanto que você vê as placas aí, é, essa associação a gente se desvinculou dela, alguns anos atrás, por não acreditar que a coisa não tava indo pra frente, né? Que era muito, muito falar e pouco fazer. [...] Nós somos pessoas que gostamos de fazer e falar mesmo. Claro que a gente não consegue realizar tudo e todos, todas as nossas vontades e sonhos, mas a gente queria botar a coisa em prática.

De acordo com o proprietário da Pousada 6, existe uma mobilização das pousadas para o retorno da Areal, que desta vez deveria, na visão do entrevistado,

ser formalizada. O que está claro, no entanto, é que no momento não existe nenhuma associação que represente as pousadas da Rota Ecológica coletivamente. Essa situação parece indicar a existência de conflitos entre os pousadeiros, mesmo quando compartilham um ambiente em comum com base no qual desenvolvem sua oferta turística. Um fato que chama a atenção é que o proprietário da Pousada 1 foi o único a afirmar que existe uma associação formalizada das pousadas, que possui Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, denominada Areal. Ele garante que a associação é composta por todas as pousadas alvo deste estudo, chegando inclusive a citar os nomes das pousadas associadas, entretanto, os outros entrevistados disseram que não estavam vinculados a nenhuma associação.

Entretanto, embora não haja uma associação formalizada das pousadas da Rota Ecológica deduziu-se que os proprietários estão à disposição e articulados para possíveis mobilizações conjuntas que busquem melhorias para a região, como por exemplo, participação em audiências públicas, principalmente quando tratam de empreendimentos que possam ser construídos na Rota Ecológica e que possam conflitar com os interesses deles, ou em discussões relacionadas à formulação de políticas públicas, como Plano Diretor.

Claramente, há divergências nos discursos, pois ao mesmo tempo em que os proprietários não estão organizados numa associação, eles se mostram disponíveis e articulados para mobilizações em torno de benefícios para a região. O que ficou constatado é que a ideia de associação foi enfraquecida porque inicialmente houve ênfase na divulgação da região e das pousadas através da associação com a logomarca “Rota Ecológica”. No entanto, parece ter havido disputas de interesses e formação de subgrupos. Por exemplo, um dos proprietários divulgava bastante sua pousada por conhecer pessoas importantes e influentes nacionalmente, adotando, assim, uma ação unilateral que aparentemente não contemplava os interesses de divulgação das demais pousadas. Esse fato ocasionou o descontentamento da maioria, o que contribuiu para a fragmentação da associação, culminando com seu fim.

Em tese, a existência de uma organização unindo as pousadas da Rota Ecológica em torno de interesses comuns poderia fortalecer a divulgação da região como um roteiro sustentável, baseado em uma proposta diferente do turismo de massa praticado no restante do litoral alagoano. Além disso, uma associação

poderia criar novas possibilidades para a resolução de problemas e dificuldades comuns a todas as pousadas.

3.1.2 Pousadas de Charme: Uma Tipologia de Mercado

Embora o termo e a noção de “pousadas de charme” tenham sido desenvolvidos no Brasil pela Associação de Hotéis Roteiros de Charme[15], que o patenteou e o registrou junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, o termo tem sido normalmente utilizado para se referir às pousadas pesquisadas, pela maioria dos seus proprietários, visitantes e comunicação que os divulgam.

Como não consta na literatura uma definição que dê conta conceitualmente das chamadas “pousadas de charme”, o termo será utilizado neste trabalho para o fim de caracterização, de forma descritiva, e não de forma conceitual. No sentido de compreender o significado e o emprego do termo pousada de charme por parte dos proprietários das pousadas, foi perguntado a eles se seus empreendimentos se encaixam nessa tipologia de pousada, e quais as características que permitiram a aplicação do termo a eles. Os proprietários de sete das 10 pousadas elencaram algumas características que classificariam suas pousadas como de charme por serem iguais às características que formam a tipologia, tais como: empreendimentos de pequeno porte, e atendimento diferenciado: “Então, todos nós aqui conhecemos todos os nossos hóspedes, chamamos pelo nome [...]” (Proprietário da Pousada 2); qualidade nos serviços e materiais; contato com o meio ambiente; gastronomia diferenciada, união da gastronomia internacional com culinária local; decoração, o cuidado nos detalhes; ambiente familiar; tranquilidade; conforto; segurança; transmissão de emoções e sentimentos. Esse conjunto de características parece estar resumido na fala de um dos pousadeiros:

> Bom, ela tem um atendimento personalizado, então eu acho que isso é uma característica forte das pousadas de charme, a gente conhece as pessoas aqui, os hóspedes aqui pelos nomes e não são números. É uma pousada pequena, a gente não tem quartos, nós temos bangalôs, todos privativos, então a gente dá privacidade para os hóspedes, tenta promover sossego, descanso, e conforto. Não gosto dessa palavra luxo, porque luxo, enfim pra mim

[15]Associação de Hotéis Roteiros de Charme. Disponível em: http://www.roteirosdecharme.com.br/. Acesso em 20 de abril de 2013.

> tem uma conotação de riqueza, dinheiro, eu acho que o luxo está nas coisas simples da vida, como botar o pé no chão, botar o pé na areia. Então, o charme está nos detalhes, né? A gente viaja bastante, a gente gosta e aí a gente traz coisas de todos os lugares do mundo, né? Tanto sabores pra culinária, quanto detalhes de decoração, então, decoração também é uma qualidade bem importante do charme, né? Você cuidar de todos os detalhes, manter a pousada, manutenção é uma coisa que acho que faz a diferença na pousada de charme, que você vê tudo sempre bem, né? Bem mantido, a madeira mantida, enfim tudo! Desde o lençol sempre bom no quarto, até os pequenos detalhes, como a palha aí do telhado. Acho que é basicamente isso. (proprietário da Pousada 3)

Esses elementos apontados pelos proprietários das pousadas como basilares estão presentes na caracterização do que seriam pousadas de charme para Campos (2005), já apresentada na segunda parte deste trabalho. A presença das características apresentadas pelos entrevistados e por Campos (2005), também podem ser visualizada na concepção da Associação de Hotéis Roteiros de Charme, que buscou unir hotéis e pousadas com a proposta de atendimento à demanda de um mercado cada vez mais competitivo e exigente no que se refere ao conforto, à qualidade e à sustentabilidade.

Apenas duas das 10 pousadas em questão não foram consideradas por seu proprietário como pousadas de charme, são as Pousadas 4 e 5[16]. No entanto, alguns pontos apresentados pelo entrevistado também permitem associar essas pousadas ao conceito de charme, como a valorização da natureza, baixo índice de construção, rusticidade, espaço confortável e contato com o ambiente natural. Para o entrevistado, seus empreendimentos têm uma proposta mais conceitual do que de charme:

> Ter conceito é você se situar no mercado atendendo as necessidades de todas as pessoas. Não criar coisas apenas para algumas pessoas, a ideia é transformar a praia no lugar democrático que ela é. Não é interessante construir algo monstruoso e luxuoso num local que não condiz com isso (proprietário das Pousadas 4 e 5).

O entrevistado ainda defende que o seu conceito está no fato de ser diferente por trabalhar com preços justos, atendendo clientes de várias faixas etárias e de diferentes classes sociais. Em seu ponto de vista, “Pousada de charme é uma proposta pretensiosa, a sociedade brasileira não está preparada para isso, nossa

[16] Ambas pertencem ao mesmo proprietário.

proposta é de uma pousada para família, espaço para casais e espaço para quem passa...” (proprietário das Pousadas 4 e 5).

Outro proprietário que na entrevista parece divergir do conceito de pousada de charme para seu empreendimento, é o da Pousada 6, que afirma não ter de fato o entendimento sobre esse rótulo de pousadas de charme por não terem sido definidos critérios oficias que estabeleçam essa categoria ou tipologia de pousadas. Para ele, algumas pousadas se intitulam como de charme, passando isso para os hóspedes e para a mídia. Por estar inserida no mesmo contexto geográfico e possuir algumas das características relacionadas ao conceito de charme, na visão do seu proprietário a Pousada 6 também poderia receber a nomenclatura de charme ao afirmar: “A gente pode até considerar que sim, mas a gente não usa isso como marketing, nunca usa, entendeu?” (proprietário da Pousada 6).

Embora os dois entrevistados tenham dificuldade ou não consigam identificar que seus empreendimentos podem fazer parte da tipologia de pousadas de charme, se observou que as Pousadas 4, 5 e 6 apresentam características que talvez as classificariam como pousadas de charme, tanto que são vistas pela população local, pelos hóspedes e pelos meios de comunicação como pousadas de charme, assim como as demais, compondo um conjunto de pousadas com características semelhantes entre si. Talvez o fato de quererem se diferenciar da tipologia do universo das pousadas de luxo existentes na área da Rota Ecológica e de maior visibilidade, tenha sido a razão de não serem intituladas como pousadas de charme por seus proprietários.

Para Campos (2005) a ideia de estabelecimentos de charme foi difundida, sobretudo, devido à entrada de investidores europeus em países que detinham significativo potencial turístico. Isso ocorreu especialmente em áreas de elevado potencial de recursos naturais, com menor fluxo de pessoas e pouco ou nenhum investimento de grandes grupos hoteleiros. A versão apresentada por Campos (op. cit.) remete a algumas reflexões acerca da forma como a Rota Ecológica foi escolhida pelos empresários para suas instalações: a maioria é formada por estrangeiros, e boa parte europeus, o grande potencial ambiental e turístico da região, local pouco habitado ‘litoral deserto’ e que ainda não era alvo de investimentos de grande porte. Desta forma, constatam-se semelhanças na origem dos estabelecimentos de charme tratada por Campos (2005) em relação às respostas dos proprietários da pousadas da Rota Ecológica.

3.1.3 Para ser Funcionário das Pousadas da Rota Ecológica é Preciso...

A maioria dos funcionários das pousadas é formada por pessoas da própria região, porém alguns problemas relacionados à educação e à cultura dos funcionários dificultaram a inserção dessas pessoas como funcionários nas pousadas. Por exemplo, muitos no início têm dificuldades de ir ao local de trabalho todos os dias, ter horário para entrar e sair, trabalhar nos finais de semana, receber ordens, dar opinião sobre o seu próprio desempenho no trabalho, enfim, não tinham experiência com rotinas de trabalho em empresas formais.

Esse comportamento em relação ao emprego nas pousadas, que também se estende a quase todos os tipos de emprego formal, pode ser justificado pelo baixo grau de escolaridade da população local e pelo fato de boa parte da população ativa da região ser prestadora de serviço informal, exercendo seu trabalho de acordo com suas necessidades, estabelecendo seu próprio horário de trabalho. Com a finalidade de compreender como ocorre a contratação de funcionários para as pousadas e de como ocorre a participação dos funcionários nas atividades que são desenvolvidas, foi perguntado aos proprietários se as pousadas adotam alguma política específica para contratação de funcionários e se os incentivam a oferecer críticas e/ou sugestões sobre suas atividades, produtos e serviços, uma vez que, observando-se as características do meios de hospedagens locais, determinados aspectos da cultura local fazem parte do produto turístico. Em relação à contratação, os entrevistados entendem que a falta de capacitação prévia das pessoas do local para exercerem suas funções é um problema. De maneira geral eles fornecem treinamento e capacitação para sua força de trabalho, caso contrário, segundo eles, não seria possível inserir pessoas do lugar nas pousadas através do emprego. Essa situação representa um problema quando se tem a intenção de se contratar funcionários originários das comunidades locais, como se pode ver na fala de um dos entrevistados:

> Não temos pessoal capacitado, primeira coisa. A pessoa que vem trabalhar aqui não tem experiência nenhuma, passa a ter experiência aqui. Nós treinamos, ensinamos a cozinhar, a arrumar os quartos, tudo isso ele vem sem saber, porque como não tem outras pousadas, nunca trabalharam. São pessoas daqui da região, que são filhos de pescadores, nunca trabalharam [sic], então, bom, é muito difícil ter um critério de seleção aqui. Vem, se apresenta uma pessoa, procuramos a pessoa, perguntamos se tem segundo grau, se tem

> conhecimento, se tem, daí pra frente ele começa a trabalhar e nós treinamos, mas é muito difícil conseguir pessoal aqui (proprietário da Pousada 9).

Devido a essa carência de profissionais capacitados no lugar, observa-se que embora os proprietários afirmem ter políticas para contratação, o conhecimento e a experiência, ou seja, a técnica acaba ficando em segundo plano. Critérios subjetivos acabam substituindo os aspectos técnicos e muitas vezes se tornam decisivos para contratar os funcionários das pousadas, como, por exemplo, na Pousada 2, onde, segundo o seu proprietário, o "sorriso no rosto" é o principal aspecto para a contratação de uma pessoa:

> Ah sim, a gente tem que ter, né? A gente... Primeiro a conversa, a gente tem que sentir, a gente tem que sentir o interesse daquela pessoa em realmente trabalhar, né? A pessoa tem que ter disposição, tem que ter o interesse, tem que gostar, a... Um dos principais pontos que a gente fala aqui é: querer trabalhar todo mundo quer, todo mundo quer ganhar seu dinheirinho. Só que aqui é o seguinte: a gente trabalha muito nas férias, a gente trabalha muito nos feriados, trabalha muito nos finais de semana, você está pronto para isso? Porque você é jovem, a sua namorada é jovem, você quer sair sábado à noite, você quer ir para praia domingo, você quer final de semana, dois, três dias em casa, tá preparado para trabalhar, mas não vai poder ser todo feriado, ser todo final de semana, não vai ser assim, né? Então, tem que saber que a hotelaria é um ramo que exige muito do funcionário. Então a pessoa tem que tá preparada pra isso. O outro ponto é uma experiência, às vezes é muito boa também, a pessoa que já teve um experiência em determinada área, favorece. *Mas o principal para a gente é o sorriso no rosto, é uma coisa simples, é você saber que a pessoa está bem com ela mesma, que ela está trabalhando de coração aberto, e que aqui dentro ela é feliz, né? Porque ela tem que irradiar alegria felicidade, irradiar uma sensação boa pra quem está aqui dentro. Não adianta vir para cá e não estar bem consigo mesmo. Tem que estar bem porque você vai trocar energia, você vai trocar sensações com pessoas que estão realizando um sonho, né? Ela sonha em estar aqui*! Pra gente que mora na praia talvez não seja nem o ponto importante, não é? Mas as pessoas que moram no Sul e Sudeste, viajar para o Nordeste, para um lugar bacana, pra comer bem... Então o número de hóspedes que eu recebo pra aniversário de casamento, pra noivado, pra lua de mel, então as pessoas vem aqui num momento importante da vida delas, e eu tenho que fazer esse momento acontecer, não é? Então tudo isso é conversado com todo mundo que tem tá aqui dentro. Então, o principal do nosso RH é esse, é o sorrindo rosto, é a sinceridade, é a amizade, é o carinho que eles têm que passar (proprietário da Pousada 2) (ênfase adicionada).

O proprietário da Pousada 1 afirmou ter uma política para contratação de funcionários baseada em dois critérios, ambos subjetivos:

> Dois: confiança e vontade de trabalhar, pra mim é a única coisa que é importante. A confiança que eu não precise estar, é isso que faz parte da pousada e que eu tenho funcionário aqui já faz quinze anos e que eles não saíram daqui. É que eu acho que você deve criar entre eles uma confiança que faz com que quando eles trabalhem, você não precise ficar atrás verificando se eles não comeram uma coisa que eles não podem, se eles não roubaram uma toalha de banho, se, essa coisa não entra, pra mim todo mundo é honesto na Terra, todo mundo. Então a primeira coisa que eu faço com eles, é falar pra eles: "Você tem vontade de trabalhar? Sim, e eu tenho uma confiança, eu não tenho duas! Eu tenho uma! Se algum dia você anda no caminho errado, a porta vai ser aberta e você sai daqui, porque isso não funciona." Isso faz a minha tranquilidade. Como eu vou viajar agora, eu sei que eles vão ter uma honra de trabalhar melhor do que quando eu estou aqui, porque quando eu estou aqui, eles podem me chamar [...] Lá eles vão precisar de se virar e fazer o papel que eu faço aqui e todo mundo no seu lugar. E eu sei que eles se desdobram porque eu já perguntei para clientes quando eu não estou, como tava andando o trabalho, eu faz um *feedback* justamente de tudo isso e todo mundo me fala: "Eles fizeram o máximo do máximo!" Pra mim, isso eu ganhei muito, porque eu acho que se eu tenho uma pousada, eu cheguei com o dinheiro, eu construí, mas se eu não tenho funcionário bom pra trabalhar comigo, como eu faço? Eu não consigo levantar uma pousada e eles, se eu não estou aqui, não confio neles, se eu não der oportunidade deles trabalharem, onde eles vão trabalhar? Continuar a descascar coco? Pescar peixinho de três centímetros de comprimento? Então, eu acho que é isso, é um conjunto. Pra mim, eles são funcionários, trabalhadores, não são escravos aqui, então somos da mesma linha, todo mundo tá dependendo do outro, então é isso que funciona bem. É respeito (proprietário da Pousada 1).

Embora para contratação de funcionários, independente da atividade, o currículo seja a principal razão para contratação, fica claro que ele não é o fator determinante no caso das pousadas da região. Aparentemente isso se deve a dificuldade em se ter pessoas do local com bons níveis de escolaridade e experiência profissional. Neste sentido, as pousadas acabam adotando critérios subjetivos e pessoais como simpatia, disposição para trabalhar e aprender, pró-atividade e confiança, como fundamentais para contratação de seus funcionários. Os proprietários das pousadas partem do pressuposto de que as pessoas contratadas podem aprender o trabalho que irá executar através de treinamento fornecido pelas

próprias pousadas, que será aprimorado com o tempo e com as experiências vivenciadas no dia a dia.

O reconhecimento de que as pousadas existem não só porque foram construídas ou adquiridas por seus proprietários, mas também porque cada funcionário tem seu papel na garantia do funcionamento e da qualidade da empresa, foi algo que esteve presente nas falas dos entrevistados, e que merece destaque. Ainda são poucas as empresas que reconhecem e valorizam seus funcionários, mesmo sendo pregado o oposto pelas teorias organizacionais. Esse aspecto é de grande importância para uma empresa, pois possibilita a valorização do funcionário que se sente motivado a dar o melhor de si na execução de suas tarefas, o que pode ter um efeito positivo na experiência do hóspede. Assim, em uma região com modestas possibilidades de se encontrar emprego formal, os funcionários, ao atenderem as exigências das pousadas em questão, têm maiores possibilidades de garantir seu emprego.

A disposição para adquirir novos conhecimentos são fatores apontados pelos proprietários das pousadas como importantes no momento da contratação, superando até critérios técnicos, como pode ser visto na resposta do proprietário da Pousada 10: “Então assim, a gente nem exige que tenha o conhecimento, a gente olha pra pessoa, e vê se aquela pessoa é uma pessoa que dá para ensinar para ela e ela aprender”.

A preferência por pessoas que fazem parte da região também é um critério utilizado para selecionar os funcionários. Embora nem todos os entrevistados tenham mencionado diretamente essa condição, ela foi frequentemente mencionada durante as entrevistas. O proprietário da Pousada 3, foi uma das pousadas que destacou mais diretamente esse critério:

> [...] a nossa política é primeiro contratar pessoas éticas, pessoas de bom humor, pessoas com força de vontade, principalmente da comunidade local. Assim, a gente desde os dez anos de pousada só teve uma funcionária que não era local e o resto todo local. Não temos um código escrito, mas é isso (proprietário da Pousada 3)

Apesar da maioria dos entrevistados ter afirmado que não usam critérios formais e técnicos para selecionar funcionários, as Pousadas 4 e 5 se diferenciaram da maioria pois além de selecionarem pessoas do local, afirmaram levar em

consideração nível de escolaridade do futuro funcionário: “Um critério é que seja essencialmente local, não tenha ficha criminal, critérios básicos, e que tenha escolaridade compatível com habilitação mínima para o cargo que irá ocupar” (proprietário das Pousadas 4 e 5).

Com base nos relatos dos entrevistados, o uso de fatores subjetivos para a contratação dos funcionários, através da valorização de aspectos como confiança, cordialidade, bom-humor e educação, tem se mostrado eficiente, uma vez que eles em geral afirmam que os funcionários respondem à altura do que é esperado deles como funcionários de uma pousada que tem na qualidade do serviço - o que envolve a simpatia e cordialidade dos funcionários - um dos seus principais pilares da oferta turística (URRY, 2001). De fato, este estudo verificou que normalmente os funcionários são pessoas educadas, prestativas e sempre com “o sorriso no rosto”. Um dos indícios de que a metodologia de contratação tem dado certo - em relação a este aspecto da cordialidade - é a qualidade nos produtos e serviços que são oferecidos pelas pousadas, que tem garantido a procura por esses tipos de empreendimentos hoteleiros e o crescimento desse mercado nos últimos anos. Essa característica parece amalgamar de alguma forma a hospitalidade comercial com a hospitalidade doméstica (PANOSSO NETTO, 2010), mesmo em um ambiente formal de trabalho.

Em relação ao incentivo dos proprietários das pousadas para que seus funcionários façam críticas/sugestões sobre os produtos e serviços que são oferecidos, a maioria dos proprietários afirma que ouvir seus empregados sobre o trabalho executado é algo essencial, e que isso acontece, geralmente, por meio de reuniões ou conversas informais, como transparece da fala abaixo:

> Então é um negócio muito natural, entendeu? Porque as únicas pessoas que a gente conversa são justamente eles, entendeu? Então, “Ah acho que assim tá legal!”, ou então “Vamos tentar fazer isso?”, a gente faz, então é bem aberto, assim, é bem natural (proprietário da Pousada 10).

Segundo os entrevistados, adotar uma relação com base no diálogo e na participação dos funcionários através do incentivo à realização de críticas e de sugestões promove a valorização do trabalhador, estimula a criatividade e a

capacidade de resolver problemas, como pode ser visto na fala de um entrevistado:

> Tem uma coisa muito bacana aqui, que tem uma participação grande de cada um, porque eu valorizo cada um no seu setor. Então, é, tipo, hoje vai ter um jantar de aniversário, eles vão decorar a mesa, eles vão fazer do jeito que eles querem, já sabendo como é o gosto, eles já inventam [...] (proprietário da Pousada 8)

Transparece de forma clara em muitas falas dos entrevistados que os moradores locais, com sua cultura e seu jeito informal de ser, são uma espécie de capital humano que agrega valor ao produto turístico ofertado, uma característica que normalmente está associada ao produto dos meios de hospedagem e circuitos que são estruturados em torno da ideia de charme, como proposto pela Associação dos Hotéis Roteiros de Charme:

> [...] os associados da Roteiros se empenham em interagir com suas comunidades hospedeiras através de um sem número de formas de envolvimento, apoiando iniciativas dos atores locais que possam reforçar todos os aspectos de sua “identidade geográfica”. Além do charme, inerente à sua proposta de hotelaria, os hotéis associados da Roteiros atuam como protagonistas visando a construção da sustentabilidade dos destinos turísticos onde se localizam (ASSOCIAÇÃO DE HOTÉIS ROTEIROS DE CHARME, 2015, s.p.).

No caso das Pousadas 4 e 5, a mencionada participação contribui para integrar proprietários e funcionários na discussão sobre suas opiniões, relativas a como desenvolver os serviços ofertados pelas pousadas, como mencionado por um dos entrevistados: “Incentivo para criar massa crítica, sou um cara muito introvertido e preciso de pessoas extrovertidas e proativas. Induzo um diálogo onde eles possam expressar sobre suas opiniões” (proprietário das Pousadas 4 e 5).

A metodologia empregada pelas pousadas pode apresentar variações de pousada para pousada, mas o objetivo parece ser muito semelhante de pousada para pousada: a participação dos funcionários no desenvolvimento da oferta turística das pousadas. A maior parte dos proprietários diz preferir conversar informalmente com seus funcionários, deixando que as sugestões, críticas e opiniões fluam, apareçam no decorrer da conversa, durante reuniões mensais ou semanais. Segundo o proprietário da Pousada 1, além das reuniões semanais existem duas outras reuniões que são as mais importantes:

> A gente tem duas reuniões superimportantes, a primeira é no final da temporada, entre o mês de maio, antes que eles peguem as férias deles, a gente faz uma reunião para ver o que de um ano, dos seis meses vamos dizer, o que voltou, de coisas que faltavam no serviço, de problema que poderia ter acontecido com cliente, tudo isso, então eu faço falar todo mundo (proprietário da Pousada 1).

Independentemente da forma como ocorre, o que vai depender de cada forma de gestão, o fato é que para o desenvolvimento de um produto como o das pousadas da RE, é importante que haja espaço para os funcionários manifestarem suas opiniões e serem ouvidos, e, o que parece ser o aspecto mais positivo é que as opiniões deles podem ser adotadas quando demonstram que irão trazer melhorias para a oferta do serviço das pousadas. O incentivo à participação dos funcionários no desenvolvimento dos serviços das pousadas, através da abertura para opiniões e críticas, pode estimular o desenvolvimento de senso crítico entre os funcionários e pode promover uma troca de conhecimentos entre as pessoas envolvidas nos empreendimentos, o que pode ter efeito positivo no desenvolvimento do negócio das pousadas.

3.2 Responsabilidade Socioambiental nas Pousadas da Rota Ecológica

Ao longo dos anos as empresas têm percebido que suas ações sobre uma localidade não se limitam ao aspecto econômico, necessitando da inserção dos aspectos social e ambiental em suas atividades. E que a produção e venda de produtos e serviços não é concluída quando o negócio é fechado, pois as consequências desses negócios ultrapassam as barreiras das empresas e sua abrangência é muito maior do que se imaginava. Desse contexto, decorre a necessidade de mudanças e incorporação de ações que buscam mudar o olhar das empresas para o seu entorno (BARBIERI, 2004; DIAS, 2006; TACHIZAWA, 2006; CASTRO, 2009).

Entendendo-se a responsabilidade socioambiental (RSA) como o compromisso que os empresários devem ter em relação à conservação do meio ambiente e com a comunidade dos seus empreendimentos e com os seus funcionários, os proprietários das pousadas foram questionados sobre se eles

desenvolviam algum tipo de atividade de RSA associada à exploração econômica da região por parte de suas pousadas. Para a maioria dos proprietários, as práticas de RSA só serão eficazes se houver a participação dos clientes, o que vai depender do nível de conscientização, que deve ser suficiente para possibilitar sua aplicação às ações. Neste sentido, na visão dos entrevistados, se não houver colaboração dos hóspedes para que as ações sejam postas em prática, o esforço das pousadas não alcançará o resultado desejado.

Embora fosse uma premissa, antes de entrevistar as pousadas, a ideia de que a RSA partia de uma série de exigências dos clientes, este estudo constatou que a realidade local não é bem esta. A maioria dos clientes procura esses tipos de pousadas à busca de sossego, tranquilidade, contato com a natureza, enfim, buscam os mesmos aspectos que os proprietários afirmaram ter sido a base da motivação para a escolha do lugar para a implantação das suas pousadas. No entanto, isso não quer dizer que os clientes possuem necessariamente consciência ambiental e que as práticas ambientais e sociais das pousadas foram determinantes para a escolha da pousada por seus hóspedes, como no relato do proprietário da Pousada 10:

> Assim tem o apelo sustentável e tal, mas pelos hóspedes [...] tem hóspede que joga a toalha no chão todos os dias. A toalha tá limpinha, seca, a pessoa joga no chão pra trocar todos os dias. Tem gente que pede pra trocar o lençol todos os dias. E aí eu não posso falar não. Você tá pagando e eu vou falar o quê? Não, faz assim. Tem muito hóspede assim.

Por exemplo, metade dos proprietários relatou situações em que os clientes não tinham comportamento condizente com a proposta das pousadas em relação à questão ambiental, como o caso de hóspedes que saem para passeios e deixam o ar-condicionado do quarto ligado sem ninguém, ou que exigem que o enxoval seja trocado todos os dias, ou ainda que dão alimentos humanos para animais com os quais eles têm contato no lugar visitado. Esses proprietários disseram que buscam, através da conversa, a compreensão dos hóspedes em relação ao porquê de essas atitudes precisarem ser mudadas, mostrando os benefícios que essas mudanças trazem para todos.

Este estudo mostra que todas as pousadas adotam ações de RSA, algumas em maior e outras em menor número e amplitude. Em algumas pousadas, as ações

se limitam ao seu interior, havendo ações mínimas ou com nenhum efeito junto à comunidade, alcançando no máximo os hóspedes e funcionários. Na maioria das pousadas as ações ultrapassam os limites do estabelecimento, se refletindo no desenvolvimento de trabalhos em parceria com a comunidade, e, em alguns casos, no apoio à formação e funcionamento de associações e ONGs locais. Por exemplo, a Pousada 1 apresentou um número significativo de atividades associadas à noção de RSA, como, por exemplo, o estabelecimento de parcerias com o Ibama, ICMBio e IMA, em torno de questões ligadas à conservação ambiental[17]; o monitoramento e a conservação da água do rio que passa por dentro da pousada, para evitar o lançamento de efluentes nas suas águas sem o devido tratamento prévio; trabalho de educação ambiental desenvolvido junto à comunidade, através de ações que promovem a sensibilização ambiental; a separação dos resíduos produzidos pela pousada, incluindo parceria com uma cooperativa em Maceió que recolhe os resíduos recicláveis separados pela pousada; a criação e manutenção de uma horta orgânica; o respeito e cumprimento das normas ambientais na sua construção; o desenvolvimento de atividades junto à comunidade para divulgação do artesanato e atrativos naturais do local.

As outras pousadas desenvolvem ações semelhantes àquelas que são desenvolvidas pela Pousada 1. A maioria delas possui parcerias com cooperativas de reciclagem ou com moradores locais que trabalham com reciclagem; fornecem óleo de cozinha utilizado nas pousadas para uma pessoa da comunidade que fabrica sabão; procuram disseminar informações junto aos hóspedes sobre as práticas socioambientais das pousadas para que eles também possam contribuir; e participam de alguma forma das ações realizadas com a comunidade ou para a comunidade. Um dos entrevistados tentou dar uma ideia sobre a questão da responsabilidade socioambiental associada à sua pousada:

> A ideia da pousada é a de tirar menos e dar mais. Então, produzir menos resíduos, é, poupar energia, enfim, poupar energia usando energia solar, reciclagem, é, são várias atividades que às vezes acontecem atrás, nos bastidores digamos, que os hóspedes não precisam sentir essas coisas, mas essas coisas acontecem, são práticas do nosso dia a dia. Tem uma horta, um aproveitamento da água da chuva, são coisas que fazem parte do nosso dia-a-dia, isso na parte ambiental, né? E fora os projetos que a gente faz... E na parte

[17] O proprietário da Pousada 1 informou que o manguezal está tão bem preservado na área de influência dessa pousada que o próprio ICMBio já usou a área para a soltura de espécimes de caranguejo guaiamum.

> social, é isso né? Acho que é o apoio aos nossos funcionários em momentos de necessidade, é poder ajudar a comunidade, é um pouco do que eu já falei, né? (proprietário da Pousada 3).

Um fato que chamou a atenção foi que os proprietários das pousadas 9 e 10, não classificaram as ações que suas pousadas desenvolvem como sendo de caráter ambiental e social, até mesmo as realizadas com seus funcionários, como atividades ligadas de alguma forma à noção de RSA. Eles alegaram que essas ações não passam de atividades rotineiras e acreditam que a RSA é algo mais complexo e que exige uma participação mais ativa junto à comunidade, o que, segundo eles, suas pousadas não fazem. Informaram apenas que participam de algumas ações isoladas, e somente quando é necessário juntar uma grande quantidade de moradores para lutar por alguma causa de interesse comum.

Com base nas discussões realizadas na primeira parte do estudo, principalmente no item Implementação do Código de Ética e Conduta Ambiental da Associação de Hotéis e Roteiros de Charme (Figura 20), foram realizadas adaptações para o objeto deste estudo, e se examinou até que ponto as pousadas da RE atendem o mencionado código de ética. Os resultados estão no Quadro 8.

Figura 20 - Item Implementação do Código de Ética e Conduta Ambiental da Associação de Hotéis e Roteiros de Charme

1. Implementação

1. 1. Assegurar o apoio e participação dos principais sócios, diretores e gerentes na implementação deste Código e possibilitar acesso ao programa a todos que prestam serviços à empresa.

1.2. Incorporar os princípios ambientais às práticas administrativas e aos programas de treinamento do pessoal, que deve ser educado para exercer suas atividades de modo ambientalmente responsável .

1.3. Nomear um responsável geral pela gestão ambiental da empresa e designar um responsável para cada aspecto fundamental do programa: energia, água e resíduos.

1.4. Definir as metas ambientais a serem cumpridas, estabelecendo prioridades e prazos para sua aplicação, de acordo com os equipamentos e instalações existentes, localização e condições econômico financeira da empresa.

1.5. Monitorar o progresso do programa e informar aos participantes sobre os resultados alcançados em reuniões periódicas.

1.6. Incentivar a todos que trabalham na empresa a colaborar com o programa, envolvendo inclusive as famílias em concursos de preservação ambiental, premiando os de melhor desempenho.

1.7. Identificar e reduzir o impacto ambiental, no planejamento de novos projetos e construções, visando a preservação do cenário, fauna, flora e cultura locais.

1.8. Fazer um check-list de todos os equipamentos, dos quartos, banheiros e demais dependências, verificando se há impactos ambientais desnecessários ou desperdício de energia e água.

1.9. Controlar e diminuir o uso de produtos adversos ao meio ambiente como asbestos, CFCs, pesticidas e materiais tóxicos, materiais corrosivos, infecciosos, explosivos ou inflamáveis.

1.10. Respeitar os locais e objetos religiosos e históricos, a população local, sua história, tradição e cultura.

1.11. Minimizar os riscos de impactos ambientais negativos por parte dos hóspedes e visitantes:

(i) colocando à sua disposição informativos preparados pelo hotel e literatura, sobre a região, fauna, flora e cultura local;

(ii) reduzindo o tamanho dos grupos;

(iii) evitando horários de maior concentração de visitantes;

(iv) evitando visita à áreas ambientais não supervisionadas;

(v) instruindo os guias para tomarem ações corretivas.

1.12. Implantado o sistema, informar aos hóspedes sobre a adesão do hotel ao programa de proteção ambiental, deixando claro que o sucesso desta iniciativa dependerá, também, da participação dele, e convidando, àqueles que demonstrarem maior interesse, a fazer uma lista de suas observações quanto a impactos ambientais ainda existentes e que, eventualmente, podem ser evitados.

Fonte: Código Ética e Conduta Ambiental da Associação de Hotéis e Roteiros de Charme, 2014, p. 3-4.

Quadro 8 - Ações de Responsabilidade Socioambiental nas pousadas entrevistadas

AÇÕES	POUSADA 1	POUSADA 2	POUSADA 3	POUSADA 4	POUSADA 5	POUSADA 6	POUSADA 7	POUSADA 8	POUSADA 9	POUSADA 10
Código de Ética	Sim / Informal	Não	Sim / Informal	Não	Não	Não	Sim / Informal	Não	Não	Não
Incentivo a capacitação e treinamentos de funcionários	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
Promoção da saúde, segurança do trabalho ou melhoria da qualidade de vida dos funcionários	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Canais de comunicação com clientes para registros e soluções às manifestações	Concorda Totalmente	Concorda Totalmente	Concorda Totalmente	Concorda em Parte	Concorda em Parte	Concorda Totalmente	Concorda Totalmente	Concorda em Parte	Concorda Totalmente	Concorda Totalmente
Oferece e dá preferência a pratos da culinária local	Concorda Totalmente	Concorda Totalmente	Concorda em Parte	Concorda em Parte	Concorda em Parte	Concorda em Parte	Concorda em Parte	Concorda em Parte	Concorda em Parte	Concorda em Parte
Exposição e venda de produtos da comunidade local	Discorda Totalmente	Concorda Totalmente	Concorda Totalmente	Concorda em Parte	Concorda em Parte	Concorda Totalmente	Discorda em Parte	Concorda em Parte	Concorda Totalmente	Concorda em Parte
Oferta de cursos para comunidade local	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Compra produtos no próprio município	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Valorização das manifestações culturais locais	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Certificação ambiental	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
Prioriza compras junto a fornecedores que desenvolvem práticas de proteção ao meio ambiente	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Disponibiliza informações sobre as práticas ambientais desenvolvidas aos hóspedes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Licença ambiental vigente do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas – IMA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim

Fonte: Renata Kelly Alves de Carvalho (2015).

Apenas três pousadas têm Código de Ética, no entanto, os proprietários disseram que não existe um documento oficial que comprove tal afirmação. O Código de Ética existiria de maneira informal, através de informações sobre a conduta das pousadas disponibilizadas nos seus próprios sites e em conversas com seus funcionários e hóspedes. No caso das pousadas integrantes da Associação de Hotéis e Roteiros de Charme, a implementação do Código de Ética e de Conduta Ambiental é voluntária e o empreendimento que aderir será monitorado regularmente pela associação.

Sete das 10 pousadas afirmaram possuir programas ou atividades voltadas à promoção da saúde, segurança no trabalho ou melhoria de qualidade de vida dos seus funcionários, e isto se daria através de treinamentos internos sobre segurança alimentar, higiene na manipulação de alimentos, primeiros socorros, palestras e conversas informais, parcerias com o Sebrae e ajuda financeira para consultas médicas. A realização dessas ações busca a prevenção de doenças e acidentes de trabalho, na perspectiva de garantir a qualidade de vida dos funcionários. Além de reduzir custos, faz com que a empresa seja bem vista por seus funcionários e pelos clientes.

Em oito pousadas; os proprietários afirmaram incentivar os seus funcionários a realizar capacitação e treinamento a fim de qualificar e melhorar os serviços ofertados em suas pousadas. Boa parte dessas capacitações e treinamentos é oferecida informalmente pelos proprietários nas próprias pousadas. O estudo identificou que três das 10 pousadas pesquisadas oferecem cursos de línguas como forma de envolver e capacitar não só os funcionários, mas também os moradores do entorno das pousadas.

Grande parte dos proprietários (oito) concorda em parte com o oferecimento e a preferência por pratos da culinária local em seu cardápio; os outros dois concordam totalmente. Quando se trata da exposição e venda de produtos (artesanato, culinária etc.) da comunidade local nas dependências das pousadas, duas pousadas discordam totalmente e o restante (oito) concorda em parte ou totalmente, um fenômeno que não é comum no desenvolvimento turístico com base no turismo de massa, no qual a oferta turística tende a ser organizada de maneira muito formal e padronizada, para atender exigências da chamada “indústria do turismo”, frequentemente de uma forma estritamente impessoal. A iniciativa de

adotar intencionalmente uma oferta gastronômica que parcialmente volta-se para a cultura local, tende a dar alguma visibilidade a aspectos da cultura do local visitado.

Nas imagens disponibilizadas nos sites das pousadas identificamos que o artesanato e a culinária local estão presentes e são características marcantes nesses empreendimentos, que dão visibilidade à cultura local nos seus pratos e nas suas dependências, através da decoração, como mostra a Figura 21.

Figura 21 - Presença da culinária e artesanato local nas pousadas

Fonte: Sites das pousadas (2014).

Uma forma de inserir pessoas da comunidade local que não estão empregadas diretamente nas pousadas, na atividade turística, muitas vezes ocorre através da compra de produtos (artesanato, frutos do mar, coco etc.) pelas pousadas ou utilização de serviços (jangadas para passeios, táxis, jardineiros, pedreiros, encanadores etc.) de pessoas que pertencem à comunidade local. Alguns autores (MARTÍNEZ; HIRABAYASHI, 2003; RANAURO, 2004) entendem que a busca pela RSA pode incluir propostas que permitam a verdadeira inclusão dos atores da comunidade, envolvidos num mesmo processo com a determinação e capacidade para realizá-las. Os entrevistados listaram alguns produtos que podem ser adquiridos pelas pousadas nos municípios da RE, sem precisar de deslocamento para outras regiões, o que ajuda a movimentar o mercado local e dá oportunidades de trabalho e renda para pessoas que poderiam estar fora da dinâmica turística local. Os produtos mais consumidos pelas pousadas são os de origem da pesca,

principalmente peixes e polvo, seguidos de frutas, verduras e produtos de mercearias/mercadinhos; lagosta e camarão também podem ser comprados no local, mas em menor quantidade, por causa da qualidade (tamanho e tipo). De maneira geral, os produtos adquiridos são utilizados na preparação dos pratos oferecidos nos restaurantes das pousadas, que tanto atende aos hóspedes como a eventuais clientes que estão passando pela região e optam por fazer a refeição no local.

Em relação à valorização das manifestações culturais locais, seis proprietários afirmaram contribuir, principalmente financeiramente, com a realização de eventos que divulgam a cultura local, como apresentações de pastoril, bumba meu boi, entre outros tipos de danças e folguedos presentes nos municípios da região da Rota Ecológica. Esse tipo de iniciativa, embora conte com o apoio de pouco mais da metade das pousadas, contribui para valorização e divulgação da cultura local, o que pode contribuir para aumentar a autoestima dos residentes, que veem aspectos da sua cultura sendo apreciados por visitantes da região. O aumento da autoestima de pessoas dos lugares turísticos contribui diretamente para melhorar a qualidade do serviço prestado e para o bem-estar de parte da população hospedeira, como Bramwell e Lane (1993) constatou ao estudar o turismo na ilha de Malta, no Mediterrâneo.

As pousadas, de uma forma geral, possuem certificações ou indicações de qualidade pelos serviços ofertados (Guia Quatro Rodas, *Trip Advisor* etc.) ou cadastros em sites que divulgam hospedagens luxuosas e/ou em locais desertos, com práticas diferenciadas voltadas para a sustentabilidade (C*ondê Nast Traveller, Hidden Pousadas Brazil* etc.), o que pode ser facilmente verificado na recepção de algumas pousadas (Figura 22). Quando perguntados sobre a existência de certificações nas pousadas, a maioria dos proprietários respondeu identificando a licença ambiental do Instituto do \meio Ambiente (IMA[18]) como um tipo de certificação, o que não é, pois o licenciamento ambiental é uma obrigação prevista em legislação específica do planejamento e gestão ambiental. Três proprietários que disseram não ter licenciamento ambiental em suas pousadas justificaram o fato com dois motivos: não ter interesse em licenciar a pousada e o custo envolvido no licenciamento.

[18] Órgão estadual de meio ambiente do Estado de Alagoas.

Figura 22 - Certificações ou indicações de qualidade nos serviços das pousadas

Fonte: Renata Kelly Alves de Carvalho (2014).

Com o intuito de não limitar as práticas de RSA apenas ao interior das pousadas, os proprietários de oito pousadas afirmaram que priorizam a realização de compras junto a fornecedores que possuem práticas de proteção ao meio ambiente. Essa atitude parece indicar que além de estarem, de certa forma, preocupados com as consequências das ações das suas pousadas sobre o meio ambiente, eles também exigem essa postura dos que lhes oferecem produtos e serviços.

A disponibilização de informações aos hóspedes sobre as práticas ambientais adotadas pelas pousadas é importante para que eles tenham conhecimento das iniciativas ambientais do empreendimento em que estão hospedados, possam incorporá-las enquanto permanecer no local e talvez levá-las consigo ao término de sua estada. Das 10 pousadas, sete afirmaram concordar totalmente e apenas três disseram concordar em parte com a disponibilização de informações sobre suas práticas ambientais aos hóspedes, que ocorre através de conversas, avisos nos quartos, no próprio site das pousadas, em *blogs*, matérias de revistas de circulação nacional, *Facebook* e redes sociais em geral.

Em seis pousadas verificou-se a existência de informações sobre a preservação do peixe-boi, espécie ameaçada de extinção e que possui uma sede do Projeto Peixe-boi no município de São Miguel dos Milagres. Na Figura 23, é

mostrado um panfleto colocado em uma moldura, que fica a mostra na recepção de uma das pousadas.

Figura 23 - Informações sobre a preservação do peixe-boi

Fonte: Renata Kelly Alves de Carvalho (2014).

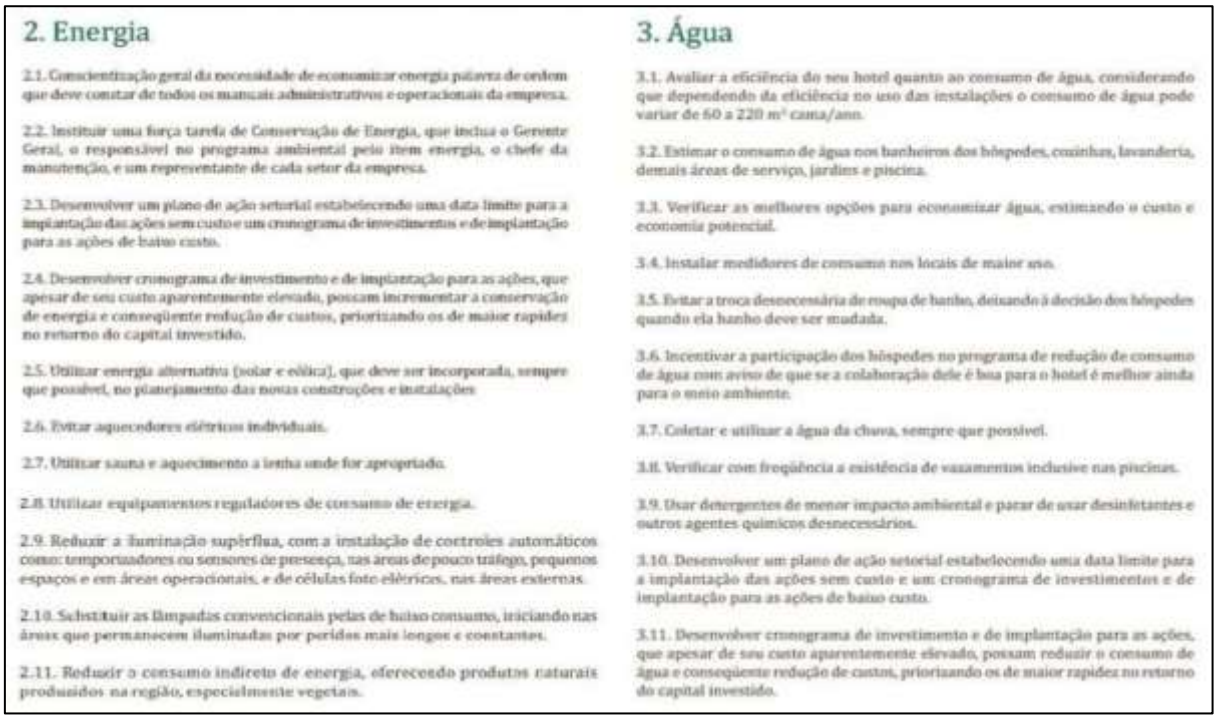
Oito das 10 pousadas possuem Licença Ambiental emitida pelo IMA. A Pousada 7 garantiu que está em processo de licenciamento, e a Pousada 6 afirmou que não possui licença ambiental por nunca ter sido procurada para dar início ao processo requerido para a obtenção da licença, embora alegue que o IMA tem conhecimento da existência do empreendimento, tendo inclusive realizado visitas ao local. Coincidência ou não, essas duas pousadas já tinham suas estruturas construídas quando foram compradas por seus atuais proprietários. O fato de duas pousadas não possuir a necessária licença ambiental para construção e operação do empreendimento, é um ponto negativo em relação ao aspecto ambiental, que de alguma forma contradiz a ideia de RE e de RSA. Cabe ao proprietário da pousada a responsabilidade de providenciar o licenciamento ambiental junto ao órgão estadual responsável. Se o órgão ambiental competente para o licenciamento, nesse caso o IMA, está realmente ciente da existência das pousadas em questão e da situação em que elas se encontram, e não busca regularizar tal situação, ocorre omissão também por parte do órgão ambiental. No caso apresentado por essas duas pousadas, as duas partes - as pousadas e o órgão público responsável institucionalmente pelo licenciamento ambiental de empreendimentos desse tipo -

dividiriam a responsabilidade sobre a questão do não licenciamento ambiental em questão.

As pousadas que possuem licenciamento ambiental, relataram que o processo para obtenção da licença é algo muito burocrático e lento por parte do órgão ambiental, sendo necessária inúmeras visitas de técnicos do IMA, além dos gastos com documentação, o que muitas vezes fez com que donos de pousadas locais pensassem em desistir de obter a licença. Embora seja um procedimento burocrático, que requer interesse e energia por parte do solicitante, essa licença é imprescindível para comprovação de que o empreendimento está funcionando de acordo com as normas ambientais vigentes, atendendo aos pré-requisitos necessários para que a sua instalação e operação ocorram causando o mínimo de impacto ao meio ambiente, ou que estão incluindo a adoção de procedimentos para minimizar os impactos existentes.

Ainda utilizando como base o Código de Ética e de Conduta Ambiental da Associação Hotéis e Roteiros de Charme (Figuras 24 e 25), com foco nos itens Energia, Água e Resíduos Sólidos e Efluentes, por meio do questionário também foi identificada a adoção de práticas ambientais pelas pousadas da RE.

Figura 24 - Itens Energia e Água do Código de Ética e Conduta Ambiental da Associação de Hotéis e Roteiros de Charme



2. Energia

2.1. Conscientização geral da necessidade de economizar energia palavra de ordem que deve constar de todos os manuais administrativos e operacionais da empresa.

2.2. Instituir uma força tarefa de Conservação de Energia, que inclua o Gerente Geral, o responsável no programa ambiental pelo item energia, o chefe da manutenção, e um representante de cada setor da empresa.

2.3. Desenvolver um plano de ação setorial estabelecendo uma data limite para a implantação das ações sem custo e um cronograma de investimentos e de implantação para as ações de baixo custo.

2.4. Desenvolver cronograma de investimento e de implantação para as ações, que apesar de seu custo aparentemente elevado, possam incrementar a conservação de energia e conseqüente redução de custos, priorizando os de maior rapidez no retorno do capital investido.

2.5. Utilizar energia alternativa (solar e eólica), que deve ser incorporada, sempre que possível, no planejamento das novas construções e instalações.

2.6. Evitar aquecedores elétricos individuais.

2.7. Utilizar sauna e aquecimento a lenha onde for apropriado.

2.8. Utilizar equipamentos reguladores de consumo de energia.

2.9. Reduzir a iluminação supérflua, com a instalação de coetroles automáticos como: temporizadores ou sensores de presença, nas áreas de pouco tráfego, pequenos espaços e em áreas operacionais, e de células foto elétricas, nas áreas externas.

2.10. Substituir as lâmpadas convencionais pelas de baixo consumo, iniciando nas áreas que permanecem iluminadas por períodos mais longos e constantes.

2.11. Reduzir o consumo indireto de energia, oferecendo produtos naturais produzidos na região, especialmente vegetais.

3. Água

3.1. Avaliar a eficiência do seu hotel quanto ao consumo de água, considerando que dependendo da eficiência no uso das instalações o consumo de água pode variar de 60 a 220 m^3 cama/ano.

3.2. Estimar o consumo de água nos banheiros dos hóspedes, cozinhas, lavanderia, demais áreas de serviço, jardins e piscina.

3.3. Verificar as melhores opções para economizar água, estimando o custo e economia potencial.

3.4. Instalar medidores de consumo nos locais de maior uso.

3.5. Evitar a troca desnecessária de roupa de banho, deixando à decisão dos hóspedes quando ela banho deve ser mudada.

3.6. Incentivar a participação dos hóspedes no programa de redução de consumo de água com aviso de que se a colaboração dele é boa para o hotel é melhor ainda para o meio ambiente.

3.7. Coletar e utilizar a água da chuva, sempre que possível.

3.8. Verificar com freqüência a existência de vazamentos inclusive nas piscinas.

3.9. Usar detergentes de menor impacto ambiental e parar de usar desinfetantes e outros agentes químicos desnecessários.

3.10. Desenvolver um plano de ação setorial estabelecendo uma data limite para a implantação das ações sem custo e um cronograma de investimentos e de implantação para as ações de baixo custo.

3.11. Desenvolver cronograma de investimento e de implantação para as ações, que apesar de seu custo aparentemente elevado, possam reduzir o consumo de água e conseqüente redução de custos, priorizando os de maior rapidez no retorno do capital investido.

Fonte: Código Ética e Conduta Ambiental da Associação de Hotéis e Roteiros de Charme, 2014, p. 4-5.

Figura 25 - Item Resíduos Sólidos e Efluentes do Código de Ética e Conduta Ambiental da Associação de Hotéis e Roteiros de Charme

4. Resíduos Sólidos e Efluentes

4.1. Adotar, em todos os procedimentos administrativos e operacionais, os "3 Rs": da consciência ambiental: Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

4.2. Identificar todas as atividades e locais que geram resíduos sólidos.

4.3. Eliminar a queima indiscriminada de lixo e pastos ecoasar com o desmatamento e desflorestamento ambientalmente irresponsáveis.

4.4. Evitar o uso de produtos descartáveis, tipo "one way".

4.5. Analisar o "fluxo" dos resíduos sólidos no Hotel, identificando os principais componentes do lixo produzido: vidro, papel, plásticos, matéria orgânica, etc.

4.6. Analisar a demanda por materiais recicláveis (sucateiros, "catadores" de papel, vidro, alumínio e instituições de caridade).

4.7. Identificar os seguintes aspectos ligados ao lixo:

(i) quais materiais são recicláveis;

(ii) como devem ser coletados - separados ou misturados;

(iii) as quantidades mínimas que interessam aos "catadores" e outros.

4.8. Determinar pessoal, local, recipientes e equipamentos necessários para a coleta, armazenamento temporário e encaminhamento/descarte dos resíduos.

4.9. Desenvolver um Plano de Ação, com um programa de fácil compreensão, levando em consideração regulamentações locais, a ser implementado gradualmente, no qual são estabelecidas metas a serem alcançadas a curto, médio e longo prazo.

4.10. Procurar a participação dos vizinhos, compartilhando o local de estocagem e seus custos, quando possível, propiciando atingir volumes que reduzam tempo e periodicidade da coleta.

4.11. Criar um programa de reciclagem de fácil assimilação e aceitação por parte dos usuários, mediante clara identificação dos recipientes de lixo, com indicação do tipo de material a ser acondicionado nos mesmos e a colocação do número adequado de recipientes em locais apropriados.

4.12. Envolver os hóspedes no programa, incentivando-os a dele participar através de informativos do hotel.

4.13. Para os novos projetos situados nas regiões não atendidas por rede de esgoto municipal, dar preferência a instalação de fossas ecológicas.

4.14. Adicionar bactéria consumidora de material orgânico à fossa tradicional minimizando o impacto ambiental.

4.15. Eliminar qualquer vazamento de esgoto não tratado ou químicos prejudiciais a saúde, no mar, rios e, principalmente, perto de nascentes de água e reservatórios de água.

4.16. Estabelecer procedimentos e monitorar o vazamento de produtos químicos e óleos estocados.

4.17. Monitorar a qualidade da água usada descarregada fora das fossas e do sistema de esgoto.

4.18. Cuidar que o CFCs sejam recolhidos dos equipamentos descartados, dando uma destinação final adequada aos mesmos.

4.19. Eliminar as fontes de ruído tomando as ações necessárias para eliminar a poluição sonora, principalmente, à noite.

4.20. Incluir na programação de investimentos a médio e longo prazo:

(i) instalar filtros de carbono nos exaustores da cozinhas e equipamentos para tratamento da água;

(ii) substituir os gases refrigerantes por tipos que não prejudiquem a camada de ozônio.

Fonte: Código Ética e Conduta Ambiental da Associação de Hotéis e Roteiros de Charme, 2014, p. 6-7.

As práticas que compõem o Código de Ética e Conduta Ambiental da Associação de Hotéis e Roteiros de Charme (2014) são voltadas para a redução do consumo de recursos naturais, diminuição do desperdício e o incentivo ao reaproveitamento dos recursos naturais. Com a adaptação das práticas à realidade das pousadas da RE, o questionário aplicado também contemplou os aspectos relacionados às práticas ambientais adotadas pelas pousadas, que também puderam ser visualizadas durante as visitas de campo, e resultou no Quadro 9.

Quadro 9 - Práticas ambientais das pousadas que buscam reduzir o consumo e o desperdício dos recursos naturais

	PRÁTICAS	POUSADA 1	POUSADA 2	POUSADA 3	POUSADA 4	POUSADA 5	POUSADA 6	POUSADA 7	POUSADA 8	POUSADA 9	POUSADA 10
ÁGUA	Redução do consumo de água	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não
	Reutilização da água da chuva	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Troca de roupa de cama ou toalhas somente quando solicitado pelo hóspede	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
	Torneiras e chuveiros com redutores de vazão ou temporizadores	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
	Sanitários com baixo volume de descarga	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim
ENERGIA	Redução do consumo de energia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim
	Utilização de fontes alternativas de energia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
	Sensores de presença	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Utilização de lâmpadas de baixo consumo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
	Utilização de eletrodomésticos de baixo consumo	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
RESÍDUOS	Redução do consumo de resíduos	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
	Separação do lixo	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Reciclagem	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
	Utilização de produtos biodegradáveis	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não
	Utilização de serviço de empresa especializada para tratamento de esgoto sanitário	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim
CONSTRUÇÃO	Construção sustentável	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
	Iluminação natural	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
	Ventilação natural	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
	Conforto acústico	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
	Uso de materiais de baixo impacto ambiental	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não

Fonte: Renata Kelly Alves de Carvalho (2015).

Percebe-se que em relação ao consumo de água, os proprietários possuem preocupação em adotar práticas que visam a redução do uso e do desperdício. Ações mais simples e que não demandam altos investimentos, como reduzir o consumo e a diminuição da quantidade de trocas das roupas de cama e banho, segundo os entrevistados, possui maior adesão entre os clientes, o que facilita a adoção dessa prática pelas pousadas. No entanto, práticas que requerem mais investimentos como o aproveitamento da água da chuva, torneiras e chuveiros com redutores e temporizadores, sanitários com baixo volume de descarga, podem ser encontradas nas pousadas, mas são em menor número.

Situação semelhante ocorre ao se referir a energia. A implantação de práticas que requerem investimento inicial, pois o retorno ocorre em médio prazo, como a utilização de sensores de presença e a utilização de eletrodomésticos de baixo consumo de energia, muitas vezes não são adotadas entre os proprietários das pousadas, que buscam por respostas imediatas. No entanto, verificou-se que a maioria das pousadas procura utilizar fontes alternativas de energia, embora tenha um custo inicial elevado, o uso de placas de energia solar é a principal fonte alternativa de energia presente nas pousadas, como pode ser visto na Figura 26.

Figura 26 - Utilização de energia solar nos bangalós das pousadas (bomba de energia solar)

Fonte: Renata Kelly Alves de Carvalho (2014).

No que diz respeito aos resíduos, verificou-se que de modo geral as pousadas têm se empenhado em contribuir para a redução, separação e reciclagem dos resíduos gerados por elas, contribuindo com cooperativas, catadores e pessoas da comunidade que trabalham com reutilização e reciclagem de plásticos, vidros e papelão. Embora não seja de fato um gerenciamento dos resíduos sólidos, são práticas que podem ser aprimoradas e incorporadas por todas as pousadas. O ideal seria que as 10 pousadas tivessem uma estratégia comum e integrada para lidar de forma eficiente com os resíduos sólidos que elas geram.

Quanto à utilização de produtos biodegradáveis, que demandam mais custos em relação aos convencionais, verifica-se que pouco mais da metade das pousadas (seis) faz uso deles. É importante que a utilização desse tipo de produto seja estimulada nas pousadas para evitar contaminação do lençol freático, principalmente em se tratando de região a beira mar.

Uma lacuna encontrada em relação aos resíduos gerados pelas pousadas é a questão da destinação do esgoto sanitário. A maioria das pousadas (sete) não trabalha com empresas especializadas para fazer o recolhimento do esgoto. A empresa que presta esse serviço é praticamente a mesma em todas as pousadas. O problema está no fato dos proprietários das pousadas que utilizam o serviço não terem certeza sobre qual é a destinação final que é dada aos efluentes pelas empresas. Poucas pousadas possuem algum tipo de tratamento de efluentes em suas instalações, isto porque além do custo é necessária capacitação para a implantação e manutenção da infraestrutura empregada nesse tipo de tratamento de resíduos.

Foi constatada utilização de materiais resistentes e sustentáveis na construção das pousadas, que estão disponíveis e se adequam à realidade do local; cuidado e atenção com aspectos como iluminação e ventilação natural e conforto acústico; baixa densidade do ambiente construído, impactando ao mínimo a paisagem, como pode ser visto nas Figuras 27 e 28.

Figura 27 - Construção com uso de materiais sustentáveis

Fonte: Renata Kelly Alves de Carvalho (2014).

Figura 28 - Construção que se adequa a realidade do local

Fonte: Renata Kelly Alves de Carvalho (2014).

Ao identificar a adoção de ações de RSA, incluindo práticas ambientais, pelas pousadas da Rota Ecológica, o estudo pode constatar que embora tenham alguns pontos que precisam melhorados, de modo geral existe uma preocupação dos proprietários com os aspectos sociais e ambientais apresentados no Quadro 8 e no Quadro 9, e com os serviços desenvolvidos pelas pousadas.

3.2.1 Influências Positivas e Negativas das Pousadas para as Comunidades Locais

Tanto durante as visitas para a realização das entrevistas, como em visitas anteriores à região para levantamento de outros dados de campo, foram observadas relações diretas entre turistas que visitam a região e pessoas das comunidades, mais perceptível nas comunidades no entorno das pousadas. Foi comum encontrar turistas conversando com pessoas da comunidade, a presença de turistas em mercadinhos, em locais de venda de artesanato, nos restaurantes e lanchonetes. Assim como é comum ver pescadores vendendo seus peixes, além dos artesãos venderem seus produtos às pousadas.

Com o objetivo de verificar se os donos de pousadas conseguem avaliar a influência que exercem sobre as comunidades do seu entorno, foi perguntado a eles se as pousadas exerciam influências positivas e negativas para a comunidade onde se encontram, e, se fosse o caso, quais seriam essas influências. Uma influência positiva das pousadas para as comunidades, reconhecida e citada como principal por todos os proprietários das pousadas, consiste na geração de empregos para a população local, sejam eles diretos, através da contratação de funcionários para as pousadas, ou indiretos, através do fornecimento de produtos e serviços, como transparece na fala que se segue:

> Bom, nós geramos emprego, contribuímos a movimentar a economia regional, mesmo sendo pequena a pousada, pequena, por exemplo, nós compramos no mercadinho, compramos na padaria, damos trabalho aos artesãos, ou seja, toda essa pequena economia da região, nós contribuímos a movimentá-la, não é? Nossos hóspedes onde vão nós recomendamos restaurantes vizinhos [...] E tem pessoas, funcionários fixos que temos, que são daqui, e temos funcionários, pessoas que vem fazer trabalhos não fixos, por exemplo, pintar, um pintor, esse tipo de serviço temporário (proprietário da Pousada 9).

As dez pousadas da Rota Ecológicas juntas empregam 156 funcionários na baixa temporada e 172 funcionários na alta temporada. De acordo com os entrevistados, a maioria dos funcionários pertence aos municípios em que as pousadas estão inseridas e todos são contratados com carteira assinada, recebendo como pagamento, no mínimo, um salário mínimo, sem contar com algumas gratificações ou benefícios recebidos em algumas pousadas, dependendo do período e da produtividade do funcionário. Nas três pousadas em que existem

funcionários que não pertencem às comunidades da região, os cargos ocupados por esses funcionários são de gerência, e os proprietários precisam se ausentar bastante das pousadas.

Ainda de acordo com os entrevistados, embora a geração de empregos seja uma influência de ordem econômica, ela tem proporcionado uma série de mudanças na vida das pessoas que são beneficiadas. Por exemplo, segundo eles, os empregos têm promovido mudanças de hábitos, mudanças na forma de pensar o social e o meio ambiente. Assim, os donos das pousadas entendem que a presença das pousadas na região tem contribuído para que as pessoas melhorem o seu modo de vida, ao se engajarem em atividades que trazem benefícios coletivos para as comunidades locais. Tais benefícios acontecem, na visão deles, apesar de eles terem enfrentado algumas dificuldades para inserir pessoas da comunidade local como funcionários em suas pousadas, principalmente pelo baixo nível de escolaridade, ausência de mão-de-obra treinada e por questões culturais[19], como foi mostrado anteriormente nas falas de alguns proprietários. No entanto, eles afirmam que apesar das dificuldades enfrentadas, hoje são perceptíveis os benefícios que esses empregos trouxeram para as comunidades receptoras, como aparece na fala de um dos entrevistados:

> Então, eu acho que está educando em muitos sentidos para pessoas, eu sempre falo pra eles: “Olha, se depois você quiser abrir aqui sua atividade, sua coisa...” Depois, aqui tem sete pessoas fixas agora. Pessoas que nunca foram registradas, este é o primeiro emprego registrado, direitos... [...] Pode ter o seu filho com seus meses em casa, tudo de boa, começam a ver, “Nossa!” Porque no começo era visto: “Ah, que isso? Que saco!” Aí começam a ver “Nossa! A coisa está indo, eu tô me acostumando a fazer o meu trabalho. Tô vendo que se eu faço, cumpro minhas tarefas, eu tô super bem, tranquilo, de boa, tenho meus direitos, qualquer coisa que me aconteça, tu também tem seguro, saúde, tudo [...]”. Estão começando a médio, longo prazo a ver os benefícios também de um trabalho que depois, que no começo pode ser mais difícil, não sei, a pessoa depois se acostuma e começa a ver “Nossa, tá valendo a pena!” (proprietário da Pousada 7).

[19] Os proprietários relataram aspectos, que consideram culturais, como limitadores para a inserção de algumas pessoas da comunidade nas atividades das pousadas, como a ausência de cumprimento de horário de trabalho pelos primeiros contratados pelas pousadas, pois eles estavam acostumados a trabalhar por conta própria, fazendo seus horários de trabalho; o elevado consumo de álcool por homens da comunidade; o fato de ser passivo e conformado com as condições de vida que tem, na maioria das vezes sem ter suas necessidades básicas atendidas.

A maioria dos proprietários afirmou que tentam, na medida do possível, trazer e trocar conhecimentos com os seus funcionários e possibilitar educação, mas destacaram que muitas vezes foi difícil, principalmente no início, pois a cultura e a falta de educação são bastante fortes na região. Existem situações nas comunidades que são impraticáveis em um ambiente de hospedagem, como por exemplo, os casos de pessoas que foram criadas sem utilizar o vazo sanitário pra fazer suas necessidades fisiológicas, ocasionado muitas vezes por não ter banheiro em casa, e não conseguem romper esse costume no ambiente de trabalho.

> Por exemplo, tem muita gente aqui que não tem nem banheiro dentro de casa, já nasce acostumada com isso, passa com isso a vida toda, entendeu? Eu tenho um funcionário aqui que não usa banheiro, porque ele foi criado assim e aí ele não quer mudar, tá bom assim, entendeu? Por exemplo, eu sou um exemplo de mudança que poderia mudar, mas ele fala: ”Não, eu tô bem assim, eu prefiro ir mesmo...” É difícil mudar. (Proprietário da Pousada 10)

Dificuldades em relação à cultura e costumes da população local foram apresentadas pela maior parte dos proprietários como uma barreira a ser ultrapassada, onde só o tempo e o trabalho deles podem reverter tal situação, de tal forma que os funcionários venham a desempenhar suas funções, de acordo com os comportamentos necessários para o trabalho em meios de hospedagem formais. Outro problema mencionado pelos donos de pousadas foi a negligência do poder público com alguns pontos de grande relevância para atendimento a necessidades básicas da população, e melhorias nos municípios que compõem a Rota Ecológica, como as graves deficiências relacionadas aos serviços públicos de educação, à coleta de lixo, à fiscalização ambiental, ao fornecimento de água e energia, e as deficiências na segurança pública.

De uma forma geral, a maioria dos proprietários das pousadas afirma que o estado de Alagoas apresenta diversos tipos de dificuldades, se comparado a outros estados do Nordeste:

> Aqui, aqui Alagoas é muito, um estado muito particular, um estado muito atrasado. A gente que vem de fora, conhece Bahia, Rio Grande do Norte, em comparação com outros estados do Nordeste, aqui é muito atrasado. Assim, a cabeça das pessoas, muito mesmo! (proprietário da Pousada 10)

Essa situação também foi mencionada pelo Proprietário da Pousada 3: “A gente tenta ser que seja positivo, o problema é que infelizmente é que assim, podem me ouvir falando, infelizmente Alagoas é um estado complicado para fazer as coisas funcionarem, então, quer dizer o Brasil em geral, mas aqui [...] É isso!”. Essa visão de que no Brasil e, especialmente, no estado de Alagoas, as coisas acontecem lentamente, de forma burocrática, e que há benefícios para empresários que possuem parentesco ou algum tipo de relação com representantes do poder público, é unanimidade entre os proprietários das pousadas. Isso é reflexo de situações vivenciadas por eles desde o período em que iniciaram suas atividades no local, com destaque para a dependência das comunidades locais em relação ao poder público, que na maioria das vezes não aceita críticas ou sugestões, e é omisso nas soluções para os problemas.

Uma forma encontrada por algumas pousadas para tentar reverter a dependência da população em relação ao poder público e estimular o protagonismo local, tido como influência positiva à comunidade foi, segundo argumentaram alguns entrevistados, a criação e/ou apoio a Organizações Não Governamentais (ONGs) (esse assunto será abordado no item 3.4.2). De uma forma geral, o objetivo dessas iniciativas consiste no desenvolvimento de atividades junto à comunidade, buscando preencher algumas carências encontradas.

Com uma perspectiva diferenciada, os donos das pousadas buscam o desenvolvimento de atividades voltadas à conservação do meio ambiente, assim como a inserção das pousadas com impactos mínimos, relacionados às suas construções e atividades, com o objetivo de “passarem despercebidas”, estando integradas ao ambiente local, o que foi apontado, pelos entrevistados, como uma influência positiva sobre a comunidade:

> Primeiro de não perturbar o meio ambiente, porque eu acho que a importância da instalação de uma pousada, que foi o meu desejo no início de não influenciar o meio ambiente, que é construir prédio, colocar a janela de vidro. Então, a gente não deve perceber, a maioria do tempo as pessoas passam e perguntam se é uma casa privada. Que é bem a prova que eu não dou esse impacto perturbador (proprietário da Pousada 1).

Observa-se que áreas de mangues que fazem parte dos terrenos de algumas pousadas estão bastante conservadas (Figura 29), sendo até ampliada sua extensão com o plantio de mudas. De forma semelhante, verifica-se a presença de

vegetação fixadora de dunas preservadas, como a salsa-de-praia, na região de praia em frente a algumas pousadas. A presença dessa vegetação é importante para evitar erosão e a retirada de areia pelo mar, o que protege a área do entorno e consequentemente as pousadas, como pode ser visto nas Figuras 30 e 31. No caso de Alagoas, é prática comum hotéis e *resorts* associados ao turismo de massa remover esse tipo de vegetação e até construir nessas áreas, aspecto comum em outras partes do litoral norte deste estado de Alagoas.

Figura 29 - Área de mangue preservado dentro de pousada

Fonte: Renata Kelly Alves de Carvalho (2014).

A presença e visita de animais nas pousadas é algo comum; é comum se encontrar algum animal no lugar (Figuras 32 e 33). Isso demonstra o baixo grau de impacto que as pousadas causam no ambiente em que estão instaladas, pois se causassem impactos ao meio ambiente, como ruídos, muita área construída, desmatamento e poluição, não seria possível a permanência de animais com saguins e caranguejos no local.

Figura 30 - Visão da pousada para a praia com vegetação fixadora de dunas conservada

Fonte: Renata Kelly Alves de Carvalho (2014).

Figura 31 - Visão da praia para a pousada com vegetação fixadora de dunas conservada

Fonte: Renata Kelly Alves de Carvalho (2014).

Figura 32 - Saguins são hóspedes permanentes das pousadas

Fonte: Renata Kelly Alves de Carvalho (2014).

Figura 33 - Caranguejos presentes nos mangues que estão em pousadas

Fonte: Renata Kelly Alves de Carvalho (2014).

O papel das pousadas na divulgação do estado e dos municípios que fazem parte da RE, revelando suas belezas naturais, seus atrativos e as próprias pousadas, tanto nacional quanto internacionalmente, também foi apontado como uma influência positiva das pousadas na região:

> As influências, com certeza também pelas divulgações, porque a praia do Patacho, na realidade, não era conhecida. Ela começou a ser conhecida pela pousada aqui, que começou a ser divulgada e aí, foi aí o começo do começo. Então, eu acho que com certeza participou no desenvolvimento, no interesse de outros empresários e da valorização dos terrenos. E chegou depois de mim, duas outras pousadas que empregou mais gente, então, foi com certeza uma influência grande (proprietário da Pousada 8).

A visibilidade que a RE tem alcançado nos últimos anos, em decorrência da divulgação das pousadas e dos lugares onde elas estão localizadas, tem feito com que mais empresas de viagens, revistas e programas de televisão procurem dar visibilidade às pousadas da região:

> Nós estamos na mídia, estamos na internet direto, é, pessoas querendo vir para cá fazer gravação, essa semana mesmo, ontem mesmo, a gente tá com uma equipe de dez pessoas de uma produtora, a Tam veio fazer um filme institucional sobre São Miguel dos Milagres, escolheram a praia do Toque, escolheram a pousada para ficar hospedados, então as influências são gigantescas. A gente recebe pessoas da mídia, jornalistas, é, e quanto mais pessoas tiver sabendo que a gente existe, que esse lugar existe, mais vai trazer influência positiva, não só financeira, mas uma preocupação com o local, com o ambiente, e com a preservação (proprietário da Pousada 2).

Nos últimos anos a região da RE esteve em evidência, tanto dentro do estado como nacionalmente, e até internacionalmente, através de matérias em revistas (Figura 34); em programas de grande audiência nacional como o Mais Você, que é comandado a apresentadora Ana Maria Braga; em vídeos institucionais, como o da TAM com o título “Alagoas - Litoral paradisíaco”, além dos blogs sobre viagens e outras formas de divulgação que têm como principal objeto, além das belezas naturais, a presença das pousadas da RE.

Figura 34 - Matéria da revista TAM nas nuvens (out/2015) sobre algumas pousadas da RE

Fonte: TAM nas nuvens[20] (2015).

Quanto às influências negativas, ficou constatado que embora a maioria das pousadas tenha o reconhecimento de que tudo que traz impacto positivo também traz impacto negativo, oito dos 10 entrevistados não conseguem identificar pelo menos uma influência negativa relacionada às pousadas do lugar. Porém outro entrevistado mencionou problemas como a inflação nos preços de produtos locais e a violência:

> É mais o fato que aqui é na região, as pousadas, o turismo e tudo, tá trazendo, em geral, tá trazendo um desequilíbrio, digamos, socioeconômico com as pessoas do local, porque viviam de um jeito e agora tá pra eles até difícil comer peixe, porque inflacionou o peixe, mercado do peixe, subiu o preço do peixe, eles às vezes são obrigados a comer porcaria, salsichinha da Sadia, que é uma coisa que destrói a saúde, porque custa pouco e peixe ficou caro. Mas ali, as pousadas, a violência, um pouco, traz um pouco mais de movimento na economia, vem um malandro pra cá, tá de olho, começa a vir, só que isso não é que a culpa é das pousadas, essa é indireta (proprietário da Pousada 8).

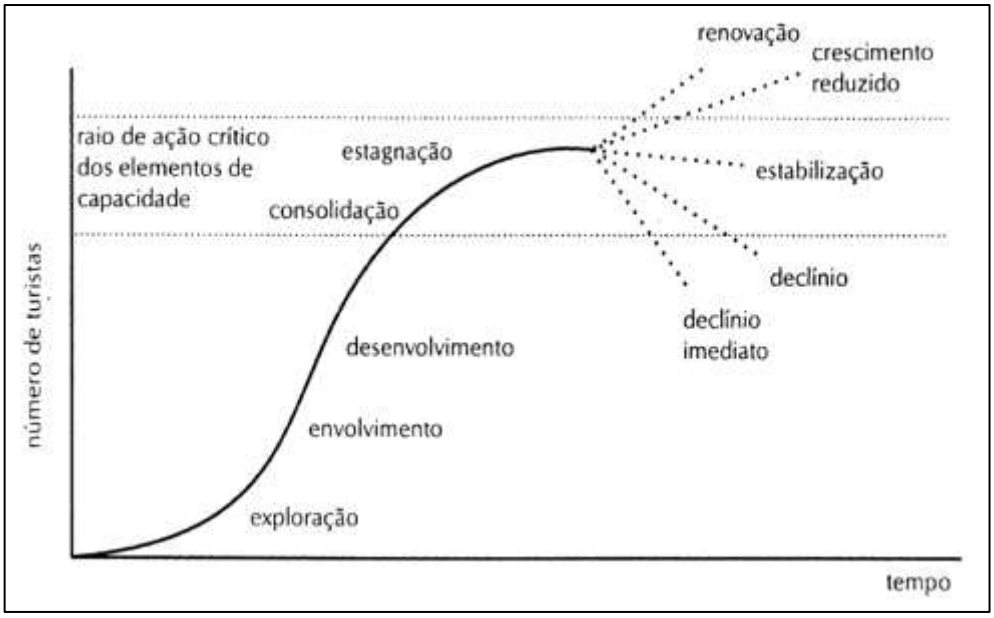
A visibilidade que a região da Rota Ecológica ganhou nos últimos anos tem atraído a atenção de investidores com a construção de mais pousadas, restaurantes, outros equipamentos turísticos e residências, uma situação que já tem ocasionado

[20] Disponível em: < http://www.tamnasnuvens.com.br/revista/site/>, acesso em outubro de 2015.

especulação imobiliária na região, tornando-os mais caros e de difícil possibilidade de compra para as pessoas da comunidade local. Paralelamente a isso, a violência e as drogas chegaram de alguma forma à região que, segundo os entrevistados, ainda é relativamente tranquila. A RE tem sido alvo de alguns episódios de roubos e vendas de drogas, principalmente durante a alta temporada, período de maior fluxo de pessoas e turistas, e de movimentação financeira na região.

Na literatura do turismo há um conhecimento já bastante divulgado, segundo o qual os lugares turísticos apresentam um ciclo de crescimento – trata-se do Ciclo de Vida da Área Turística (*Tourist Area Life Cycle, TALC*, em inglês) (BUTLER, 1980) (Figura 35 e Quadro 10). Segundo o *TALC*, normalmente a área turística se inicia com um estágio denominado de **exploração** e se desenvolve passando por outros estágios, normalmente chegando a um estágio de **estagnação**, com a deterioração das condições ambientais e culturais precedentes ao turismo sendo um importante fator que contribui para gerar os problemas que contribuem para a estagnação de uma área turística. Embora esse modelo tenha sido concebido com base no turismo de massa, o caso da Rota Ecológica apresenta até certo ponto características explicadas pelo mencionado modelo teórico.

Figura 35 - Ciclo de Vida da Área Turística



Fonte: Butler (1980, p. 7).

Quadro 10 - Estágios do ciclo de vida da área turística e características associadas

ESTÁGIO	CARACTERÍSTICA
Exploração	• A área começa a ser visitada por poucos turistas aventureiros. • A área apresenta poucas facilidades públicas. • Os turistas são de um único tipo – alocêntricos (Plog, 1973). • O patrimônio natural encontra-se bem preservado e, juntamente com a cultura local, se constituem nos principais atrativos turísticos do lugar.
Envolvimento	• Os residentes começam a oferecer serviços básicos aos turistas. • O local começa a ser vendido como um lugar turístico. • Emerge um período de alta temporada e correspondente pressão sobre o setor público para a construção de infraestrutura. • A maior parte dos serviços e negócios turísticos pertence aos residentes.
Desenvolvimento	• O número de visitantes ultrapassa a população residente na estação turística. • A maior parte dos serviços e negócios pertence a pessoas de outras áreas. • Início de antagonismo dos residentes aos turistas. • Começam a surgir problemas ambientais, incluindo a deterioração dos equipamentos turísticos.
Consolidação	• O turismo se torna o principal segmento da economia local. • Os equipamentos turísticos apresentam avançado grau de deterioração. • Os problemas ambientais se tornam visíveis.
Estagnação	• A área perde seu glamour inicial e sai de moda. • A área começa a perder turistas para outras destinações. • A área apresenta sérios problemas ambientais, econômicos e sociais.
Pós-estagnação	• A destinação entra em declínio gradual ou rápido. • Pode surgir um processo de rejuvenescimento da área através de investimentos na criação de novos atrativos, recuperação física da área ou por meio de campanhas de marketing. • Nesse estágio geralmente a situação ambiental encontra-se em uma situação crítica.

Fonte: Compilado e adaptado por Araujo e Moura (2007), com base em Butler (1980); Agarwal (1997); Cooper *et al*. (1993); Pearce (2003).

Embora este modelo tenha algumas limitações, ele tem sido aplicado com o fim de analisar a evolução das destinações turísticas (HAYWOOD, 1986; RUSSELL; FAULKNER, 2004; BARROS, 2009, 2003; AGARWAL, 1997). O modelo caracteriza etapas ou estágios por meio dos quais as áreas turísticas são primeiramente descobertas, passa pelo processo de desenvolvimento, com o passar dos anos chegam a uma posição de estagnação e, casualmente, ingressam em declínio ou voltam a crescer, através de um processo denominado de rejuvenescimento, como mostrado no Quadro 10.

O modelo de Butler (op. cit.) possibilita a identificação de diversos efeitos decorrentes do turismo que geram influências para a organização do espaço geográfico, para a população residente e para o meio ambiente. O progresso das destinações turísticas inevitavelmente produz uma mudança de grande alcance no meio ambiente, na sociedade e economia das comunidades locais e nas regiões próximas, trazendo importantes repercussões sobre a organização do território e sobre o meio ambiente (ARAUJO; MOURA, 2007).

O desenvolvimento do turismo na RE pode ser investigado e planejado enquanto ainda não se alcançou níveis avançados do seu ciclo de vida. A região encontra-se na transição entre a fase do envolvimento e do desenvolvimento[21], com o surgimento de pequenos “primeiros casos” de violência e situações negativas para a população, como pode ser verificado em Camêlo (2016):

> [...] há na percepção dos moradores uma “invasão” de pessoas de fora do lugar, que trazem comportamentos até então não vistos localmente, como o uso de drogas e o aumento da violência: “O pessoal daqui eles num [sic] faz roubo, o pessoal daqui eles não assalta, as pessoas daqui eles não invadem, mas o pessoal de fora faz tudo isso” E1 Morador de São Miguel dos Milagres. Entretanto, esse tipo de acontecimento parece não estar diretamente associado às pousadas em estudo, mas ser resultado da visibilidade que elas proporcionaram à esses lugares, atraindo criminosos e comportamentos relacionados (p. 176).

Através da análise do processo de desenvolvimento do turismo da RE e da elaboração de um planejamento, há maior possibilidade de se identificar os problemas emergentes e de se buscar soluções pare eles enquanto ainda são de pequena escala. Os problemas associados ao turismo, se não são contornados a tempo, podem se tornar comuns na região, sendo no futuro um fator que poderá causar diminuição no fluxo de turistas, trazer prejuízos ao meio ambiente e, consequentemente, afetar negativamente o desenvolvimento do turismo na região.

3.2.2 Apoio das Pousadas à ONGs ou Outros Tipos Organizações Sociais

O desenvolvimento de atividades junto com comunidades do entorno e a formalização dessas ações através da criação de/ou apoio a ONGs tem sido prática comum nas empresas nos últimos anos, como parte da sua estratégia de responsabilidade socioambiental. Esse tipo de atitude parece indicar uma preocupação social das empresas em relação às pessoas que estão à sua volta, no local onde a empresa está inserida, e a vontade de contribuir de alguma forma para melhorar a vida dessas pessoas. Esse assunto tem sido discutido na literatura, tanto em relação ao turismo quanto em outras atividades e segmentos econômicos (BRAMWELL; LANE, 1993; HALL, 2000; KÖRÖSSY, 2008; ARAUJO, 2009).

[21] Um dos limites do modelo de Butler (1980) é que o modelo prevê tais fases no ciclo de desenvolvimento turístico de um lugar, mas nõ oferece meios de se explicar as principais causas da configuração de cada fase. Entretanto, assim há amplo reconhecimentoda sua importância teórica.

A fim de ter conhecimento sobre a existência ou não de apoio das pousadas da Rota Ecológica a ONGs que visem atender carências da comunidade, assim como para compreender como o trabalho se dá na prática, caso ele aconteça, foi perguntado aos entrevistados se suas pousadas apoiam alguma ONG na região onde elas se localizam. Metade dos entrevistados afirmou apoiar de alguma forma o Instituto Yandê, uma ONG local que tem como objetivo desenvolver ações de educação, cultura e meio ambiente, voltadas para comunidades localizadas na região da Rota Ecológica. O Instituto Yandê possui sede no município de São Miguel dos Milagres (Figura 36) e vem desenvolvendo suas ações através de parcerias, tanto com empresas como também com órgãos ambientais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Figura 36 - Sede do Instituto Yandê

Fonte: Instituto Yandê[22] (2015).

No período da coleta de dados (julho/2014), o proprietário da Pousada 3 era o Presidente do Instituto Yandê. Ele colaborava na administração do Instituto, participava de reuniões e eventos na comunidade, e se envolvia com atividades externas quando a temática estava ligada à região da Rota Ecológica. O Instituto foi criado como resultado da vontade de contribuir com a comunidade, como relatado pelo então presidente:

[22] Disponível em: <https://www.facebook.com/institutoyande/photos/a.347768505316907.81668.171599439600482/73019988374 0 432/?type=3&theater>. Acesso em: 10 de out. 2015.

> Bom, desde que a gente chegou aqui, a gente já chegou com um sonho de poder contribuir com a comunidade, com o meio ambiente, é, porque pra gente isso faz parte da nossa qualidade de vida. Não adianta você ter qualidade de vida e as pessoas ao seu redor não terem. [...] E aí, a gente há dois anos fundou o Instituto Yandê, e o Instituto Yandê também abraçou o projeto da Oficina Peixe-boi Arte, que é um grupo de costureiras que fazem peixes-boi de pelúcia, de retalho, chaveiro e blá blá blá e vendem para comunidade. Então a gente abraçou elas dando consultoria, dando todo apoio técnico. É, e aí há dois anos, graças a Deus, a gente tem uma sede aqui na comunidade, e cada vez mais vai crescendo e lutando um pouco, né? Porque todo nosso, é, apoio financeiro são de pessoas, ou da comunidade, ou que tem uma relação aqui com a pousada, hóspedes, é, que ajudam... Então, graças a Deus em dois anos conseguiu fazer muito com pouco (proprietário da Pousada 3).

Embora proprietário da Pousada 3 afirme que “chegou com o sonho de poder contribuir com a comunidade”, não se pode dizer que essa seja a principal motivação para a criação do Instituto Yandê. As empresas de uma forma geral, em diversos segmentos econômicos, têm destinado tempo e outros recursos para desenvolver ações de responsabilidade socioambiental, o que proporciona uma boa visibilidade no mercado, cada dia mais exigente, e ao mesmo tempo traz benefícios para a comunidade que, de alguma forma, acaba sendo beneficiada pelas atividades dos empreendimentos (DONAIRE, 1999; BOSSLE, 2008).

A atuação dessa ONG tem sido defendida pelo seu idealizador como exercendo uma influência positiva na comunidade:

> Outras influências positivas são através do Instituto Yandê, que é um instituto que trabalha com principalmente com educação, cultura e meio ambiente e formação de mão-de-obra. Então, através deste instituto, que a pousada apoia tanto financeiramente como com trabalho, a gente consegue influenciar bastante gente através de cursos de informática, cursinho pré-vestibular, é, cursos de leitura e contação de histórias para crianças, aulas de idiomas pra pessoas que trabalham com turismo, enfim, é, uma formação de consciência ambiental. Então, acho que nisso a gente tem uma boa influência na comunidade e a gente tenta também uma coisa pessoal nossa, que é do nosso estilo de vida. A gente tenta mostrar que não é todo gringo que, toda pessoa branca estrangeira tem que ser nariz empinado e colonizadora, então não tô fazendo menção a ninguém, mas assim, a gente participa da comunidade, a gente vai na casa das pessoas, a gente graças a Deus tem essa interação boa com as pessoas aqui da comunidade, eu acho muito importante isso, assim, mostrar que todo mundo é igual, que todo ser humano é igual (Proprietário da Pousada 3).

As principais ações desenvolvidas pela ONG são o Movimento Cidade Verde: movimento ecológico e sustentável que busca a conservação da região, através de um mutirão de limpeza das praias e rios (Figura 37); a Tela Verde: mostra de filmes de educação socioambiental em praças ou pontos estratégicos da região (Figura 38); participação no Fórum Socioambiental: reunião da comunidade e empresários em busca por soluções para problemas da região, como saneamento básico, ocupação de áreas protegidas, acesso a praia, entre outros temas; Projeto Oficina Peixe-boi: confecção de peixe-boi de pelúcias por artesãs para serem vendidos à comunidade e aos visitantes (Figura 39).

Figura 37 - Movimento Cidade Verde: limpeza de praias e mangues

Fonte: Instituto Yandê[23] (2015).

Figura 38 - Tela Verde: apresentação de filmes de educação ambiental

Fonte: Instituto Yandê[24] (2015).

[23] Disponível em: <https://www.facebook.com/institutoyande/photos/a.342673489159742.80007.171599439600482/ 887668734660212/?type=3&theater>. Acesso em: 15 de out. 2015.
[24] Disponível em: <https://www.facebook.com/institutoyande/photos/a.342673489159742.80007.171599439600482/ 838790269548059/?type=3&theater>. Acesso em: 21 de ago. 2015.

Figura 39 - Artesãs produzindo peixe-boi de pelúcia

Fonte: Instituto Yandê[25] (2015).

São realizadas atividades que provavelmente a população não teria acesso se não houvesse o trabalho desenvolvido pela ONG, como oficinas de pintura, desenho, aulas de culinária vegetariana, oficinas de reutilização, entre outras. Os organizadores procuram mesclar conhecimento e lazer nas atividades escolhidas para desenvolver junto com a comunidade, com o objetivo de que as atividades sejam incorporadas ao cotidiano das pessoas. O apoio é geralmente financeiro, mas algumas pousadas fazem doações de materiais, como livros para biblioteca (Figura 40) ou realizam trabalho voluntário com o oferecimento de cursos de idiomas, informática (Figura 41), entre outros. Os cursos oferecidos pelo Instituto Yandê são propositalmente diferentes dos que são normalmente ofertados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e instituições semelhantes, como formação de camareiras, garçons, recepcionistas e outros profissionais da área de hotelaria e turismo.

[25] Disponível em: <https://www.facebook.com/institutoyande/photos/a.342673489159742.80007.171599439600482/836178969809189/?type=3&theater>. Acesso em: 13 de out. 2015.

Figura 40 - Biblioteca do Instituto Yandê composta por obras doadas

Fonte: Instituto Yandê[26] (2015)

Figura 41 - Aula de informática oferecida pelo Instituto Yandê

Fonte: Instituto Yandê[27] (2015).

Na região existem outras carências que frequentemente não são levadas em consideração na definição dos cursos que são oferecidos para as comunidades da Rota Ecológica, como, por exemplo, serviços de eletricista, encanador e pedreiro, os quais são bastante procurados e precisam ser desempenhados por profissionais com algum nível de qualificação, e não simplesmente por pessoas que não têm a devida preparação para executar esse tipo de serviço. Segundo entrevistados, o desenvolvimento dessas atividades por pessoas que não tinham a necessária capacitação era quase sempre a regra até alguns anos atrás.

Um fato curioso foi que o Proprietário da Pousada 2 disse ter sido o fundador do Instituto Yandê. O entrevistado afirmou ter sustentado financeiramente o projeto durante alguns anos, fornecendo inclusive, através de doação, o maquinário e os materiais para fabricação dos primeiros peixes-boi de pelúcia, até que chegou o momento em que as beneficiárias puderam continuar de forma mais independente, administrando o Instituto. Essa versão foi apresentada apenas pelo Proprietário da Pousada 2. Todos os entrevistados que citaram o Instituto Yandê, o associaram na

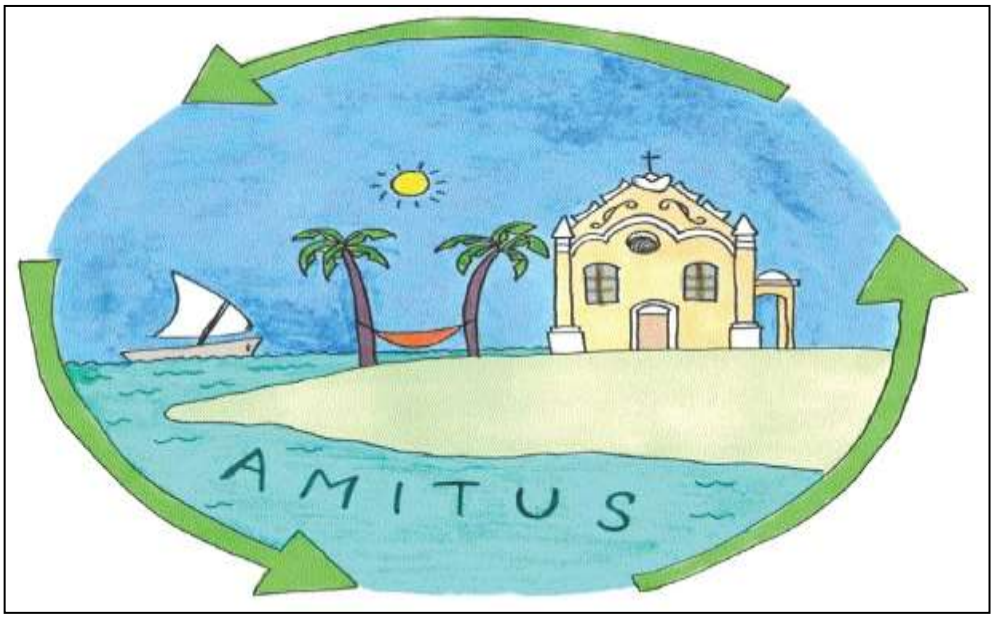
[26] Disponível em: <https://www.facebook.com/institutoyande/photos/pb.171599439600482.-2207520000.1447791837./854125248014561/?type=3&theater>. Acesso em: 20 de jul. 2015.
[27] Disponível em: <https://www.facebook.com/institutoyande/photos/pb.171599439600482.-2207520000.1447791990./708697329224021/?type=3&theater>. Acesso em: 30 de set. 2015.

realidade à Pousada 3. O Instituto Yandê foi citado como instituição que recebe o apoio de cinco das pousadas entrevistadas, inclusive da Pousada 2.

Outra iniciativa citada foi o projeto Toque de Taipa que funcionava dentro de uma das pousadas e consistia fundamentalmente em uma segunda escola para as crianças da comunidade, com o desenvolvimento de diversas atividades como oficinas de leitura, artes, atividades recreativas e jogos. Hoje, iniciativa não está em funcionamento, mas de acordo com o proprietário da pousada que abrigava o projeto, as pessoas que ajudaram o projeto no seu início, são as mesmas que estão no Instituto Yandê. Dessa forma, algumas atividades que ocorriam na Toque de Taipa permanecem de alguma forma no Instituto Yandê.

O Proprietário da Pousada 1 citou a existência de uma associação chamada Associação Milagrense de Turismo Sustentável (Amitus) (Figura 42).

Figura 42 - Amitus - Associação Milagrense de Turismo Sustentável



Fonte: Amitus[28] (2014).

No entanto, essa associação abrange apenas o município de São Miguel dos Milagres e busca soluções para problemas pontuais das comunidades desse município, configurando-se como uma organização comunitária:

> A Amitus é uma associação que o grupo reúne tudo que é ligado no turismo, que é jangadeiro, taxista, artesão, pousada, restaurante, *self-service*, tudo que tem uma área

[28] Disponível em: < https://www.facebook.com/Amitusal/photos/a.204086113074708.1073741825.204060119743974/270823896400929/?type=3&theater>. Acesso em: 23 de dez. 2014.

> ligada no turismo, e que trabalham junto pra resolver de uma única maneira, os problemas de todo mundo. Se, por exemplo, falta energia aqui na região o tempo todo, todo mundo tá sofrendo disso, então a Amitus se coloca lá na frente, conversa com todo mundo, faz uma reunião, a gente faz ofício, e depois coloca no ministério público. E a gente já fez muito, problemas de telefonia, a pista ruim, tudo isso. Os problemas ligados na comunidade (proprietário da Pousada 1).

O proprietário das Pousadas 4 e 5 declarou ter sido o fundador da Associação dos Ribeirinhos Amigos do Meio Ambiente (Aribama) (Figura 43), e que realizou oficinas junto à comunidade, deixando de apoiar a iniciativa devido a problemas internos.

Figura 43 - Sede da Aribama

Fonte: Renata Kelly Alves de Carvalho (2013).

As duas pousadas (4 e 5) não apoiam nenhuma ONG, mas realizam ações pontuais na comunidade, conforme relatou o proprietário: “Desenvolvemos ações com as crianças, fornecendo materiais escolares, doamos uns *kits* com bolsa, lápis, canetas, fardamentos com a logomarca da pousada, fazemos isso de forma discreta, quase ninguém sabe” (proprietário das Pousadas 4 e 5). Ainda segundo o entrevistado, devido a problemas internos projetos foram deixados de lado, e a comunidade deve ter informações para poder compreender a necessidade de conservar a região, como ele explica abaixo:

> Propusemos o turismo de observação e que não existia oficializado. Estivemos à frente na mobilização e articulação política para trazer o projeto e executar, e depois ele andou com as próprias pernas. Trabalhei no projeto durante quatro anos e as primeiras pessoas que eram para me apoiar começaram a me criticar, dizendo “O português vai prender os peixes para ele”. Ao invés de ajudarem, as pessoas que poderiam ser parceiros, hoje o peixe-boi está em todo canto, em todos os prédios e carros da prefeitura. [...] Apesar de ser uma necessidade científica, a preservação do peixe-boi só pode acontecer pela população quando eles começarem a ter retorno financeiro em cima disso, pois a comunidade é pobre e anseia por dinheiro e não por ciência. A partir desse momento eles passam a ter consciência, educação ambiental. Aqui pode ser um modelo de turismo de observação nacional. A população é uma massa e a massa é mais manipulada, então tem que se observar um mecanismo para passar as informações de modo que surtam efeitos (proprietário das Pousadas 4 e 5).

As informações apresentadas pelo proprietário, em relação a seu suposto protagonismo em relação ao projeto de observação do peixe-boi, não condizem com as obtidas junto ao ICMBio. Funcionários do ICMBio, afirmaram que o Projeto Peixe-boi é uma iniciativa governamental, que existe há mais de 20 anos. O projeto tem o objetivo de preservar o peixe-boi e sensibilizar a população da região para contribuir com a preservação da espécie, apresentando em vários casos o turismo de observação como uma alternativa para inserir a população, tanto na atividade turística como nas ações de preservação. Ainda segundo os representantes do ICMBio, o que ocorreu foi a doação do terreno para a base do projeto por parte do proprietário das Pousadas 4 e 5, assim como a doação do projeto arquitetônico da sede por dois arquitetos do Escritório Aries.

Pelo fato da Rota Ecológica ter ganhado visibilidade nos últimos anos, principalmente com uma oferta turística diferenciada, com características associadas ao turismo alternativo e valorização de características locais, tem-se identificado que alguns proprietários das pousadas têm se colocado como “o pai” da ideias e novas criações no local. Ter o nome do empreendimento associado às iniciativas locais que atestem os diferenciais competitivos do turismo na região, atrelados à ideia de RSA, é uma excelente estratégia de *marketing* para a empresa.

Algumas ações, apesar de parecerem sem importância para a maioria das pessoas, são muito importantes para quem está sendo beneficiado. É o caso da forma de participação da Pousada 10, que além de contribuir financeiramente com o Instituto Yandê, também ajuda abrindo o espaço da pousada para exposição e

venda de produtos de artesanato confeccionados por pessoas do local, como as pelúcias de peixe-boi, feitos por mulheres do Instituto Yandê; pássaros de madeira, feitos por um artesão local, e artesanato em papel feito por um funcionário da pousada. Nesse aspecto particular, a pousada funciona como uma espécie de ponte entre clientes e artesãos, dando visibilidade ao artesanato local, e contribuindo para o desenvolvimento desse tipo de atividade nas comunidades envolvidas.

Quatro das cinco pousadas que declararam não apoiar nenhuma ONG na área da Rota Ecológica forneceram o argumento de não terem conhecimento da existência de ONGs na região, como afirmou o dono de uma dessas pousadas: “Não, porque não conheço nenhuma ONG para apoiar aqui na região” (proprietário da Pousada 9); não possuir contato: “Não. Porque não, não apareceu, não veio até agora não. Não veio assim, nenhum interessado, nenhuma proposta desse tipo. Não, não” (proprietário da Pousada 8); e por duvidar do discurso ou atuação: “Porque ali é um discurso que não sei te dizer. ONG? Tem que ver quem que são estas ONGs...” (proprietário da Pousada 7).

O fato de quatro das 10 pousadas incluídas neste estudo não possuir nenhuma relação com ONGs da região, e alguns afirmarem que não conhecem atuações desse tipo no local, mostra a necessidade de serem realizados estudos que busquem aprofundar a compreensão da relação entre as pousadas e as ONGs existentes na Rota Ecológica. O desencontro de informações e opiniões entre alguns donos de pousadas, no que se refere às suas relações com as ONGs que operam na região da RE.

3.2.3 Parcerias com o Poder Público

Das 10 pousadas estudadas, sete proprietários afirmaram que não tiveram, e não possuem, nenhum tipo de parceria com o poder público, seja ele municipal ou estadual, voltado ao enfrentamento de problemas locais. Os principais motivos apontados para essa postura dos entrevistados são, na visão deles, a falta de transparência por parte do poder público, o desinteresse do governo em solucionar os problemas locais (educação, segurança e meio ambiente) e o fato de o poder público não buscar desenvolver parcerias locais, de não estabelecer nenhuma forma de contato com as pousadas da Rota Ecológica.

O Proprietário das Pousadas 4 e 5 afirmou que já teve experiências de parcerias com o poder público local e que não foram positivas. O entrevistado levantou o descrédito e a falta de vontade ou interesse por parte do poder público como barreiras para o estabelecimento de parcerias entre os órgãos oficiais locais e as pousadas da RE:

> [...] não há transparência por parte do poder público, e nada que nos incentive participar, e não há interesse por parte deles em resolver os problemas locais, segurança, meio ambiente [...] Há uma repetição, repetição dos mesmos erros e acrescentando mais alguns (proprietário das Pousadas 4 e 5).

O proprietário da Pousada 1 acredita que a burocracia característica do poder público no Brasil para atender aos anseios da sociedade, sempre foi e continua a ser um fator que limita a atuação do governo, e que dificulta ou retarda a solução de problemas:

> Mas, eu acho que somos muitos estrangeiros aqui, então a nossa maneira de resolver os problemas é totalmente diferente de um brasileiro, porque na Europa se você tem um problema, por exemplo, eu vou ter um problema aqui, eu não vou demorar a ir ver com o prefeito do município, e pra mim ele é funcionário público. Eu sou, eu trabalho numa pousada e ele trabalha na prefeitura, ponto. Então, não tenho esse medo e essa hierarquia que tá criado, que faz com que tenha barreira e que você não consegue de ter uma coisa, um resultado. Então a nossa maneira de funcionar, oitenta por cento são de estrangeiros aqui. Então o impuro é muito mais importante, somos muito e todo mundo funciona da mesma forma (proprietário da Pousada 1).

Opiniões semelhantes também se estendem a proprietários de outras pousadas. De acordo com alguns entrevistados, o poder público, na maioria das vezes, “Atrapalham mais do que apoiam” (proprietário da Pousada 7), pois devido à burocracia comumente associada à ação do poder público em áreas subdesenvolvidas como os municípios da Rota Ecológica, algumas soluções terminam sendo facilmente implementadas através das ações das próprias pousadas, tanto individualmente como em conjunto, sem parceria com o poder público, como relatado pelo proprietário da Pousada 2:

> Eu acho que é uma dificuldade burocrática, né? Quando a gente começa a colocar o poder público, ainda mais nessas regiões, é muito difícil as coisas caminharem na mesma velocidade. Para o dono do empreendimento é muito fácil resolver alguma questão, já pra quem tá no poder público, tudo leva muito tempo, é papel, é documento, é assinatura de quatro, de cinco, às vezes precisa até mais pra resolver alguma coisa.

Outro fato, relatado por parte dos entrevistados, consiste na ausência de representantes do poder público em reuniões que visam discutir problemas da comunidade e buscar melhorias, mas percebe-se que, ao mesmo tempo em que o poder público se omite em relação à oferta de solução para problemas locais, o poder público local se beneficia da divulgação da região, utilizando-se das pousadas e da comunidade local, como relatado por um dos entrevistados:

> Acho que se vangloria muito dessa região, fazendo uma campanha de como se eles, é, como se eles tivessem algum crédito na Rota Ecológica, no sucesso da Rota Ecológica, mas na verdade o crédito é da comunidade local e das pousadas, e das pessoas quem vem e depois recomendam. O crédito não é de lá, porque vocês veem, vocês viram o acesso aqui é um terror. O acesso aqui à pousada, a gente já pediu para o prefeito várias vezes, é, já foi pra sala dele, já mandou ofício, já implorou, já... Não existe possibilidade de ajuda aqui, aqui essa via de acesso, pra pelo menos seis estabelecimentos turísticos, e é um horror. E a gente não vê apoio, muito pelo contrário, a gente vê que o setor hoteleiro, o setor turístico em vez de ser incentivado aqui, ele é visto como inimigo, não é? Porque infelizmente aqui vale aquela história de “quanto mais ignorante o povo for, melhor para nós porque a gente consegue mais votos.” Então a gente é visto como um inimigo aqui, em vez de ter um apoio, então por isso que a gente não trabalha com o poder público. Não por falta de vontade, mas por falta de vontade deles (proprietário da Pousada 3).

A Pousada 9 foi a única pousada cujo proprietário afirmou ter parcerias regularmente com o poder público, junto à Prefeitura e à Secretaria Estadual de Turismo. No entanto, ele afirmou que hoje não existe nenhuma ação sendo desenvolvida em parceria entre sua pousada e o poder público, local ou em nível estadual.

As mobilizações desencadeadas pelas pousadas voltadas para a comunidade propõem o incentivo à participação dos residentes em reuniões e eventos em que se propõem discutir o desenvolvimento do turismo, o meio ambiente, a segurança pública, o acesso à região ou qualquer outra temática que se refira ao município e implique em consequências de algum tipo para a população.

Essas mobilizações na maioria das vezes são organizadas pelas ONGs ou pousadeiros, que nesse momento estabelecem contato com o poder público, como pode ser verificado na Figura 44.

Figura 44 - Reuniões junto a órgãos públicos para buscar melhorias

Fonte: Página da AMITUS no Facebook, 2014.

O fato da maioria dos proprietários ser composta de estrangeiros originários de países desenvolvidos dificulta a compreensão, por parte deles, da necessidade de tanta burocracia para a resolução de problemas relacionados às necessidades básicas da população no país, e mais precisamente, no estado de Alagoas. Essa burocracia, aliada à falta de interesse do poder público em relação a problemas dos municípios que compõem a Rota Ecológica, fez com que os proprietários das pousadas tenham buscado mobilizar a população, estabelecendo parcerias para as soluções de problemas locais.

A lógica da RSA requer um processo que deve acontecer de forma participativa, cujo êxito vai depender substancialmente da capacidade de envolver a sociedade, a qual, na visão de alguns autores (CHOI; SIRAKAYA, 2005; SÁNCHEZ RIVERO; PULIDO; FERNÁNDEZ, 2008) é o agente principal, o protagonista do processo de desenvolvimento turístico.

3.3 Resorts *versus* Pousadas da Rota Ecológica

Os *resorts*, de acordo como o Sistema de Classificação de Meios de Hospedagem do Ministério do Turismo, correspondem a um tipo de hotel que possui infraestrutura de lazer e entretenimento, dispõe de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento (MTur, 2014). Por possuir tantos atrativos, os *resorts* necessitam da ocupação de uma área consideravelmente extensa, pois seu objetivo principal é oferecer várias atividades no seu interior, de tal forma que os hóspedes não tenham necessidade de sair de suas instalações e desta forma, em tese, não teriam a necessidade de estabelecer contato com a região do entorno.

A oferta representada pelas pousadas da RE é de natureza muito diversa da oferta dos *resorts.* Por exemplo, as pousadas em questão buscam realizar atividades externas com seus hóspedes que proporcionem algum tipo de interação com o contexto natural, paisagístico e sociocultural do entorno desses empreendimentos, permitindo que conheçam a região onde as pousadas estão instaladas. As características da oferta das pousadas da RE permitem sugerir que embora os principais objetivos desses empreendimentos sejam comerciais, de uma forma global as pousadas e a experiência de lazer por elas proporcionada são muito distintas da realidade das regiões dominadas por *resorts*, os quais são considerados enclaves quando são implantados em regiões subdesenvolvidas (PEARCE, 2003). Por exemplo, Ribeiro (2005) mostra que a construção do complexo hoteleiro da Costa do Sauipe não proporcionou nenhuma contribuição expressiva para melhoria dos indicadores de desenvolvimento do município de Mata de São João - BA, sede do empreendimento. Os investimentos de milhões de dólares para a execução do megaempreendimento não trouxeram como consequência nenhuma redução nos índices de exclusão social.

Para oito dos 10 proprietários entrevistados neste estudo, a principal diferença que existe entre os *resorts* e as pousadas da Rota Ecológica, consiste na forma de atendimento ao cliente, que é personalizado nas pousadas, nas quais a prioridade é a qualidade do serviço e não a quantidade, como normalmente é a regra em grandes empreendimentos turísticos, quer sejam *resorts* ou outros empreendimentos hoteleiros de grande porte. Embora na visão da maioria dos entrevistados os *resorts* ofereçam mais infraestrutura que as pousadas, as pousadas

proporcionam mais interação dos hóspedes com o meio ambiente da região na qual se localizam.

Segundo os entrevistados, os *resorts*, pelo seu tamanho e área ocupada, exerceriam impacto negativo maior sob o meio ambiente e a comunidade do entorno do que as pousadas, sem contar que os *resorts* têm o objetivo da permanência dos hóspedes no seu interior, apresentando os meios para que isso aconteça. Ao contrário, as pousadas da RE estimulam os hóspedes a conhecer o seu entorno e a ter contato com a região escolhida para sua hospedagem e experiência turística, através de passeios comercializados pela comunidade local, pela prática de esportes etc. Além disso, os donos das pousadas oferecem a opção de não inclusão de uma ou duas refeições no pacote de diárias, para possibilitar que os hóspedes possam passear e conheçam outros restaurantes no lugar visitado.

No que diz respeito à RSA, este estudo constatou que de uma forma geral as pousadas da RE adotam diversas práticas ou estratégias voltadas ao fortalecimento da economia local; à valorização cultural das comunidades locais; à melhoria das condições sociais dos seus empregados; e à conservação e melhoria ambiental. Os proprietários dessas pousadas parecem entender que tais medidas são compatíveis com o tipo de empreendimento que desenvolveram na região, uma vez que as características naturais e socioculturais que ocorrem da área da RE são a própria base da existência dessas pousadas na região.

Embora sejam necessários mais estudos que examinem as questões estudadas mais detalhadamente, parece que a atitude dos proprietários em relação às questões relacionadas à RSA está relacionada a um estilo ou filosofia de vida que valoriza tais práticas. Uma hipótese é que tal atitude pode ter relação com a nacionalidade dos proprietários das pousadas, uma vez que mais da metade deles é de origem europeia, continente no qual o cuidado com a natureza, com a cultura e aspectos sociais da população local, assim como a valorização da vida comunitária são uma realidade relativamente comum, se comparada com áreas subdesenvolvidas.

Com base neste estudo, foi possível verificar que os proprietários das pousadas da RE, em geral, precisam compreender que as ações identificadas por eles como comuns ou características de sua educação, são atributos da RSA. É importante que as ações que estão sendo desenvolvidas na região, com base nos empreendimentos, sejam melhor trabalhadas para que os proprietários possam ter

uma compreensão mais profunda a respeito dos benefícios (econômicos e socioambientais) que essas ações repercutem tanto nos seus empreendimentos, como nas comunidades dos locais em que estão inseridos.

4 CONCLUSÃO

Este estudo fornece elementos que permitem afirmar que em decorrência das mudanças que o turismo tem passado mundialmente, está havendo mudanças na forma como o turismo vem se desenvolvendo no Brasil. Apesar dos investimentos, de maneira geral, serem destinados a empreendimentos que têm como objetivo a expansão do turismo de massa, como os *resorts*, há um novo olhar, que tem incorporado aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável, à sustentabilidade, ao turismo sustentável e à responsabilidade socioambiental na atividade. Nos últimos anos, tem se verificado práticas relacionadas a esses aspectos sendo absorvidas pelo mercado hoteleiro, com uma postura voltada não apenas para o aspecto econômico, mas também atendendo aos aspectos sociais e ambientais, o que proporciona a conservação dos aspectos naturais (muitas vezes a atração) e melhorias para as comunidades nas quais os empreendimentos estão inseridos, através da valorização local e da diminuição dos impactos ambientais negativos.

Em meio a essa “nova perspectiva” de desenvolvimento do turismo, encontram-se os hotéis, pousadas e roteiros turísticos que vem sendo implantados e distribuídos pelas regiões do país, e que possuem características denominadas de charme. No caso do estado de Alagoas, tem-se o trecho do litoral Norte denominado de Rota Ecológica que conta com 13 pousadas (10 participaram deste estudo) que contrastam com os meios de hospedagem voltados para o turismo de massa, localizados em outras partes do litoral alagoano. Com a instalação das pousadas, e devido ao fato dos aspectos sociais, econômicos e ambientais estarem inseridos de alguma forma nos princípios desse tipo de empreendimento, tem havido mudanças na forma de atuação das pousadas, ocasionada pela prática de ações de RSA. Essa forma de atuação, muito diferente das práticas do turismo de massa, representa uma oferta turística que de muitas formas se diferenciam do paradigma dominante, que prioriza empreendimentos de grande escala, com grandes volumes de visitantes, que, normalmente, não estabelecem contatos com a população residente, nem com o entorno dos empreendimentos, o que impede o conhecimento e a valorização do patrimônio cultural do lugar.

Este estudo permitiu que se conhecesse o que de fato é a Rota Ecológica e como as pousadas que a formam têm se destacado no estado de Alagoas por suas práticas e abordagens de desenvolvimento diferenciadas, que contrastam de forma significativa com as ofertas do turismo de massa. Além de atender à demanda de parte do mercado hoteleiro, a diferenciação das pousadas da Rota Ecológica também tem relação com a nacionalidade e modo de vida de seus proprietários, na sua maior parte estrangeiros, que culturalmente valorizam os aspectos ambientais, sociais e econômicos e consequentemente disseminam isso em suas práticas nos locais que escolheram para residência e investimento.

Foram identificadas diferentes formas de inserção de parte da comunidade na atividade turística local através das atividades das pousadas da Rota Ecológica, seja como funcionários, como fornecedores de produtos e serviços ou como participantes das ações dos movimentos locais e ONGs. Foi verificado o envolvimento das pousadas em atividades junto às comunidades locais em busca por melhorias nos municípios onde estão localizadas, seja através do apoio a ONGs, associações, ou por meio de outras formas de mobilização, como o agendamento e/ou divulgação de audiências públicas, reuniões junto ao poder público, além de manifestações públicas.

A constatação do desenvolvimento de práticas e ações voltadas para a minimização de impactos ao meio ambiente e a comunidade onde estão localizadas, são aspectos positivos associados à sustentabilidade e que comprovam a ocorrência de responsabilidade socioambiental nos empreendimentos estudados, mesmo que em alguns empreendimentos as ações sejam mais isoladas e genéricas (minoria), enquanto que em outros empreendimentos são mais específicas da RSA (maioria). Assim, o estudo constatou que de uma forma geral as pousadas da região da RE contemplam em suas práticas as dimensões do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental. No entanto, embora a maioria dos proprietários das pousadas afirme e demonstre desenvolver práticas socioambientais, há a necessidade de uma troca de experiências entre eles e de padronização entre as pousadas para que todas possam inserir práticas de responsabilidade socioambiental em suas atividades de maneira uniforme e mais abrangente. Isso poderá proporcionar a formação de parcerias e o conhecimento dos benefícios econômicos - redução de custos, *marketing*, diferencial competitivo, clientela

exigente -, e socioambientais que essas práticas podem trazer para os empreendimentos.

A existência de ações das pousadas que contemplam as dimensões sociais e ambientais - ainda que em pequena escala em relação ao estado de Alagoas - indica possibilidades dessas pousadas contribuírem para a construção de um turismo alinhado à noção de desenvolvimento sustentável com base na Responsabilidade Socioambiental, no litoral Norte alagoano, distanciando-se das práticas do turismo de massa que ainda é a prática predominante em outras partes do litoral do estado.

O fato do poder público ter “chegado atrasado” no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo na região, coloca os proprietários das pousadas da Rota Ecológica como protagonistas do tipo de turismo em desenvolvimento na região, que junto às características ambientais do local tem sido o principal atrativo, e que vem colocando a região em destaque nos últimos anos tanto nacionalmente, como internacionalmente, com base na sua oferta turística e na sua relação com as comunidades da região.

O recente desenvolvimento turístico da RE, se comparado a outros destinos do estado, coloca a possibilidade e a necessidade do poder público juntamente com a iniciativa privada e a população local, construírem um planejamento do turismo para a região de forma participativa e democrática, que ouça, analise e incorpore os anseios de todas as partes interessadas e busque ampliar o desenvolvimento de um turismo sustentável para a Rota Ecológica. Há também a possibilidade de expansão da concepção de sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental devido ao destaque que a região tem alcançado, tendo como objetivo a análise dos aspectos positivos do turismo que está em desenvolvimento na região e sua incorporação nos empreendimentos turísticos em outras regiões do estado.

Este estudo constatou que existe uma carência de informações mais detalhadas sobre a formação da Rota Ecológica, assim como sobre as próprias pousadas alvo deste estudo. A região passou a ser conhecida no meio acadêmico, principalmente com base nos estudos (Trabalhos de Conclusão de Curso e dissertações) que vem sendo realizados por discentes ligados ao Laboratório de Território, Turismo e Desenvolvimento – LTTD/IGDEMA/UFAL. Apesar dos avanços já alcançados, há a necessidade da realização de mais estudos que busquem uma melhor compreensão da relação entre as pousadas e as comunidades locais, que

analisem com mais profundidade o reflexo da atividade para a população local e para os municípios que integram a RE. O trabalho deixa em aberto a possibilidade da realização de pesquisas que busquem tanto um melhor conhecimento sobre a Rota Ecológica, como também uma compreensão mais aprofundada dos impactos positivos e negativos da atividade turística na região para a população, para a economia local e para o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

AGARWAL, S. The resort cycle and seaside tourism: an assessment of its applicability and validity**. Tourism Management**, Vol. 18, n. 2, p.65-73, 1997.

AGÊNCIA ALAGOAS**. Governo pretende investir em desenvolvimento turístico sustentável.** Alagoas em Tempo Real. 2012. Disponível em: <http://www.alagoastempo.com.br/noticia/23588/alagoas/2012/07/23/governo-pretende-investir-em-desenvolvimento-turistico-sustentavel.html>. Acesso em: 13 de ago. 2012.

AGLE, B. R.; MITCHELL, R. K.; SONNENFELD, J. A. Who matters to CEOs? An investigation of stakeholder attributes and salience corporate performance, and CEO values. **Academy of Management Journal**, 42(5), p. 507-525, 1999.

AGUILÓ, E.; ALEGRE, J.; SARD, M. The persistence of the “sun and sea” tourism model**. Tourism Management,** Vol. 26, p. 219-231, 2005.

ALAGOAS. Secretaria de Turismo de Alagoas. **Pesquisa de Demanda Turística.** Janeiro, 2006.

ALAGOAS. **Lei 7.231 de 07 de janeiro de 2011**. Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Estado de Alagoas e sobre a Criação de Áreas Especiais de interesse Turístico (AEIT) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, AL, 07 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/leis/leis-ordinarias/2011/leiordinaria - 7.231>. Acesso em: 10 de set. 2012.

ALAGOAS**.** Secretaria do Estado de Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável PDITS - Polo Costa Dos Corais.** Versão Preliminar. Indústrias Criativas - estratégias e projetos, novembro/2011.

ALAGOAS. Secretaria de Turismo do Estado de Alagoas. **Indicadores de Turismo de Alagoas 2002-2011***,* 2012.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo 2013-2023**. Maceió: Poligraf, 2013.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ANDRADE, J. V. de. **Turismo:** fundamentos e dimensões. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.

ANDRADE, Nelson. **Hotel:** planejamento e projeto. São Paulo: Editora Senac, 2002.

ARAUJO, L. M. de; MOURA, F. de B. P. A expansão do turismo na zona costeira nordestina: crescimento econômico, Degradação Ambiental e Erosão Cultural. In: CORIOLANO, L. N. M. T.; VASCONCELOS, F. P. **O turismo e a relação sociedade-natureza:** realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: Educe, 2007, p. 94-113.

ARAUJO, L. M. de. Análise de *stakeholders* para o turismo sustentável. **Caderno Virtual de Turismo**, Vol. 8, N° 1, 2008, p. 91-99. Disponível em:<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno &page=article& op=view&path%5B%5D=260>. Acesso em 20 de ago. 2012.

ARAUJO, L. M. de. **Planejamento turístico regional:** participação, parcerias e sustentabilidade. Maceió: Edufal, 2009.

ARAUJO, L. M. de; SILVA, T. R. P. da. **Relatório Final (2011-2012):** Dinâmica territorial e implicações ambientais do turismo no Polo de turismo Costa dos Corais. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, UFAL, CNPq, FAPEAL, 2012.

ARAUJO, L. M. de; DREDGE, D.. Tourism development, policy and planning in Brazil. In: LOHMANN, Gui; DREDGE, Dianne (Orgs.). **Tourism in Brazil:** environment, management and segments. Abingdon, U.K.: Routledge, 2012, p. 17-29.

ARCHER, B.; COOPER, C. Os impactos positivos e negativos do turismo. In: THEOBALD, W. F. **Turismo global**. São Paulo: Senac, 1998, p. 85-102.

ASSOCIAÇÃO DE HOTÉIS ROTEIROS DE CHARME. **Roteiros de Charme**. Disponível em: <http://www.roteirosdecharme.com.br/index.php>. Acesso em: 05 de mai. 2013.

ASSOCIAÇÃO DE HOTÉIS ROTEIROS DE CHARME. **Classificação - Roteiros de Charme**. Disponível em: <http://www.roteirosdecharme.com.br/classificacao.php>. Acesso em: 14 de abr. 2014.

ASSOCIAÇÃO DE HOTÉIS ROTEIROS DE CHARME. **Sustentabilidade -Roteiros de Charme**. Disponível em: <http://www.roteirosdecharme.com.br/ sustentabilidade. php>. Acesso em 20 de set. 2015.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo.** Campinas, SP: Papirus, 1995.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2004

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável:** da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009.

BASTOS, F. **Para onde vai o turismo de Maceió?**: uma discussão sob a ótica da sustentabilidade. Maceió: Série Ibirapitanga, Prodema/Ufal, 1998.

BARROS, N. C. C. de. **Por que as destinações turísticas no Nordeste do Brasil não declinam?** - uma interpretação geográfica. Recife: Editora da UFPE, 2009.

BARROS, N. C. C. de. **Manual de geografia do turismo**: meio ambiente, cultura e paisagens. Recife: Editora Universitária UFPE, 1998.

BECKER. B. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo:** Espaço Paisagem e Cultura. São Paulo: Hucitec, 1996, p.181-192.

BELLEN, H. M. van. A tomada de consciência: dos limites do crescimento até o conceito de desenvolvimento sustentável. In:_____. **Indicadores de sustentabilidade:** uma análise comparativa. - reimpressão -, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, Cap.2, p. 21-22.

BELLO, C. V. V. **Zeri:** Uma proposta para o desenvolvimento sustentável, com enfoque na qualidade ambiental voltada ao setor industrial. 1998. Dissertação [Mestrado em Engenharia de Produção] - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo.** São Paulo: SENAC, 1998.

BOHDANOWICZ, P. European hoteliers' environmental attitudes: greening the business. **Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly**, 2005, V. 46 (2), p. 188-204.

BOSSLE, M. B. **Responsabilidade sócio-ambiental em pequenas empresas de serviços.** 2008. Trabalho de Conclusão de Curso [Bacharel em Administração] - Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BRAMWELL, B.; LANE, B. Sustainable tourism: na evolving global approach. **Journal of Sutainable Tourism,** Vol. 1, n. 1, p. 1-5, 1993.

BRAMWELL, Bill (Ed.). **Coastal mass tourism:** diversification and sustainable development in southern Europe. Clevedon, UK: Channel View, 2004.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. Série Legislação Brasileira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Plano Nacional do Turismo:** 2007-2010. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. **Turismo contribui com 9% do PIB mundial**. Instituto Brasileiro de Turismo. Ministério do Turismo. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/piembraturnew/opencms/salaImprensa/artigos/arquivos/Turismo_contribui_com_9_do_PIB_mundial.html>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BRASIL. **Anuário Estatístico de Turismo - 2013**. Ministério do Turismo. Vol.40. Ano base 2012. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/anuario/downloads_anuario/Anuario_Estatistico_de_Turismo_-_2013_-_Ano_base_2012_-_Versao_dez.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2013.

BRÜSEKE, F. J. O problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza:** Estudos para uma sociedade sustentável. 4. ed. São Paulo: Cortez; Recife - PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003, Cap. 2, p. 29-40.

BUDEANU, A. Sustainable tourist behaviour: a discussion of opportunities for change. **International Journalof Consumer Studies**. 2007, Vol.31, p. 499-508.

BULGARELLI, C. **História da hotelaria em Alagoas**. Maceió: Ideias de comunicação, 2012.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.).**Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras - Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 76-90.

BUTLER, R. W. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. **Canadian Geographer,** 1980, Vol. 24, n. 1, p. 5-12.

BUTLER, R. W. Tourism, environment, and sustainable development. **Environmental Conservation**. 1991, Vol. 18, p. 201-209.

CAMARGO, L. O. de L. Os domínios da hospitalidade. In: DENCKER, A. de F. M.; BUENO, M. S. (Org.). **Hospitalidade:** cenários e oportunidades. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003, p. 07-27.

CAMPOS, J. R. V. **Introdução ao universo da hospitalidade**. Série Hospitalidade. Campinas, SP: Papirus, 2005.

CANEPA, C. **Cidades sustentáveis:** o município como locus da sustentabilidade. São Paulo: RCS Editora, 2007.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARDOSO, L. C.; ALPERSTEDT, G. D.; COSTA, J. I. P. da. Internacionalização e gestão ambiental: um estudo dos meios de hospedagem vinculados à Associação Roteiros de Charme. In: **Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais**, **XIV,** 2011, São Paulo: SP. Anais (online). São Paulo: FGV, 2011, p. 16. Disponível em: <http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2011/artigos /E2011_T00367_PCN25747.pdf>. Acesso em 12 de out. 2013.

CARNEIRO, F. **Herdeiros da Terra:** Memória, Alteridades e Comunidade – o Encontro entre Nativos e Biribandos dos Anos 70 em Trancoso, Sul da Bahia. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2003.

CARVALHO, S. **Obras da Estrada-Parque estão paralisadas desde janeiro**. Blog Costa dos Corais. Disponível em: <http://gazetawebmaragogi. com/destaques/obras-da-estrada-parque-estao-paralisadas-desde-janeiro>. Acesso em: 08 de nov. 2015.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CASTELLI, G. **Administração hoteleira**. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

CASTRO, C. V. de**. Responsabilidade das usinas sucroalcooleiras da região do Triângulo Mineiro.** 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Ribeirão Preto, São Paulo, 2009.

CAVALCANTE, E. G. Alguns elementos teóricos do novo paradigma do desenvolvimento com Sustentabilidade. In: _____ (Org.); COSTA F. B.; LIRA; F. J. de. **Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade:** algumas experiências no Nordeste do Brasil. Maceió: Edições Catavento, 1999, p. 15-55.

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade da Economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: _____ (Org.). **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. 4. ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003, cap. 9, p.153-176.

CHOI, H. C.; SIRAKAYA, E. Measuring residents' attitude toward sustainable tourism: development of sustainable tourism attitude scale. **Journal of Travel Research**, Sage Publications, Thousand Oaks, may 2005, Vol. 43, p. 380-394.

CHON, K.; SPARROWE, R.T. **Hospitalidade:** conceitos e aplicações. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

CLARKSON, M. B. E. A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. **The Academy of Management Review**, Jan 1995, Vol. 20, n. 1, p. 92-117.

COOPER, C. (et al.) **Tourism:** principles & practice. Longman, Harlow: UK, 1993.

CORDOVIL, F. **Desenvolvimento rural e conservação do campo**. Dinâmia. Centro de estudos sobre a mudança socioeconômica. WP n° 1997/07. Disponível em: <https://repositorio.iscteiul.pt/bitstream/10071/471/4/DINAMIA WP1997-07.pdf>. Acesso em: 05 de ago. 2015.

CORIOLANO, L. N. Turismo comunitário no Nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G. e BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras – Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 277-288.

CORIOLANO, Luizia N.; PARENTE, Karlos M. Políticas urbanas e produção espacial na orla marítima de Fortaleza/Ceará. In: CORIOLANO, L. N.; VASCONCELOS, F. P. (Org.). **Turismo, território e conflitos imobiliários**. Fortaleza: Educe, 2012, p. 299-320

CRUZ, R. de C. A. **Política de turismo e território.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

CRUZ, R. de C. A. da. **Introdução à geografia do turismo.** 2. ed. ROCA, 2003.

CUSTÓDIO, A. L. de M.; MOYA, R. (Coord.). **Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial 2007**. São Paulo: Instituto Ethos, 2007. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/>. Acesso em 20 de abr. 2013.

DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.

DONAIRE, D**. Gestão ambiental na empresa.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FIGUEIREDO, E. Um parque para viver… outro para visitar as visões dos residentes e visitantes sobre o Parque Natural de Montesinho. APS (Org.) Sociedade Portuguesa, Passados Recentes, Futuros Próximos. In: **IV Congresso Português de Sociologia,** 2000, Lisboa, Actas (online). Disponível em: <http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dee95cd153_1.PDF>. Acesso em: 10 jul. 2015.

FONTELES, J. O. **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade.** São Paulo: Victor Civita, 1984.

GUIMARÃES, R. P. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de política públicas. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. **A geografia política do desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, Introdução, p.13-46.

GUNN, C. A. Emergence of effective tourism planning and development. In: SEATON, V. et al. (eds.) **Tourism**: the state of the art. Chichester: Wiley, p. 10-19, 1994.

HALL, C. M. Rethinking collaboration and partnership: a public policy perspective. In: BRAMWELL, B.; LANE, B. **Tourism collaboration and partnerships:** politics, practice and sustainability. Clevedon: Channel View Publications. 2000, p. 143-158

HAYWOOD, K. M. “Can the Tourist Life Cycle Be Made Operational?” **Tourism Management**, 1986, Vol. 7, p. 154-167.

HOERNER, Jean-Michel. **Geopolítica do turismo**. São Paulo: Senac, 2011.

IBGE. **Indicadores.** Pesquisa Mensal do Comércio 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/comercio/pmc/default.shtm>. Acesso em: 15 de jun. 2011.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 26 de ago. 2013.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003, 2° ed.

IRVING, M. A.; AZEVEDO, Julia (Org.). **Turismo:** o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

KÖRÖSSY, N. Do “turismo predatório” ao “turismo sustentável”: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**, 2008, Vol. 8, N° 2, p.56-68. Disponível em:<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=238&path%5B%5D=178> Acesso em: 20 de agosto 2011.

KRIPPENDORFF, J. **Sociologia do turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Série Turismo. Tradução: Contexto traduções. São Paulo: Aleph, 2006, 3. ed.

LAGE, B. H.G; MILONE, P. C. **Economia do Turismo.** São Paulo: Atlas, 2001.

LASHLEY,C. Para um entendimento teórico. In: _____; MORRISON, Alison. **Em busca da hospitalidade.** São Paulo: Manole, 2004.

MACNEILL, J. (Org.). **Para além da interdependência:** o entrosamento entre a economia mundial e a ecologia: Tradução de Álvaro Cabral - Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1992.

MASINA, Renato. **Introdução ao estudo do turismo**: conceitos básicos. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

MELO NETO, F.; FROES, C. **Responsabilidade social & cidadania empresarial:** a administração no terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999, 2. ed.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente:** doutrina, jurisprudência e glossário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, 4. ed.

MITCHELL, R. K.; AGLE, B. R.; WOOD, D. J. Toward a theory of stakeholder identification and salience: defining the principle of who and what really counts. In: **Academy of Management Review**, 1997, Vol. 22, n. 4, p. 853-886.

NASCIMENTO, L. F. M. Quando a gestão social e a ambiental se encontram. In: **Encontro Anual da ANPAD**. 31. Rio de Janeiro. Anais (online). Rio de Janeiro: RJ, 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/TC%20APS-C3285.pdf>. Acesso em: 15 de out. 2013.

NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, A. D. da C.; MELLO, M. C. A. de. **Gestão socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

OLIVEIRA, M. **Revista Anuário Exame Turismo 2007-2008**. São Paulo, p.19-22, abr. 2007.

OLIVEIRA, J. A. P. de. **Empresas na sociedade:** sustentabilidade e responsabilidade social. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

OMT. **Agenda 21 for the travel and tourism industry:** towards environmentaly sustainable development. Madri, 1994

ONU. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV. 1988.

PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo.** São Paulo: Brasiliense, 2010. – (Coleção primeiros passos; 341).

PARTIDÁRIO, M. R.; JESUS, J. **Fundamentos de avaliação de impacto ambiental**. Lisboa: Universidade Aberta, 2003.

PEARCE, Douglas G. **Geografia do turismo**: fluxos e regiões no mercado de viagens. São Paulo: Aleph, 2003.

PELICIONI, A. F. Trajetória do Movimento Ambientalista. In: PHILIPPI Jr, A.; ROMÉRO, M. de A.; BRUNA, G. C. (Ed.). **Curso de gestão ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004, Cap.12, p.430-457.

PEREIRA, F. F.; COUTINHO, H. R. M. Hotelaria: da era antiga aos dias atuais. **Revista eletrônica Aboré.** Ed. 03/2007. Disponível em: <http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_3/Francisca%20Felix%20Pereira.pdf>. Acesso em: 20 de ago. 2013.

PIRES. P. dos S. Turismo e meio ambiente: Relação de interdependência. In: PHILIPPI JR., A.; RUSCHMANN, D. V. M. (Ed.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo.** Barueri, SP: Manole, 2010.

POPP, E. V.; SILVA, V. C. Meios de hospedagem e administração. In: BRASIL, Ministério do Turismo. **Caminhos do Futuro** - Hotelaria e Hospitalidade. 2007, p.07-19.

RABAHY, W. **Turismo e Desenvolvimento.** Barueri: Manole, 2003.

RANGEL; M. G. **Destinação turística Maceió:** ciclo de vida e perspectivas de crescimento nos próximos anos. 2010. Dissertação [Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente] - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

RIVERO, M. S.; FERNÁNDEZ, J. I. P. Medida de la sostenibilidad turística: propuesta de un índice sintético basado en ponderaciones factoriales. Madrid: **IX Convocatória Premio Tribuna Fitur Jorge Vila Fradera**, 2007; FITUR, 2008. p. 203.

RIBEIRO, M. Procuras urbanas, ambiente(s) e desenvolvimento de regiões do interior. Douro. In: **Estudos & Documentos**, vol. V (10), 2000 (2°), p. 31 - 43. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9493.pdf >. Acesso em: 15 de ago. 2015.

RIBEIRO, R. L. M. **Políticas Públicas de Turismo e o Processo de Inclusão/Exclusão Social.** 2005. Dissertação [Mestrado em Hospitalidade] - Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2005.

ROWLEY, T. Moving beyond dyadic ties: a network theory of stakeholder influence. **Academy of Management Review**, 1997, Vol. 22, nº 4, p. 887-910.

RUIVO, P. Amenidades Rurais - que contributo? Estudo de caso em territórios rurais. In: **Actas do III Congresso de Estudos Rurais** (III CER), Faro, Universidade do Algarve, 2007, 1-3 Nov. Disponível em: <http://sper.pt/oldsite/IIICER/Comunicacoes/PaulaRuivo_com.pdf>. Acesso em: 15 de abr. 2015.

RUSCHMANN, D. M. Impactos ambientais do turismo ecológico no Brasil. **Turismo em Análise**. V. 4, n.1, maio/1993. São Paulo: Aleph, 1993.

RUSSELL, R.; FAULKNER, B. Entrepreneurship, Chaos and the Tourism Area Lifecycle. **Annals of Tourism Research**, 2004, 31(3), p. 556-579.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para o Século XXI**: Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANSOLO, D.G. Indicadores ambientais de hospitalidade em lugares turísticos: uma reflexão para o planejamento. In: DENCKER, A. de F. M. (Coord.) **Planejamento e gestão em turismo e hospitalidade**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004, p.167-185.

SILVA, C. L. da. (org.) **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável**: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005.

SILVA, L. C. R. da. **Os Meios de Hospedagem em Salvador:** distribuição espacial ao longo de sua história. Dissertação [Mestrado em Geografia] - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2007.

SILVA, L. V. da. **A comunicação e a responsabilidade socioambiental da Gerdal e da Vale nos portais corporativos:** possibilidades de legitimação da identidade, imagem e reputação. Tese [Doutorado em Comunicação Social] - Faculdade de Comunicação Social, Pós Graduação em Comunicação Social, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. Volume I. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

SOUSA, A. C. C. **Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável:** a incorporação dos conceitos à estratégia empresarial. Dissertação [Mestrado em Ciências em Planejamento Energético] - Pós Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. **Administração**. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável:** Conceitos e Impacto Ambiental. São Paulo: Aleph, Série Turismo, 3. ed. 2002.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa** - estratégias de negócios focadas na realidade brasileira.. São Paulo: Atlas, 4. ed. (revista e ampliada) 2006.

TIMMS, B. F.; CONWAY, D. Slow tourism at the Caribbean's geographical margins. **Tourism Geographies** vol. 14, nº 3, p. 396-418, 2012.

TOMAZZONI, E. L.; ZANETTE, F. C.; LAIDENS, M. C. **Gestão em hotelaria e sustentabilidade ambiental:** análise da experiência do Programa Bem Receber na região das hortênsias (serra gaúcha). Observatório de Inovação do Turismo, Vol. IV, n. 3, 2009.

URRY, J. **Olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Sustentável:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VIRGINIO, D. F. e FERNANDES, L. V. Responsabilidade socioambiental na hotelaria: um estudo na via costeira de Natal, RN. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, ago. 2011, Vol. 11, n. 2., p. 220-233.

WALKER, J. R**. Introdução à hospitalidade.** Tradução Élcio de Gusmão Verçosa Filho. Barueri: Manole, 2002.

YÁZIGI, E. **Turismo**: uma esperança condicional. 2. ed. São Paulo: Global Universitária, 1999.

APÊNDICE A - Entrevista

ENTREVISTA

Pesquisadora:

Renata Kelly Alves de Carvalho

1. Como surgiu o interesse de se construir a pousada _____ no povoado _____?

2. A pousada _____ é uma Pousada de Charme?
   Se sim: Na sua visão, quais são as características de uma Pousada de Charme?
   Se não: Por que não?

3. Esta região é conhecida como Rota Ecológica. Na sua opinião, o que é a Rota Ecológica?

4. A pousada _____ faz parte da Rota Ecológica?
   Se sim: De que forma?
   Se não: Por que não?

5. As pousadas da Rota Ecológica têm uma associação própria?
   Se sim: Qual o nome da associação das pousadas?
   Quantas pousadas participam da associação?
   Se não: Por que não?

6. Na sua visão, a pousada _____ traz influências positivas para a comunidade na qual ela se situa?
   Se sim: Quais são essas influências?
   Se não: Por que não?

7. Na sua visão, a pousada _____ traz influências negativas para a comunidade na qual ela se situa?
   Se sim: Quais são essas influências?
   Se não: Por que não?

8. A pousada adota alguma política específica para a contratação dos funcionários?
   Se sim: Qual é essa política?
   Se não: Por que não?

9. A pousada _____ incentiva os seus funcionários a oferecer críticas e/ou sugestões sobre suas atividades, produtos e serviços?
   Se sim: Como isso ocorre na prática?
   Se não: Por que não?

10. A pousada apoia alguma Organização Não-Governamental (ONG)?
    Se sim: Qual ou quais?
    Como o apoio ocorre na prática?
    Se não: Por que não?

11. A pousada já teve alguma parceria com o poder público local e/ou estadual?
    Se sim: Comente sobre como foi a experiência.
    Se não: Por que não?

12. A pousada mantém no momento alguma parceria com o poder público municipal e/ou estadual?
    Se sim: Como essa parceria está ocorrendo?
    Se não: Por que não?

Obs.: O entrevistador comenta sobre o conceito de responsabilidade socioambiental.

13. A pousada _____ desenvolve alguma atividade de responsabilidade socioambiental?
    Se sim: Qual ou quais?
    Se não: Por que não?

14. Na sua visão, há diferenças significativas entre os resorts e as pousadas da Rota Ecológica?
    ( ) Sim
    ( ) Não
    Se sim: Quais são as diferenças principais?
    Se não: Por que não?

Obrigado pela sua contribuição com esta pesquisa!

APÊNDICE B - Questionário

Questionário da pesquisa

“Rota Ecológica: uma nova perspectiva de desenvolvimento sustentável com base na responsabilidade socioambiental no litoral norte de alagoas”

Pesquisadora:

Renata Kelly Alves de Carvalho

1. Nome completo da sua pousada:_____
2. Indique o ano no qual a pousada começou a funcionar:_____
3. Indique o número de unidades habitacionais da pousada:
   ( ) chalés ____
   ( ) bangalôs____
   ( ) quartos____
   ( ) outros____
   Indicar o número total de leitos da pousada: _____

4. Qual o número de funcionários da pousada na baixa temporada: _____
   - Quantos desses funcionários são com carteira assinada: _____

5. Qual o número de funcionários da pousada na alta temporada:_____
   - Quantos desses funcionários são com carteira assinada: _____

6. Assinale dentre as características abaixo aquelas às quais a sua pousada está associada:

( ) tranquilidade	( ) conforto	( ) requinte	( ) gastronomia
( ) luxo	( ) descanso	( ) romance	( ) estilo
( ) segurança	( ) charme	( ) história	( ) aconchego

   ( ) outras características: _____

7. A pousada possui Código de Ética?
   ( ) Sim.
   ( ) Não.
   Se sim: Poderíamos obter uma cópia?

8. Indique a(s) nacionalidade(s) do(s) dono(s) da pousada:_____

_____

9. De uma forma geral, quantos funcionários da pousada são da comunidade local?
_____

10. A pousada incentiva seus funcionários a desenvolver carreira, por exemplo, através de capacitação e treinamentos?
    ( ) Sim.
    ( ) Não.
    Se sim: Quem financia as capacitações e treinamentos? _____
11. A pousada possui programas ou atividades voltadas à promoção da saúde, segurança no trabalho ou melhoria da qualidade de vida dos seus funcionários?
    ( ) Sim
    ( ) Não
    Se sim: Quais?
    _____
    _____
    Se não: Por que não?
    _____
    _____

Por favor, marque a opção em cada questão abaixo que mais se alinha com o seu ponto de vista:

12. A pousada disponibiliza canais de comunicação com seus clientes a fim de registrar e dar solução às suas manifestações.

( )	( )	( )	( )	( )	( )
Discordo totalmente	Discordo em parte	Não discordo nem concordo	Concordo em parte	Concordo totalmente	Não sei

13. A pousada oferece e dá preferência a pratos da culinária local em seu cardápio.

( )	( )	( )	( )	( )	( )
Discordo totalmente	Discordo em parte	Não discordo nem concordo	Concordo em parte	Concordo totalmente	Não sei

14. Nas dependências da pousada há exposição e venda de produtos (artesanato, etc.) da comunidade local.

( )	( )	( )	( )	( )	( )
Discordo totalmente	Discordo em parte	Não discordo nem concordo	Concordo em parte	Concordo totalmente	Não sei

15. Assinale na lista abaixo as atividades com as quais sua pousada se envolve, se for o caso:
    ( ) reuniões com lideranças locais
    ( ) participação em palestras
    ( ) designação de representante para relacionamento com a comunidade
    ( ) outra(s):_____
16. A sua pousada oferta algum dos cursos abaixo relacionados para pessoas da comunidade local?
    ( ) Sim
    ( ) Não
    Se sim, assinale nas opções disponíveis:
    ( ) informática

( ) línguas
( ) camareira
( ) garçom
( ) cozinheiro
( ) outro(s):_____

17. A sua pousada compra produtos no próprio município?
( ) Sim
( ) Não
Se sim, por favor assinale qual ou quais das opções abaixo:
( ) peixes ( ) camarão ( ) lagosta
( ) polvo ( ) frutas ( ) carnes
( ) massunim ( ) verduras ( ) produtos de mercearias ou mercadinhos
( ) outro: _____
_____
Se não. Por que não?
_____
_____

18. A sua pousada valoriza de alguma forma as manifestações culturais locais?
Se sim: Qual ou quais?_____
_____
Como essa valorização ocorre na prática? _____
_____
Se não: Por que não?_____
_____

19. A pousada possui algum tipo de certificação ambiental?
( ) Sim
( ) Não
Se sim: Qual/quais tipo(s) de certificação? _____
Se não: Por que não? _____

20. A pousada adota alguma política de priorizar a compra junto a fornecedores que desenvolvem práticas de proteção ao meio ambiente?
Sim ( )
Não ( )
Se não: Por que não? _____

21. A pousada disponibiliza informações sobre as suas práticas ambientais aos hóspedes?
( ) Sim
( ) Não
Se sim: De que forma?_____
Se não: Por que não?_____

22. A pousada possui Licença Ambiental vigente do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA?
( ) Sim

( ) Não
Se não: Por que não? _____

23. Assinale nas opções abaixo, quando for o caso, práticas adotadas pela pousada:
( ) Redução do consumo de resíduos
( ) Separação do lixo. Informar a destinação do material separado _____
_____
( ) Reciclagem
( ) Redução do consumo da água
( ) Reutilização da água da chuva
( ) Troca da roupa da cama ou toalhas somente quando solicitado pelo hóspede
( ) Torneiras e chuveiros com redutores de vazão ou temporizadores
( ) Sanitários possuem baixo volume de descarga
( ) Utiliza serviços de empresa especializada para tratamento do esgoto sanitário
( ) Redução do consumo de energia
( ) Fontes alternativas de energia. Informar o tipo _____
_____
( ) Sensores de presença
( ) Utilização de lâmpadas de baixo consumo
( ) Utilização de eletrodomésticos com baixo consumo
( ) Construção sustentável
( ) Iluminação natural
( ) Ventilação natural
( ) Conforto acústico
( ) Uso de materiais de baixo impacto ambiental
( ) Utilização de produtos biodegradáveis
( ) Horta orgânica
( ) Projetos ambientais junto a comunidade e funcionários. Informar _____
_____

Data: ___/_____/2014

Nome: _____

Assinatura: _____

Obrigado pela sua contribuição com esta pesquisa!